



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Profª Vera Sílvia Marão Beraquet

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ruy Rodrigues Machado

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Caixa Postal 1539 — 13100 — Campinas, SP

---

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável  
ODILON NOGUEIRA DE MATOS  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

ANO XXII - Nº 139

ISS-0101- 4919

JULHO/SETEMBRO/1990

---

## SUMÁRIO

### Artigos

- Algumas figuras expressivas do Rio Grande do Norte . . . . . 153  
Odilon Nogueira de Matos
- Theodor Koch Grünberg, cientista quase desconhecido . . . . . 161  
Walter Pinheiro Guerra
- Guido Thomas Marliere, um desbravador. . . . . 165  
Gilberto Emílio Chaudon
- Um livro pioneiro . . . . . 170  
Dúlio Battistoni Filho
- Família e grupos de convívio . . . . . 172  
Eliane Cristina Lopes
- A religião dos romanos . . . . . 175  
João Ribeiro Júnior
- Ferrovias, imaginação e realidade. . . . . 181  
Edilberto Trevisan
- Um projeto social de desenvolvimento: a revolução de 1930. . . 200  
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Registro Bibliográfico . . . . .	204
Periódicos . . . . .	209
Noticiário . . . . .	211
Augusta Candiani	
<b>Um Pouco de Música</b>	
O estranho fim de Paganini . . . . .	213
José de Veiga Oliveira	
<b>Memória Campineira</b>	
O pitoresco na imprensa campineira . . . . .	217
Benedito Barbosa Pupo	
<b>Textos (sugestões para seminários)</b>	
Situação cultural do Brasil na época da Regência (Abreu e Lima) . . . . .	222
Contra Catilina (Cícero)	
<b>Vultos da Historiografia Brasileira: Walter Spalding: . . . . .</b>	<b>225</b>
<b>Seleta</b>	
O Rio Grande do Sul na independência do Brasil . . . . .	229
Walter Spalding	
<b>Rabiscos de um Escrevinhador</b>	
Os mais antigos tratadistas do café . . . . .	233
Nossa Senhora de Copacabana no Brasil . . . . .	234
Uma obra que começou em Campinas . . . . .	235
Memória de uma cidade . . . . .	236
Trilogia Bíblica . . . . .	237
Um clássico de nossa historiografia militar . . . . .	238
Odilon Nogueira de Matos	

## ALGUMAS FIGURAS EXPRESSIVAS DO RIO GRANDE DO NORTE\*

Odilon Nogueira de MATOS

Lembrança que me ficou da mais tenra infância foi a da primeira vez que me foi mostrado um mapa do Brasil para que nele eu localizasse os Estados de nosso País. Com os Estados maiores não houve problema, pois seus nomes eram claramente inscritos no mapa. Problema houve com os Estados pequeninos, como Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, os quais - tão reduzido era o mapa - que seus nomes nem davam para nele serem inscritos. Tive dificuldade em localizar justamente o Rio Grande do Norte. Foi quando a pessoa que me mostrara o mapa deu esta explicação simplíssima: procure o local onde o território brasileiro muda de direção. Relamente, não poderia haver explicação mais simples, nem mais correta: ficava o pequeno Estado no "cotovelo" apresentado pelo continente brasileiro, um grande ângulo obtuso, do qual o Rio Grande do Norte é precisamente o vértice. E foi sempre como uma espécie de "vértice" do Brasil que continuei vendo o pequeno Estado sobre a qual hoje deverei falar. Não propriamente sobre o território, que mal conheço - pois aí estive apenas uma vez, em áreas do interior, não conhecendo sequer a Capital, situação, como se vê, pouco favorável a que me abalance a discorrer sobre a terra potiguar.

Assim, conhecendo mal a terra, prefiro falar da gente, tomando, para isto, algumas expressivas figuras da cultura potiguar, das quais traçarei rápidos perfis. Escolhi quatro figuras, daquelas que Emerson chamaria de "homens representativos". Alguém poderá perguntar: mas só quatro? Não terá a terra norte-riograndense dado mais gente ao Brasil? É claro que deu. Mas, devo atender ao problema do tempo e, por outro lado, acredito que os quatro "representative men" dão bem uma amostra da contribuição do Rio Grande do Norte à cultura brasileira.

Um sacerdote, jornalista e político - o padre João Manuel de Carvalho; um historiador, dos maiores que temos tido - Rodolfo Garcia; um polígrafo, certamente mais que todos, representativo da sua terra e da sua cultura, como o foi Luís da Câmara Cascudo; e, por estranho que pareça, uma mulher, certamente a primeira líder feminista brasileira, que foi Nísia Floresta.

(\*) Palestra preferida em sessão dedicada ao Rio Grande do Norte, do "Clube dos 21 Irmãos-Amigos" de Campinas, em 1990.

Lembrarei, antes, que o Rio Grande do Norte foi também a terra de Frei Miguelinho, um dos mártires da revolução pernambucana de 1817; do aeronauta Augusto Severo, o primeiro mártir da aviação, que, em 1902, viu estraçalhado num dos campos de Páris seu balão "Pax", o que custou a vida do grande brasileiro; de Amaro Cavalcanti, um dos grandes prefeitos do Rio de Janeiro no início da República, autor consagrado de diversos estudos brasileiros, indispensáveis para o conhecimento de nossa história; de João Café Filho, político expressivo da chamada "Segunda República", companheiro de Getúlio Vargas como vice-presidente no malfadado período governamental que não chegou ao fim, em virtude do suicídio do Presidente da República, em agosto de 1954, e, conseqüentemente, uma das primeiras vítimas da lamentável crise política que assolou o país após aqueles incidentes.

Todos estes nomes fariam um punhado de outros perfis. Ficarão para outra ocasião. Vamos aos escolhidos, e deles - *Ladies first* - comecemos por aquela que Oliveira Lima considerou a mais notável mulher de letras do Brasil, no século passado: *Nísia Floresta Brasileira Augusta*, nome literário de Dionísia Gonçalves Pinto Lisboa, nascida em 1809 numa pequena vila, hoje cidade que tem o seu nome, nas imediações de Natal, e falecida em Rouen, na França, em 1885. Seu curioso pseudônimo tem sido explicado da seguinte maneira: *Nísia* é o final de seu prenome; *Floresta*, o nome do sítio onde nasceu; *Brasileira*, uma afirmação nacionalista; e *Augusta*, uma referência a Augusto de Faria Rocha, seu segundo marido. Segundo alguns, este *Augusta* poderia ser uma referência a Augusto Comte, que a escritora conheceu em Paris e de quem se tornou discípula dedicada. Não me parece correta a suposição, pois ao partir para a França, ela já usava o curioso pseudônimo, que foi sempre empregado da maneira mais diversificada. Quase sempre apenas *Nísia Floresta*, mas, às vezes, também *Nísia Augusta* e *Floresta Augusta*. Não raro, apenas as iniciais: NF, NA, FA, criando problemas para os pesquisadores de sua história literária.

Inegavelmente foi *Nísia Floresta* - chamemo-la assim, pois foi o pseudônimo que mais usou - a pioneira dos movimentos feministas no Brasil, pois já em 1832, vivendo no Recife, traduziu e publicou famoso opúsculo inglês intitulado *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, bastante revolucionário para a época. Ao fundar, no Rio de Janeiro, um estabelecimento de ensino para moças - o Colégio Augusto - procurou nele desenvolver programa igualmente revolucionário em matéria de educação feminina. Aliás, esta - a educação feminina - foi a grande bandeira de sua vida, nos colégios que fundou - no Rio de Janeiro e, pouco depois, outro em Porto Alegre, onde viveu alguns anos - e sobretudo nos artigos que a todo instante publicava, especialmente em jornais do Rio, audaciosos, diria mesmo desafiantes para uma sociedade conservadora e preconceituosa como a nossa naquela época, e com relação à mulher. É importante observar que muitos dos seus escritos foram divulgados na Europa, em traduções para o francês e o italiano.

Depois de diversas viagens à Europa, fixou-se definitivamente em França - a princípio em Paris e depois em Rouen - e aí teve oportunidade de relacionar-se com expressivas figuras das letras francesas, como, entre outras, Lamartine, George Sand, Victor Hugo e, ainda, os italianos Manzoni e Massimo d'Azeglio, que viviam na capital francesa. Foi em Paris que teve oportunidade de relacionar-se com Augusto Comte, acompanhando, inclusive, diversos cursos do fundador do Positivismo.

Suas tendências liberais levaram-na, ainda no Brasil, a lutar pela Abolição e pela República, e a escrever em defesa dos "praieiros" de 1848, em Pernambuco. Da mesma forma que se interessou pelo ideal da unificação italiana, correspondendo-se com Mazzini e Garibaldi. Deixou muitos livros, sobre problemas educacionais, sociais, políticos e também de viagens (pois viajou muito) e até ficção, muitos deles publicados em francês e em italiano. Encontra-se publicada igualmente sua correspondência com Augusto Comte.

Um estudo bem elaborado sobre a Filosofia de Nísia Floresta, poderá ser encontrada no prefácio à reedição de seu livro mais importante, *Opúsculo Humanitário*, publicado em 1853 e que só depois de 136 anos mereceu uma nova edição, estando hoje novamente ao nosso alcance. Esta sua obra pode ser considerada a síntese do pensamento da autora. Figura realmente excepcional nos quadros da cultura brasileira do século passado, é o que foi a ilustre escritora norte-riograndense.

A exemplo de muitas cidades do Brasil, Campinas teve a feliz idéia de homenageá-la dando seu nome a uma via pública. Só que, ao contrário das outras cidades, onde as vias públicas em sua homenagem chamam-se simplesmente "Rua Nísia Floresta", a Prefeitura de Campinas, seguindo péssimo hábito, entendeu de dar à rua o seu nome completo, isto é "Rua Nísia Floresta Brasileira Augusta". Para quê? a resposta só pode ser uma: vontade de complicar...

E por falar em nomes de ruas, os que conhecem a cidade de São Paulo sabem da existência, ali, de uma importante rua em cujas placas se inscreve o nome do *Padre João Manuel*. Apenas assim, sem o sobrenome, que é como ele se tornou conhecido. Inicia-se na Avenida Paulista e numa extensão de quase dois quilômetros alcança o Jardim América. Se perguntarmos aos milhares de transeuntes que diariamente sobem e descem pela importante artéria acerca de seu patrono, não sei quantos saberiam responder. Com efeito, anda esquecido o Padre João Manuel. Teve uma certa notoriedade, como o prova a escolha de seu nome para uma das ruas do novo bairro paulistano que se formou no início deste século.

Natural do Rio Grande do Norte, teve atuação destacada, menos como sacerdote do que como político e jornalista nos últimos anos do Império. Militou no Partido Conservador representando sua província na Câmara Imperial.

Desiludido com a monarquia, tornou-se republicano de uma maneira espetacular e até acintosa, dando um brado de "Viva a República" em pleno Parlamento, num dos momentos mais solenes da vida imperial, precisamente quando tomava posse o Gabinete Ouro Preto, o último da monarquia, em 11 de junho de 1889. Gabinete que durou apenas cinco meses, pois sua queda em 15 de novembro daquele ano implicou na queda da própria monarquia, com a proclamação da República.

Mas, assim como se desiludiu com a Monarquia, desencantou-se também com a República. Abandonando a política, decidiu retornar às funções sacerdotais, sendo-lhe dada a paróquia de Amparo. Ao fixar-se na vizinha cidade, levava já uma excelente experiência jornalística, pois dirigira dois importantes jornais no Rio de Janeiro. Em Amparo, passou a dirigir o "Correio Amparense" a partir de 1890, e em suas páginas pôs-se a publicar suas *Reminiscências sobre vultos e fatos do Império e da República*, cerca de sessenta crônicas que posteriormente reuniu em livro com esse mesmo título, editado em Amparo, em 1894.

As *Reminiscências* do famoso sacerdote jamais foram reeditadas; consti-tuem hoje livro bastante raro, e extremamente importante para se conhecer o "clima" dos últimos anos de Império e primeiros da República. Não duvidaria mesmo em considerá-las das mais importantes peças de nossa bibliografia política. Bem mereceria o curioso livro - às vezes sarcástico, outras vezes sério e não raro violento, de um político desiludido com os homens e com o sistema que passou a imperar no Brasil - uma reedição, agora que algumas editoras estão empenhadas em reeditar páginas de nossa literatura política. E a celebração há pouco do centenário da República teria sido uma feliz oportunidade.

Após alguns anos de residência em Amparo, o Padre João Manuel retornou ao Rio de Janeiro, onde faleceu em 1899, com menos de 60 anos, pois nascera em 1841. Afirmei, de início, que o ilustre sacerdote, político e jornalista anda esquecido. Prova-o o fato de nenhum dos mais credenciados catálogos bibliográficos publicados ultimamente menciona o seu nome: nem o *Dicionário de Literatura Brasileira*, de Raimundo de Menezes e nem a recentíssima *Enciclopédia da Literatura Brasileira*, publicada por Afrânio Coutinho. A única obra de referência que o cita é a Enciclopédia Delta Larousse.

Com suas *Reminiscências* teve o Padre João Manuel seu nome eclipsado como sacerdote e como político, para em lugar deles salientar-se o jornalista e cronista, que acabou trazendo assinalada contribuição à historiografia do período em questão.

É precisamente no campo da historiografia que se situa o terceiro "perfil" de nosso elenco: Rodolfo Garcia (1873-1949). Com efeito, muito deve a historiografia brasileira a este ilustre norte-riograndense. Seria quase desnecessário lembrá-lo, tanto o seu nome tornou-se familiar a quem quer que tenha

dedicado alguns momentos ao estudo do nosso passado. Possuidor de sólida erudição, alicerçada na beneditina paciência com que se entregou a pesquisas arquivais e bibliográficas, tudo quanto safa de sua pena trazia a marca da garantia e sobretudo da probidade, ligando o seu nome de maneira indissolúvel a algumas realizações de grande vulto nos domínios da cultura nacional. Bastaria citar, como exemplo, as sábias anotações ao texto do Visconde de Porto Seguro, cuja obra - a monumental *História Geral do Brasil* - tornou-se engrandecida e extremamente valorizada com os apensos que, a princípio em colaboração com Capistrano de Abreu e sozinho a partir do segundo tomo, após-lhe mestre Rodolfo Garcia.

Não foi apenas na obra de Varnhagen que demonstrou sua erudição. Outras edições críticas do mais alto valor lhe são devidas: o livro de Claude d'Abbeville, no qual se interessou particularmente pela parte lingüística (outro assunto de sua predileção), o Gandavo, na edição da Academia Brasileira, os "Tratados" de Fernão Cardim, os "Diálogos das grandezas do Brasil", as cartas de Nóbrega, a "Arte" de Anchieta, o "Peregrino da América", de Nuno Marques Pereira, a obra do padre Gay sobre o jesuítas do Paraguai, e tantos outros. Em seu acervo devem ser creditados, ainda, os vinte volumes dos "Anais da Biblioteca Nacional", cuja publicação promoveu ao tempo em que dirigiu a grande instituição criada por D. João VI. E que repositório magnífico de informações constituem esses "Anais", indispensáveis a qualquer pesquisa sobre assunto ligado ao nosso passado e nos quais a divulgação de documentos valiosos se alterna com a reedição de textos raríssimos.

Ao recebê-lo na Academia Brasileira, Afonso de Taunay traçou-lhe o perfil, salientando precisamente - e de maneira objetiva - esse aspecto da personalidade do historiador norte-riograndense: a segurança e prudência com que emitia opiniões e o carinho com que se dedicava, paciente e exaustivamente, às mais sérias pesquisas, tornando seus conceitos praticamente a última palavra acerca de tantos e tão importantes pontos controvertidos de nossa história.

As preocupações com a cultura popular, que encontramos em alguns escritos de Rodolfo Garcia vão aparecer de maneira mais acentuada naquela que, mais que em todos os outros, pode ser considerado o homem-símbolo da cultura norte-riograndense, o último dos perfis desta evocação. "The last but not the least"...

Meu primeiro contato com Luís da Câmara Cascudo (não pessoal, pois este privilégio não cheguei a ter), mas pelos seus escritos, foi através de uma pequena biografia do Conde d'Eu, publicada em 1933, como um dos primeiros volumes da preciosa coleção "Brasiliana", então no seu início. Livro modesto, muito longe de fazer pressupor a extraordinária capacidade que seu autor viria a demonstrar no decorrer de sua longa vida e de sua vastíssima produção que atingiu

a prodigiosa soma de quase 150 títulos! Dir-se-ia quase um livro de principiante, mas já era o sétimo publicado pelo autor. Poucos anos depois surgia ele com *O Marquês de Olinda e seu tempo*, também na coleção “Brasília”, e que já se pode considerar um grande livro, talvez o melhor que até hoje se tenha publicado sobre o sucessor de Feijó na regência do Império. E não parou mais de produzir, dividindo sua bibliografia entre a história, a etnografia, o folclore, a lingüística, a literatura, a sociologia e até com algumas incursões pelos domínios da ficção.

Alguns de seus livros certamente ficarão como marcos imperecíveis da cultura brasileira: *Geografia dos mitos brasileiros*, *Dicionário do folclore brasileiro*, *Geografia do Brasil holandês*, *Superstições e costumes*, *Mouros, franceses e judeus*, *História da alimentação no Brasil*, *Vaqueiros e cantadores*, *Coisas que o povo diz*, *Civilização e Cultura*, *História do Rio Grande do Norte*, a já citada biografia do Marquês de Olinda, e tantos outros, que longe iria se a todos enumerasse. E ainda reeditou, anotou e prefaciou obras de Sívio Romero e de Melo Morais Filho e traduziu, também com notas, o grande livro de Henry Koster sobre o Nordeste.

Lembro-me de um amigo que, há alguns anos, viajou pelo Nordeste. Perguntado sobre os monumentos históricos que havia visitado em sua excursão, respondeu que, no seu entender, o “maior monumento do Nordeste” era... Luís da Câmara Cascudo, a quem tivera oportunidade de visitar em sua casa da avenida Junqueira Aires, na capital potiguar. Para o seu “país”, que era o Nordeste, viveu toda a sua longa existência, até o seu falecimento ocorrido a 30 de julho de 1986, aos 88 anos de idade. Por tudo o que dele sei (embora, com disse, sem o privilégio de conhecê-lo pessoalmente), não tenho dúvida em afirmá-lo como homem símbolo não apenas do Rio Grande do Norte, mas de todo o Nordeste. Destes homens-símbolos, que muito encontramos pelo Brasil: Gilberto Freyre, no Recife; Jorge Amado, na Bahia; José Americo de Almeida, na Paraíba; Erico Verissimo, em Porto Alegre; Cora Coralina, em Goiás Velho... Figuras que podem ser incluídas no roteiro turístico de suas cidades. Entre eles, Luís da Câmara Cascudo.

Eis os perfis que tentei esboçar dos quatro norte-riograndenses, a fim de preencher a parte cultural desta sessão dedicada ao pequeno e simpático estado e na ausência de quem melhor o poderia fazer, que é o seu representante em nossa agremiação. Este punhado de riograndenses do Norte que contribuíram à sua maneira para o engrandecimento cultural de nossa terra.

## THEODOR KOCH GRÜNBERG, CIENTISTA QUASE DESCONHECIDO

Walter Pinheiro GUERRA

Fora do círculo científico de sua especialidade poucos ouviram falar dele, por assim dizer, um desconhecido. E, o que é mais lamentável, anda esquecido quem tanto fez nos domínios da etnologia. Num gesto nobre, a merecer encômios, o Banco Central da Venezuela e a Universidade Central daquela República tiraram-no da semi-obscuridade em que se encontrava. Sob o patrocínio daquelas entidades, em 1979, veio a lume sua obra mais alentada, *Von Roraima zum Orinoco*, que em castelhano intitulou-se *Del Roraima al Orinoco*.

A pátria de Bolívar antecipou-se a nós, resgatando o notável trabalho, subtraindo-o do olvido em que mergulhara, revificando os estudos e a memória do autor. Mário de Andrade foi dos primeiros a interessar-se pela lenda do Macunaíma, o “herói sem nenhum caráter”, tomada por Koch Grünberg dos índios do norte do Estado do Amazonas, área hoje correspondente a Roraima. Baseado e nela inspirado, compôs sua rapsódia, cujas edições sucedem-se desde 1927 até nossos dias. O curioso é que as pesquisas do sábio alemão desenrolaram-se em território brasileiro, embora Mário de Andrade tenha declarado que Macunaíma era mais venezuelano do que brasileiro. Daí, talvez o fato de a Venezuela ter promovido e atualizado o magnífico feito do alemão.

Nascido a 9 de abril de 1872, na localidade de Grünberg, na Alemanha, adotou por sobrenome o topônimo de seu torrão natal. A morte surpreendeu-o a 8 de outubro de 1924, aos 52 anos de idade. Grande era o seu amor ao Brasil, sobretudo à Amazônia. Foi inicialmente enterrado na barranca do rio Branco, sendo posteriormente trasladado para Manaus, onde se encontra na sepultura 42 217, quadra 8, do cemitério de São João Batista.

O Brasil não correspondeu à sua simpatia para com nosso país e os índios brasileiros, a que tanto amava. Ao que consta, não existe uma praça, uma rua, um parque, uma placa, nada enfim, que recorde seu nome de afamado

indigenista, a não ser sua lápide tumular. Brasileiro a render-lhe culto, foi o dr. Geraldo Pinheiro, ilustre intelectual amazonense, ex-Procurador Geral do Estado. Aliás, foi por um desses inexplicáveis caprichos do destino que lhe fiquei devendo o interesse e a admiração por Koch Grünberg.

Quando da instalação do primitivo Território Federal do Rio Branco, nos idos de 1944, ali fomos ter, ele como Delegado de Polícia e eu, na qualidade de médico daquela incipiente unidade da Federação. Tinha sempre em mãos, como se fora uma Bíblia, um livro de Koch Grünberg, do qual nunca se separava. Desde os quatro anos de idade, ouvira falar no extraordinário explorador, a quem seu genitor conhecera pessoalmente. Desde então, erigiu-o como paradigma, um quase ídolo! A partir daí, empolguei-me também pela personalidade de Koch Grünberg.

Dedicou-se, como nenhum outro à “investigação etnológica, geográfica e lingüística do Novo Mundo” (Egon Schaden). Seu empenho e dedicação a esses estudos trouxeram-no ao Continente Sul-Americano nada menos do que quatro vezes. Entre 1898 e 1900, participou da expedição científica ao alto Xingu. Em seguida, de 1903 a 1905, embrenhou-se nas florestas do noroeste do Brasil, em missão do Museu Etnográfico de Berlim. A terceira vez em que aqui veio ocorreu de 1911 a 1913, desta feita sob o patrocínio do Instituto Baessler, dirigindo-se ao extremo norte do país, em região contígua à Venezuela. Finalmente, em 1924, ei-lo de volta, tangido pelo seu amor à pesquisa e interesse pela cultura dos nossos índios. Integrava a expedição do norte-americano Alexander Hamilton Rice, a qual demandava o Parima. Logo no início da viagem, a morte colheu-o na localidade de Vista Alegre, no médio rio Branco. Vitimou-o a terça maligna, modalidade altamente mortífera da malária.

Causa admiração que, dotado de sólida cultura e costumes europeus, tivesse se acostumado a viver entre os silvícolas, no maior desconforto de um clima equatorial. Em que pese os escassos recursos da época, foi um pioneiro, deles se valendo para documentação de seus trabalhos. O professor Hartmann, diretor do Museu Etnológico de Berlim, em palestra proferida sobre seu ilustre patrcio, enfatizou um aspecto pioneiro de Koch Grünberg: o uso da cinematografia, filmando os índios, seu ambiente e suas danças.

Neste particular, foi considerado o segundo cientista do mundo a utilizar-se do cinema em suas investigações científicas isto em 1911. O primeiro filme desta natureza se deve a um austríaco, em 1908. Koch Grünberg fez mais, gravando discos com canções indígenas.

Percorreu regiões inóspitas, com “coragem, abnegação e paixão científica”. Como indigenista integral, já naquelas alturas preocupava-se com o infausto e sombrio futuro que aguardava os nossos irmãos das selvas. Sua frase

**Zwei Jahre unter den Indianern** (Dois anos entre os índios). Berlim, 1910. 2 volumes.

**Die Mirania.** "Zeitschrift für Ethnologie", t. 42. Berlim, 1910.

**Aruak Sprachen Nordwestbrasilien und der angrenzenden** (As línguas das tribos Aruak, do Nordeste brasileiro e regiões adjacentes). Viena, 1911.

**Abschluss meiner Reise durch Nordbrasilien zum Orinoco, mit besonderer Berücksichtigung der von mir besuchten Indianerstämme.** (Conclusão da minha viagem através do noroeste do Brasil para o Orinoco, com referência especial às tribos indígenas por mim visitadas). "Zeitschrift für Ethnologie", t. 45. Berlim, 1913.

**Vom Roraima zum Orinoco: Ergebnisse einer Reise in Nordbrasilien und Venezuela in den Jahren 1911-1913.** (Do Roraima ao Orinoco: notas de uma viagem ao norte do Brasil e Venezuela nos anos de 1911-1913). Berlim, 1916-1917. 2 volumes.

**Ein Beitrag zur Sprache der Ipurina-Indianer (Rio Purus) Brasilien.** (Uma contribuição sobre a língua dos índios Ipurina, do rio Purus, Brasil). "Journal de la Societé des Américains de Paris" nova série, tomo XI, 1914-1919.

(Fonte: Alfredo de Carvalho, *Bibliotheca Exotico-Brasileira*, vol. III, 88-92. Rio de Janeiro, Empreza Graphica Editora, 1930).

## GUIDO THOMAS MARLIÈRE, UM DESBRAVADOR

Gilberto Emílio CHAUDON

Na riquíssima história das Minas Gerais inúmeros vultos se destacaram e deixaram a marca de sua atuação, nos mais diversos campos da atividade humana, sobressaindo-se muitos nas lutas pela liberdade do Brasil, onde fulguram os nomes de Felipe dos Santos e de Tiradentes. Mas hoje pretendo lembrar a figura de um militar francês que veio emigrado por ocasião das guerras napoleônicas e que, chegando a Vila Rica em 1811 permaneceu em nosso país, atuando na Zona da Mata e nas áreas dos rios Doce e Jequitinhonha, vindo a falecer em 1836 depois de haver lançado os fundamentos de futuras povoações.

Chamava-se Guido Thomas Marlière, figura pouco lembrada mas que teve papel relevante no apaziguamento de várias tribos indígenas, tendo demonstrado particular habilidade em se relacionar com nossos índios, o que muito contribuiu para as missões que, posteriormente, lhe foram confiadas pelas autoridades da Capitania.

Casado em Portugal com D<sup>a</sup> Maria Marlière, não deixando desse casamento nenhuma descendência, deixou, entretanto, alguns filhos bastardos homens e mulheres. Um desses filhos de nome Leopoldo e apelido de Cadete, casou-se e deixou descendência residente na freguesia de Sapé.

Depreende-se que Marlière chegou ao Brasil na leva de emigrados que acompanharam a Família Real em sua transmigração para a colônia em 1808, tendo ingressado no Exército. Por Carta Patente de 9 de setembro de 1810, o Príncipe Regente Dom João nomeou o Alferes do 1º Regimento de Cavalaria do Exército GUIDO THOMAS MARLIÈRE para Tenente agregado ao Regimento de Cavalaria de Linha da Capitania de Minas Gerais, com a graduação de Capitão. Para assumir o posto que lhe fora designado, Marlière dirige-se a Vila Rica, e, já em 4 de janeiro de 1811 o Conde de Linhares oficiava ao Conde de Palma, de ordem do Príncipe Regente, recomendando que fosse dada a Guido Thomas Marlière uma porção de terra para que ele pudesse mandar cultivá-la a fim de tirar dela parte de sua subsistência.

Apenas instalado em Vila Rica Marlière, foi suspeito de enviado de Bonaparte, como se vê do Aviso "secretíssimo" do Conde de Linhares dirigido em 4 de julho de 1811 ao Conde de Palma, onde se lê: "... e havendo agora chegado com grande probabilidade à Sua Real Presença (do Príncipe Regente) uma secreta informação, pela qual parece mostrar-se que o emigrado Guido Thomas Marlière, Tenente agregado ao Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, e que Sua Alteza tanto tem beneficiado, é um emissário de Bonaparte, e ligado com ele para subverter estes Estados; ordena Sua Alteza Real que V. Excia. logo que receber este Aviso, o faça prender, tomando-lhe todos os papéis e correspondência e que o mande remeter aqui, com toda a segurança ao Intendente Geral da Polícia etc. etc. ..."

Executando essas ordens, o Conde de Palma, dava conta das primeiras investigações, nestes termos "... mas devo dizer que até agora não me consta que o referido Oficial soltasse vozes contra o Nosso Augusto Príncipe e Nação Portuguesa; era sim muito livre em matérias de Religião, e os seus repetidos e insensatos discursos neste objeto, tinham indisposto a maior parte das gentes contra si: isto é de que me informam, porque na minha presença não proferiu ele semelhantes absurdos impunemente. Posso também afirmar, que geralmente não gostavam deste Oficial os habitantes de Vila Rica, tal é o ódio que se tem aqui ao nome Francês, e àqueles que faltam ao respeito às coisas Santas."

Em carta do próprio Marlière dirigida ao seu General, em data de 20 de julho de 1811, defende-se das acusações injustas, protestando ser tudo certamente obra de um desafeto que intenta desgraça-lo, e pede que o Sr. Ouvidor dê curso ao processo para que a verdade seja restabelecida.

Da farta documentação publicada pela Revista do Arquivo Público Mineiro nada consta que nos faça supor haver sido achado culpado o Capitão Marlière das suspeitas que lhe imputaram, resultantes sem dúvida de mera calúnias.

Tendo recebido das autoridades da Capitania a incumbência de averiguar os motivos das desordens e inquietação em que viviam os índios que vagavam, selvagens ou semi-civilizados, pelas florestas das bacias dos rios Pomba, Muriaé, Sacramento e Doce, saiu-se a contento o Capitão Marlière, o que resultou na sua indicação para a Direção Geral dos Índios naquelas regiões, conforme Patente concedida pelo Imperador (D. Pedro I) por decreto de 29 de abril de 1824, exarada nos seguintes têmos: "Convindo que as Divisões Militares do Rio Doce tenham um Comandante, e concorrendo na pessoa do Oficial declarado nesta patente, as qualidades precisas para bem exercer aquele Comando, visto que, este Oficial tem desempenhado a Comissão em que se acha de Inspetor das mesmas Divisões; Hei por bem, por meu Imperial Decreto de 29 de abril do presente ano,

nomeá-lo Comandante das referidas Divisões Militares do Rio Doce, e Encarregado da Civilização e Catequese dos Índios; passando no mesmo posto de Tenente Coronel para o Estado Maior do Exército. S. M. O Imperador o mandou pelos Consrs. de Guerra abaixo assinados, ambos do seu Conselho. Dada nesta cidade do Rio de Janeiro. Antonio da Costa Cabral o fez aos 2 dias do mês de julho do ano de N. S. Jesus Cristo de 1824, 3º da Independência e do Império.”

Sua atividade foi das mais louváveis pelos métodos humanitários com que os executava, procurando civilizar os Índios Coropós, Coroados, Puris e Botocudos, e fixando-os no trabalho em diversas aldeias já existentes ou que vieram a ser criadas.

A amplitude e os resultados do trabalho de Marlière podem ser avaliados, de relance, consultando-se a volumosa quantidade de documentos que, em boa hora, a Revista do Arquivo Público Mineiro dos anos de 1905, 1906 e 1907 publicou: são cartas, avisos, ordens de serviço, representações, relatórios, etc., que abarcam centenas de páginas da referida publicação. Com esses seus trabalhos à frente da Direção Geral dos Índios, Guido Thomas Marlière fez papel de desbravador dos sertões de Minas Gerais, na árdua faina de manter contatos com diferentes tribos de nossos índios, atraindo-os para os aldeamentos onde lhes era dispensado humanitário tratamento; com isto Marlière tornou-se também um colonizador, responsável pela abertura de estradas e pela função de diversos núcleos de futuras povoações, o que lhe valeu diversos louvores transmitidos em nome de S. Magestade.

Numa de suas navegações pelo rio Doce, em sua missão de contactar índios Botocudos, Marlière teve ocasião de conhecer um índio de nome Pokrane, de 24 ou 25 anos, que foi tomado debaixo da sua especial proteção; fê-lo batisar, dando-lhe seu próprio nome Guido; esse índio passou a ser o interprete fiel e predileto de Marlière, que teve nele seu braço direito na tarefa a que se entregava. Esse índio morreu na idade provável de 44 anos, em 1843, depois de chefiar os bugres das matas de Manhuassú, onde fundou a povoação. Com o nome de Pocrane existe hoje um município, desmembrado do de Ipanema, na zona do rio Doce.

Em memória enviada ao Barão de Caeté, Presidente da Província de Minas Gerais, Marlière analisava a situação geral dos índios e de sua civilização em que reponta sua indignação quanto à ação dos civilizados para com os índios. Dizia ele: “Que bons cidadãos são os que lhes dão camisas de bexigentos, e dos que morreram nelas de sarampo, para os exterminar? Que os convidam para comer e lhes dão tiros? Que convidam o Diretor a misturar veneno no angú deles para os acabar de uma vez? Que forcem as suas mulheres e filhas? Que as fazem trabalhar e as pagam com pancadas? Dos que lhes compram a poalha (poaia) às libras com peso de duas? “(14 de dezembro de 1825)

Em carta de 27 de março de 1826 ao Barão de Caeté, assim se expressa Marlière: “Quando exultava de ver tudo prosperar nos índios de minha Direção nesta parte da Província de Minas, recebo a notícia assustadora, que ameaçava de destruição a bela e bem principiada Colonia de Jequitinhonha, precedida de uma seca terrível que a esperança dos colonos e Índios ameaçados de morte pelos efeitos da fome, como consta dos documentos inclusos 1, 2 e 3.” E prossegue Marlière, na sua aflição pela sorte dos índios: “Não são horas de moralizar, sim de socorrer prontamente uns e outros. V. Excia. e seu Conselho, fieis às Leis responderão que não podem tirar dinheiro do Erario sem ordem de Sua Magestade Imperial na forma da Constituição: mas digo que a Constituição não tem artigo “Fome”. Que são uns irmãos nossos que se afogam, e que a Humanidade pede que vamos nadando adiante deles para os salvar de perigo evidente em que se acham.”

Marlière deixou a Direção Geral dos Índios em 1830, por motivos de saúde, tendo encerrado sua preciosa vida em 1836. Faleceu na Fazenda de sua propriedade em Guidoal (antiga Sapé), à beira da estrada que liga Ubá a Cataguazes. Ali existe, inaugurado em 1928, um obelisco em sua memória, em que se lê: “A memória de Guido Thomas Marlière, o desbravador das selvas, abrindo estradas e semeando núcleos de população, as Câmaras Municipais de Ubá, Cataguazes, Rio Branco e Pomba, fizeram erigir este monumento, símbolo da gratidão ao pioneiro do progresso de Minas.” Não há vestígios da sepultura de Marlière em sua propriedade de Guidoal; a casa de morada, a caserna e a figueira que fora plantada por sua mulher não mais existem. Consta que a sepultura foi violada e profanada por compatriotas seus, que dela retiraram sua espada e condecorações. Mas sua obra ficou e produziu seus frutos.

Em carta de 1º de janeiro de 1826 o Barão de Caeté, Presidente da Província de Minas Gerais, encaminhou à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para ser levada a S. Magestade o Imperador, uma petição em que Marlière supplicava as Mercês de elevação à dignidade de Barão do Rio Doce e a Decoração de Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro além do Hábito de Cristo para seu filho Leopoldo, Cadete de 1ª Classe. Esse requerimento não obteve deferimento, o que talvez tenha sido o motivo que influiu em sua retirada da Direção Geral dos Índios.

Infelizmente, ao lembrar a figura desse pioneiro desbravador, poderemos ser levados a fazer algumas reflexões em torno à problemática indigenista em nosso país. Forçoso é reconhecer-se o melancólico destino a que estão fadados os remanescentes da grande população indigena que habitava nossa terra por ocasião de sua descoberta pelos portugueses. A partir de então os pobre índios foram sendo espoliados, caçado impiedosamente para servirem de braço escravo

dos brancos - papel a que nunca se submeteram pacificamente. Sua ferocidade para com os brancos resultou justamente da revolta das tribos que se viam perseguidas e caçadas como animais selvagens. O decréscimo no censo de índios que ainda existem no Brasil, é uma prova dos resultados da aculturação que se lhes impôs: as raças primitivas forçosamente tendem a desaparecer, absorvidas pela cultura dos conquistadores. Esta é uma constatação do futuro inevitável que aguarda os remanescentes indígenas em nosso país, empurrados cada vez mais para o interior pela civilização, malgrado a existência de louváveis esforços isolados, e a existência de um órgão nacional de proteção aos Índios. Mas na prática o que se vê não é de molde a nos deixar muitas esperanças. As reservas indígenas, mesmo quando demarcadas, não são respeitadas, sendo ocupadas subrepticiamente por toda sorte de invasores e posseiros, quando não retaliadas para a passagem de estradas e outros projetos governamentais. Vez por outra tomamos conhecimento de protestos que explodem em ações de confronto, de natureza a causar apreensões momentâneas; já tivemos até elementos dos Postos da Funai sequestrados para forçar o órgão a fazer respeitar os direitos dos infelizes ex-donos da terra! Confrange-nos ver a situação dos pobres índios aculturados, que vão perdendo sua individualidade a ponto de, a qualquer momento não mais saberem se são índios ou cidadãos civilizados, fazendo parte da comunidade brasileira. É triste ver-se alguns caciques, ingenuamente, se prestarem ao papel de se exibirem no exterior, em visita a Chefes de Estado de outros países, "assessorando" elementos estrangeiros imbuidos de um falacioso entusiasmo pela defesa da Ecologia no Brasil! É um espetáculo muito melancólico, que dá margem a muitas reflexões.

Mas com esta digressão que o próprio tema provocou, volto ao assunto desta comunicação, acrescentando que, para glória do perfil que nos propuzemos traçar, Guido Thomas Marlière também demonstrou preocupação pelo destino dos escravos negros no Brasil, cujas penosas condições de vida teve ocasião de presenciar. À páginas 614 a 616 da já citada Revista do Arquivo Público Mineiro, ano de 1905 encontramos uma exposição de medidas com que Marlière pensava atenuar aquela situação, documento que se inicia com as seguintes palavras:

"Sonhei que tomando certas medidas para a lenta emancipação dos pobres africanos e sua descendência na América, se poderia tirar algum proveito para o fim desejado." - e seguem-se as sugestões alinhadas em vários itens, todos eles tendentes a proteger o negro escravo e a facilitar-lhe sua liberdade progressiva, colocando-o sob uma proteção nos moldes da que existia para os índios. Não nos estenderemos sobre a matéria para não alongar demais esta comunicação, mas salientamos e exaltamos a preocupação de Marlière, em 1825, com o problema escravagista no Brasil. Acredito que estas palavras sirvam para lembrar, uma figura de pioneiro, de desbravador, de catequista leigo que bem serviu à sua segunda pátria, nos moldes de um verdadeiro humanista.

## UM LIVRO PIONEIRO

Duílio BATTISTONI FILHO

Campinas sempre teve grande projeção nas artes plásticas, e este interesse foi crescendo com o desenvolvimento da cidade. Graças à iniciativa da UNICAMP, através de seu Programa de Formação de recursos Humanos e Fomento à Pesquisa, foi editado o livro da professora Silvia Matos, "O ENSINO DAS ARTES PLÁSTICAS EM CAMPINAS", 1988, 75 páginas.

O presente livro, o primeiro de que temos ciência sobre as artes plásticas em Campinas, apresenta oito capítulos, muito bem concatenados, em que a autora enfoca o trabalho de determinados artistas que, além de seu projeto artístico, dedicaram-se ao ensino das artes, em escolas públicas ou particulares, ateliês ou centros culturais e, desta forma, exerceram papel importante na reformulação de metodologias do ensino de arte, ou ainda, na formação de novos valores.

Nas primeiras páginas do livro notamos um comentário bastante pertinente sobre a Vila de São Carlos, antiga denominação da Campinas, e sua florescente indústria açucareira, privilegiando neste contexto, a figura de Hercules Florence, considerado o primeiro professor de pintura na cidade. Outras figuras, como Vitoriano dos Anjos e Sampaio Peixoto não são esquecidas na segunda metade do século XIX.

Acontecimento importante foi a fundação do Centro de Ciências, Letras e Artes em 1901, cuja influência seria enorme na organização de exposições de arte e cursos para a formação de professores. Lembra a autora a primeira exposição de Lasar Segall, realizada em 1913, "mas que nenhuma influência exerceria sobre a arte que se fazia na cidade, a dos paisagistas e retratistas" (p. 13).

A primeira escola de artes plásticas seria fundada em 1941, por iniciativa de Joaquim Olavo Sampaio, situada na confluência das ruas Regente Feijó e Ferreira Penteadado.

A escola mantinha curso completo de ensino artístico a ser realizado em três anos e o interessante é que algumas aulas eram dadas ao ar livre

especialmente no chamado "Beco do Inferno", a travessa São Vicente de Paulo, na rua Lusitana. Paralelamente ao ensino acadêmico, desenvolvido na "Escola de Desenho e Pintura", como era chamada, vários artistas, fiéis aos preceitos acadêmicos e impressionistas desenvolveram um trabalho de ensino através de aulas particulares, como o caso de Aldo Cardarelli e Lélío Coluccini.

A autora fez uma análise bem detalhada a respeito das primeiras manifestações modernistas em Campinas, quando lembra a exposição de Geraldo Decourt em 1952, no Teatro municipal, onde expôs uma série de trabalhos geométricos. Tal exposição representaria o embrião do Grupo de Vanguarda, criado em 1958, fixando Campinas entre os centros que produziam arte contemporânea.

Com a fundação do Museu de Arte Contemporânea "José Pancetti" em 1965, teve início um período áureo com seus Salões de Arte Contemporânea, quando muitos artistas campineiros, levados pelo entusiasmo tornam-se mais conhecidos e estimulados nos seus projetos de artistas-educadores.

Foi neste ambiente de euforia que a artista plástica Vanda Rosa propôs à Reitoria da Pontifícia Universidade Católica, a criação do Ensino Superior de Artes Plásticas, em 1972. E, em 1983, seria a vez da UNICAMP implantar o Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em Educação Artística.

Por este rápido exame, pode-se perceber a grande contribuição dada por Sílvia Matos às artes plásticas em Campinas, um livro de leitura obrigatória calcada numa linguagem sumamente agradável e que representa na visão da autora "um simples grão de areia que gostaria que se transformasse numa montanha, com o acréscimo de novas pesquisas, mais detalhadas, à respeito de arte, dos artistas-educadores de Campinas" (p. 60).

## FAMÍLIA E GRUPOS DE CONVÍVIO

Eliane Cristina LOPES

Uma luz no final do túnel! É assim que aparece o tema família, quando lançamos nossos olhos sobre a Historiografia Tradicional. Nesta perspectiva, a abordagem visa o estudo da formação da sociedade brasileira. Dessa forma, encontramos a família e todos os elementos que a compõe esquecidos em algumas linhas das páginas já amareladas dos trabalhos pioneiros de Oliveira Vianna, Luís de Aguiar Costa Pinto, Alcântara Machado, entre tantos outros estudiosos brasileiros do início do século. Seria heresia esquecermos do famoso modelo de família patriarcal que, por anos a fio, tentou instalar-se na estrutura dos lares brasileiros, formulado por Gilberto Freyre.

O mito gilbertiano começa a ser esfacelado na década de 70, momento em que a família passa a figurar como objeto central de estudo. A luz torna-se, então, mais forte! Muitos estudos são realizados e várias conclusões são posicionadas de modo a evidenciar uma nova estrutura domiciliária que repensa aquela proposta por Freyre.

Apesar de todo esse avanço, é apenas na década de 80, com o grande impulso da História Social, que essa temática adquire a importância merecida. Diversas e inéditas fontes documentais começam a ser utilizadas permitindo, além do progresso desse novo campo de pesquisa, inferência a outros aspectos intrinsecamente relacionados ao seu estado (mulher, criança, sexualidade, educação, transmissão de heranças, etc.).

Conquistando cada vez mais espaço na historiografia atual, o tema família passa a ser o centro de Encontros, Congressos, Seminários e publicações que enfatizam as novas estruturas familiares descobertas para a sociedade brasileira. Dessa forma, contribuem para o aumento daquela luz que, a priori, estava no fim do túnel.

É exatamente nesse sentido que surge a *Revista Brasileira de História*, nº 17. Abordando aspectos relativos à *Família e grupos de convívio*, apresenta

vários trabalhos (artigos, resenhas e notícias) que procuram priorizar, além da família, as fontes documentais e as inúmeras possibilidades de sua utilização.

Essa coletânea, organizada por Eni de Mesquita Samara, reúne estudos de diversos especialistas que estudam o tema em questão em todos seus aspectos e imagens, tanto no que tange o Brasil - Elizabeth Anne Kuznesof, Flávia Arlanch Martins de Oliveira, Muriel Nazzari, Ida Lewkowicz, Luiz Roberto Netto, Miriam Moreira L. Leite, Inês da Conceição Inácio, além de sua própria organizado-ra - como a Europa - Michelle Perrot e Angela Mendes de Almeida.

Nesse sentido, a Revista é apresentada pelo artigo de Eni de Mesquita Samara, que trata exatamente da evolução da Historiografia da Família nos últimos 20 anos brasileiros. Inclui, também, um amplo levantamento da produção recente dessa problemática com 260 títulos distribuídos entre: levantamentos, números especiais, livros, coletâneas, artigos, teses defendidas, textos publicados, publicações em anais e comunicações.

Enfocando a realidade paulista sob a especificidade da família, encontramos quatro pesquisas diferentes:

Com a utilização básica de fontes primárias impressas, como o Repertório das Ordenações e Leis do Reino de Portugal e a Coleção das Leis, Decretos e Alvarás de D. José I, Elizabeth Anne Kuznesof privilegia o relacionamento entre as alterações na estrutura social e no papel da família em fins do século XVIII, XIX e começo do XX.

Muriel Nazzari, detendo-se nos Inventários e Testamentos dos séculos XVII e XVIII, existentes no Arquivo do Estado de São Paulo, e do XIX, no Arquivo do Ministério da Justiça na Vila Leopoldina, analisa como o conteúdo dos dotes paulistas mudou no transcorrer desse período. Dessa forma, tenta também verificar como essas transformações refletem-se na função do núcleo familiar que, segundo o autor, passa de uma unidade de produção para de consumo.

A família proprietária da específica sociedade de Jaú do século XIX é enfatizada por Flávia Arlanch Martins de Oliveira. Procura mostrar, através dos dados encontrados nos Registros e Processos de Divisão de Terras, como o poder local resultou da articulação da ação política no interior da camada dominante que organizou e controlou a sociedade paulista dessa época.

Ainda para a Capital, Luiz Roberto Netto, com uma documentação relativa aos Relatórios Anuais da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, ao Código Civil e de Menores, apresenta o tratamento dispensado à população paulista. Neste sentido, dedica especial atenção a um tema pouco explorado no âmbito da História Social: a infância desvalida

A criança abandonada também é enfocada no trabalho de Michelle Perrot, que a enquadra no ambiente carcerário da "Petite Roquette", prisão

francesa destinada aos pequenos delinquentes, a partir de 1836. Descrevendo o dia-a-dia desse local, essa pesquisa desponta como uma denúncia à precariedade e à violência com que menores eram tratados. Com isso, faz-nos refletir na maneira com que crianças semelhantes àquelas são hoje marginalizadas.

Também com relação à transmissão dos legados, Ida Lewkowicz expõe as práticas de herança entre os libertos, nas Minas Gerais do século XVIII. Nessa fonte testamentária, visa captar as estratégias que esse grupo desempenhava para constituir suas famílias.

Enalteçando o papel da Autobiografia para o estudo das representações familiares, Inês da Conceição Inácio limita-se a um grupo ideológico específico: os comunistas. Dessa forma, reconstrói as famílias desses militantes segundo a visão presente do memorialista. Para isso, selecionou um corpo documental composto por autobiografias de nove representantes do PCB, publicadas no período de 1976 a 1984.

Livros de viajantes estrangeiras são analisados por Miriam Moreira Leite que coloca-nos a par da importância dessa fonte para a descoberta de aspectos referentes à vida da mulher no núcleo familiar. Estabelece, ainda neste artigo, especificidades e diferenciações da condição das autoras e das personagens que descrevem.

Por fim, Angela Mendes de Almeida, volta-se à reflexão de três autores portugueses dos séculos XVI e XVII: Dr. João de Barros, *Espelhos de casados* (1540); Diogo de Paiva de Andrada, *Casamento perfeito* (1630) e D. Francisco Manuel de Melo, *Carta de Guia de casados* (1651). Apoiada nesses manuais portugueses de casamento, mostra-nos como se enquadram na moral cristã e no contexto social dos séculos XVI e XVII.

Assim, como vimos, a *Revista Brasileira de História*, em seu número destinado à *Família e grupos de convívio*, surge como uma contribuição essencial à evolução da História da Família no Brasil. Além disso, ajuda a fortalecer ainda mais sua luz, outrora no final do túnel, trazendo-a para seu início de modo a brilhar intensamente, lançando seus raios sobre os trabalhos que virão, no futuro, relativos a essa recente temática da Historiografia Brasileira.

## A RELIGIÃO DOS ROMANOS

João RIBEIRO JUNIOR

(Capítulo do livro inédito: A Vida Privada e Social na Roma Antiga)

Cícero, Salústio, Horácio e Tito Lívio afirmavam que os romanos eram o povo mais religioso do mundo. Porém, a verdade é que os romanos se comprometiam a honrar às divindades, se estas, em troca, lhes concedessem favores. O realismo romano levou, assim, a uma religião sem misticismo e sem dogmas. A religião romana, portanto, em sua essência, não era espiritualista; sua preocupação básica não visava o melhoramento moral do homem, senão afastá-lo dos perigos e protegê-los dos males. Prático, positivo, formalista, o romano organizou o culto à sua imagem. Deste modo, o *pater-famílias* era, por ofício, o sacerdote da família, que sacrificava em nome dos seus; enquanto que o culto público, eminentemente estatal, ficava a cargo dos funcionários e dos magistrados. Não havia, como entre outros povos da Antigüidade, a casta sacerdotal.

A religião primitiva romana era essencialmente animista e agrária; não existiam representações antropomórficas dos deuses, que podiam adotar diferentes aspectos, segundo fossem invocados pelo pastor, pelo camponês ou pelo soldado. Com os etruscos, através dos três volumes dos *Libri Etrusci*, recompilação dos ensinamentos de Tageta e Begoia (segundo Cícero, *De Divinatione*, "um camponês do território de Tarquínia, quando arava os seus campos, ao abrir com o arado um sulco mais fundo, tinha visto aparecer entre os torrões de terra uma figura de aspecto jovem, mas de raciocínio maduro, cujo nome era Tages (ou Tageta). Espantado, chamou com grandes gritos por uma multidão de gente. Tendo-se espalhado a notícia desse prodígio, todos acorreram. Tageta teria então proferido discursos que foram registrados por escrito". Begoia era uma ninfa que revelou a ciência do raio para os etruscos), - aparecem novas divindades, surgem as primeiras imagens de deuses, descobrem-se novos ritos e a arte de conhecer o

futuro (*Auspicium*), através do *Haruspicium*, consulta às entranhas dos animais sacrificados: o fígado, por exemplo, era dividido em partes (casas) cada uma das quais correspondia a um deus, e as anomalias descobertas constituíam um sinal das disposições divinas; do Augurium, interpretação do voo ou do canto das aves; e do *Fulguralis*, explicação dos relâmpagos e dos raios. Havia 18 tipos de raios correspondentes a cada uma das regiões do céu; se o relâmpago viesse do Oriente era sinal de felicidade, se do Norte ou do Oeste, de mau agouro. Todo objeto fulminado pelos raios era considerado sagrado. Assim, os etruscos transmitiram para os romanos a idéia de que a natureza responde a uma finalidade universal e que os fenômenos (*prodigium*) se apresentam aos homens, provocados pelas potências divinas para instruí-los a respeito de seu futuro, bem como de seus deveres.

Embora aceitando as práticas adivinatórias, os romanos, ao contrário dos gregos, estavam mais preocupados com o presente do que pela predição do futuro. Cícero, que não acreditava nos oráculos, definiu a adivinhação como “uma preciosa vantagem que contribui poderosamente para aproximar a natureza humana da divina”, e nos deu as seguintes modalidades praticadas em Roma, em sua obra já citada *De Divinatione*: 1) Adivinhação externa, artificial ou indutiva pela observação e interpretação de sinais exteriores, enviados pelos deuses: a) segundo a intenção, distinguem-se os prodígios, os sinais, cujo sentido é antecipadamente convenionado; os sinais fortuitos, a interpretar posteriormente; b) segundo o fenômeno natural observado, distinguem-se a ornitomania (pássaros), a ofiomancia (répteis), a dendromancia (plantas e árvores), a cledomancia (atos instintivos do homem), a hepastoscopia ou arte dos arúspices (fígado dos animais), a piromancia (fogo), a hidromancia (água), a oenomancia (vinho), a aleuromancia (desenho formado pela farinha molhada e depois seca ao sol), a observação dos fenômenos meteorológicos (raios e trovões), a astrologia (astros), a quiromancia (mãos), etc. 2) adivinhação interna, natural ou intuitiva: a) os grandes círculos (revelação divina direta, sem sinais exteriores); b) a niromancia (sonhos, simples ou com incubação); c) a necromancia (pelos mortos); d) a cremologia (delfrio dito sagrado entre os oráculos). Embora não citada por Cícero havia ainda a Antropomania, que consistia em matar crianças para os arúspices (*aruspex*) interpretarem suas vísceras. O senado romano proibiu os sacrifícios humanos em 95 a.C., contudo, no tempo de Tibério (14 a 37 d.C.) foram imoladas crianças nas *Saturnálias* (festas realizadas em dezembro. Celebravam-se o regresso à época primitiva, quando Saturno era rei; época em que se aboliam as leis e as diferenças sociais entre os homens; invertiam-se, então, as posições sociais: os escravos davam ordens aos seus senhores, e estes os serviam à mesa). Cada divindade tinha seu animal ou sua ave mensageira, cujo canto, voo ou vísceras eram interpretadas. Destarte, Apolo tinha o corvo; Vesta, a água; Minerva, a coruja, etc. Vários animais eram consi-

derados portadores de *Auspicium*, como o touro, a serpente, o rato, entre outros. Sabe-se que Fábio Máximo, *Cunctator* (o Contemporizador) renunciou a ditadura porque um rato cruzou seu caminho.

No culto privado, os romanos usavam técnicas de adivinhação como a Alectriomania (derivado, talvez, de *Alecto*, fúria do Inferno, segundo Virgílio), que consistia na escolha que faziam grãos de trigo espalhados sobre um círculo alfabético e a leitura das letras correspondentes aos grãos escolhidos; ou usando um copo emborcado numa mesa, no centro de um círculo de letras, onde o advinho apenas coloca a ponta de seus dedos em cima do copo, sem empurrá-lo, e este se move formando frases. (Origem, provável, da *Ouija*, o copo que anda. *Ouija* vem da palavra *sim* (*oui* em francês; *ja*, em alemão) e consiste numa mesa polida com 40 x 30cm, na qual está inscrito o alfabeto em uma grande meia lua ao longo de sua borda. No extremo da mesa é colocada uma prancha menor com a forma de coração, montada sobre pequenos rolamentos que a permitem oscilar de um lado para outro; se uma ou mais pessoas colocam levemente a ponta de seus dedos na prancha em meia-lua, ela pode oscilar, de modo que a ponta do coração vai indo de letra em letra, formando palavras ou mesmo frases); - o processo chamado *Sortitus*, que deu origem a “sorte”, e a frase “tirar a sorte”, que consiste em retirar, aleatoriamente, algum objeto de um recipiente; e ainda a Electromancia, que era praticada colocando-se um galo branco, privado dos esporões, dentro de um círculo, tendo escrito na sua periferia as letras do alfabeto cobertas por um grão de milho; à proporção que o galo comia, anotavam as letras descobertas para ser formulada a resposta que se pedia.

Os primeiros auspiciadores (de *auspicio*, tomar os auspícios) de procedência etrusca foram implantados em Roma por Rômulo. O Augúrio (*Augurium*) tornou-se, então, uma instituição romana, composta de três membros que foram depois aumentados para seis, e para nove, sendo quatro patrícios e cinco plebeus. “A sua ciência se reduzia, diz Cícero, a doze capítulos ou artigos como os doze signos do zodíaco”.

No culto público a adivinhação iniciava-se com o *Praesagitio* (presságio), que deveria ser interpretado pelos auspiciadores, cuja influência foi de tal ordem, que uma lei de 150 a.C. dispôs que não se tomasse nenhuma decisão sem antes consultar os augúrios. A arte do presságio, que se dizia ensinada por Prometeu, dividia-se em sete classes: as palavras fortuitas; os estremecimentos de qualquer parte do corpo, principalmente do coração, dos olhos, das sobrancelhas; os zumbidos nos ouvidos; os espirros de manhã, ao meio-dia e à tarde; as quedas imprevistas; o encontro de certas pessoas estranhas, desconhecidas ou contrafeitas, como também o encontro de certos animais, e os nomes e os prenomes.

Criou-se um *Collegium Augurium*, que zelava para que os presságios fossem favoráveis, através de um minucioso ritual, que visava a modificação do *Fa-*

*tum* (*Fatus* para os homens; *Fata* para as mulheres) que designava o conceito de "vontade" (*numen*) da divindade; decisão irrevogável, da qual dependia o lícito (*fas*) e o ilícito (*nefas*). Sob a influência grega, o *Fatum* passou a ser o *Destino*. É assim que os *Augures* do Lácio e os Flamines (sacerdotes de Júpiter, de Marte, de Rômulo, que adotavam o apelido do nome dos deuses a quem serviam: *Flamen Martialis*, etc. *Flamen* vem de *filum*, fio de lã com atavam os cabelos) tinham o poder de conjurar ou dirigir o raio por meio de encantamentos, anulando o *Fatum*, captado pelos adivinhos dos *Fulgurales*, que interpretavam a queda dos raios, segundo à maneira etrusca. Caso não conseguissem, costumavam dizer: "Si fata fuissentut..." (se os destinos tivessem consentido que...)

Os romanos apoderaram-se da astrologia grega e a transformaram em astrologia romana, para completar suas predições. (A mais antiga representação conhecida do zodíaco encontra-se no teto de um templo em Denderah, Egito, que data de 100 a.C., e apresenta forte influência grega).

**Zodíaco** (círculo de animaizinhos) é o nome dado pelos gregos à zona celeste que osol parece percorrer no seu curso anual. Foi dividido em doze espaços, correspondendo cada espaço a um mês do ano. Nesses doze espaços estavam outras tantas constelações, chamadas os doze palácios do sol, em que Apolo entrava sucessivamente. A primeira constelação era *Aries* (Carneiro), correspondente ao mês de março; era o carneiro, velo de ouro, sobre o qual Frixo e Hele atravessaram o Helesponto. A segunda era *Taurus* (Touro), correspondente ao mês de abril; dele se utilizou Júpiter para transportar à ilha de Creta a bela Europa, filha de Agenor, rei da Fenícia, e que deu o nome a uma das partes do mundo então conhecido. A terceira chamava-se *Gemini* (Gêmeos), e correspondia ao mês de maio; eram Castor e Pólux, filhos de Lêda e de Júpiter, A quarta era *Câncer* (Caranguejo), mês de junho; Câncer era o monstro enviado por Juno contra Hércules, a fim de o impedir de matar a hidra do lago de Lerna. A quinta era *Leo* (Leão), mês de julho; representava o leão da floresta de Neméia, morto por Hércules. A sexta era *Virgo* (Virgem), mês de agosto; era Têmis, deusa da Justiça. A sétima era *Libra* (Balança), mês de setembro; era a balança suspensa no céu por Astréia, deusa da Paz, quando tornou a subir para o céu, depois de abandonar a terra, manchada de sangue pelos crimes dos homens. A oitava era *Scorpio* (Escorpião), mês de outubro; era o Escorpião, cuja picada causou a morte do gigante Orião. A nona era *Sagittarius* (Sagitário), mês de novembro; era o centauro Quirão, preceptor de Aquiles. A décima *Caper* ou *Capricornius* (Capricórnio), mês de dezembro; era a cabra Amaltéia, que amamentou Júpiter. A décima primeira *Aquarius* (Aquário), mês de janeiro; julga-se que era Ganimedes, herói troiano, que por sua beleza foi raptado por Júpiter, tornando-se copeiro dos deuses. (Simbolicamente, *Aquário* é um signo de ar, governado por Urano. Seu símbolo representa as ondas não líquidas, mas elétricas, ou seja, águas celestes do conheci-

mento superior (gnose), vertidas por Urano, o “homem portador da urna”). A décima segunda, *Piscis* (Peixes), mês de fevereiro; eram os peixes que transportaram Vênus e seu filho além do Eufrates, durante a guerra dos deuses contra Tifeu.

Embora Cícero e Agripa fôsem totalmente contrários à Astronomia, Marco Antonio teve seu astrólogo egípcio, a soldo de Cleópatra, afirma Plutarco; e o imperador Otávio Augusto divulgou seu horóscopo, revelando, assim, a data de sua morte, e mandou cunhar moedas de prata com o seu signo: Capricórnio, representado como um bode marítimo; mais tarde, porém, limitou a prática da Astrologia, possivelmente numa tentativa de desencorajar conspirações contra sua vida. Tibério, graças ao seu astrólogo Traslo, tornou-se perito no Zodíaco. Conta Dion Cassius (*História Romana*) que Tibério estudava os horóscopos de personagens importantes do Império para mandar assassinar aqueles que pudessem vir a suceder-lhe. Nero teve um astrólogo particular, Babillus, que pertenceu, também, a Vespasiano. Suetônio, na *As Vidas dos Doze Césares*, 1959, p. 389, relata um fato curioso ocorrido na época do imperador Domiciano, por volta de 95 d.C., a respeito de um astrólogo chamado Asclétarion que tendo predito a morte de Domiciano, este mandou executá-lo. Narra Suetônio: “Ele perguntou a Asclétarion qual seria seu próprio fim; como este assegurasse que muito em breve seria despedaçado por cães, Domiciano ordenou que o matassem sem demora. E para deixar constatada a vaidade do caldeu, ordenou que o queimasse com o maior cuidado. Enquanto, porém, se dava execução a esta ordem, sobreveio, de súbito, uma tempestade que deitou por terra todo o aparato dos funerais e cães estraçalharam-lhe o cadáver semicremado.”

Os romanos eram escrupulosos quanto as prescrições sagradas, revelando certo temor da divindade. Assim, tanto no culto público (*Sacra publica pro populo*) como no privado (*Sacra privata* ou *Gente*), as palavras rituais deveriam estar de acordo com o texto estabelecido; caso houvesse erros na pronúncia ou se se esquecesse algum termo, dever-se-ia repetir tudo de novo, sob pena de consequências imprevisíveis. Daí serem guardados zelosamente os *Annales* (Anais) e os *Hymni* (Hinos), sagrados e imutáveis, redigidos pelos sacerdotes. Nunca eram mostrados aos estrangeiros, pois revelar algum rito ou fórmula seria trair a religião da cidade, e entregar os seus deuses ao inimigo. Graças a esses *Anais* e a uma tradição oral, formou-se escola de eruditos desde Varrão e Valério Flaco até Aulo Gélío e Macróbio, que derramaram luz por sobre toda a história antiga, dando início à época da crítica histórica romana.

A autoridade superior do culto em Roma era o *Collegium Pontificum*, cujo sumo sacerdote era o *Pontifex Maximus*, que, apesar de tudo, estava abaixo do *pater-familias*, em questão religiosa, pois podia apenas certificar-se se o pai de

família cumpria com todos os seus ritos religiosos, mas não tinha o direito de lhe ordenar a mais ligeira alteração nas suas leis domésticas de religião, como, por exemplo, na mais tradicional adoração privada dos romanos: a dos *Penates* (de *penus*, comestíveis; por extensão, despensa), divindades protetoras do lar, que velavam pela conservação dos alimentos, participavam das alegrias e tristezas domésticas, ao lado de *Vesta*. As estatuetas, representativas desses deuses, eram colocadas num canto da sala, e no meio delas colocava-se uma estátua de um cão (*Lar Familiaris*), símbolo da fidelidade dos deuses, e sua missão de guardiães. Ofereciam-lhes libações ou sacrifícios no fogo da lareira doméstica (Ainda hoje, na Europa Ocidental, a lareira é considerada o lar dos *gnomos* e das *fadãs*, que trazem felicidade à casa, e segundo algumas crenças, ajudam mesmo nos trabalhos domésticos). Os Penates dividiam-se, principalmente em *Lares* e *Manes*. Os *Lares*, de origem etrusca, eram deuses domésticos em que se adoravam os antepassados; sucedâneos dos *totens* dos clãs primitivos. Conta uma versão que Ocrísia, filha de um rei de Cronículo, cidade do Lácio, é curioso notar que *corniculum* é o ornamento em forma de chifre no capacete, como usavam os vikings), era escrava na corte de Tarquínio Prisco, o quinto rei de Roma. Um dia, ao cuidar do rito do deus Lar Familiaris, viu aparecer, nas cinzas do fogo, um órgão sexual masculino; consultou um auspiciador, e este mandou-a preparar-se para o casamento; e à noite deste mesmo dia, foi possuída pelo deus, nascendo, assim Sêrvio Túlio, que quando ainda bebê teve sua cabeça envolvida por chamas. Tal fenômeno foi interpretado como sinal de glória. Realmente, Sêrvio Túlio tornou-se o sexto rei de Roma, que elaborou uma Constituição, dividindo patrícios e plebeus em diversas classes, e estabeleceu as obrigações militares e políticas com base no censo. Ele foi morto por seu genro, Tarquínio, o Soberbo, último rei etrusco de Roma.

Segundo os antigos latinos, *Pontifex* vem de *pons/fex (facio)*, ou seja, Construtor de pontes. O Pontífice teria construído a primeira ponte sobre o Tibre. (A histórica defesa desta ponte por Horácio Cocles, no combate entre Horácios e Curiácios, no primitivo estado romano, foi matéria de muitos hinos épicos). Uma outra versão reza que o Pontífice presidia à construção das pontes, imolando vítimas humanas ao rio, para assegurar a solidez delas. É de se notar que, mais tarde, as Vestais foram encarregadas de manter esse ritual, atirando todos os anos ao Tibre vinte e quatro bonecos de vime. A partir de Otávio Augusto será sempre o Imperador que deverá ocupar o posto de *Pontifex Maximus*.

Durante as guerras púnicas, que se estenderam de 264 a 241, de 218 a 201, e de 149 a 146 a.C., o antropomorfismo fez rápidos progressos; e os antigos *Numes* romanos assumiram os atributos dos seus semelhantes gregos. Porém, foi na ditadura de Júlio César (49-44 a.C.) que os romanos começaram a fazer representações de deuses com forma humana, dando origem a escultura mitológica de imitação grega. Finalmente, com a queda da República por volta de 30 a.C., oficializa-se a *Mitologia greco-romana*.

## FERROVIAS, IMAGINAÇÃO E REALIDADE

Edilberto TREVISAN

Quando o governo norte-americano estuda a alternativa de uma "ponte ferroviária" de 80 km em substituição ao Canal do Panamá, a maravilha do século envelhecida pelo desenvolvimento da navegação marítima, e quando o Japão põe em operação uma linha ferroviária submersa de cerca de 30 km, temos que admitir que a era do caminho de ferro está longe de atingir o fim e ainda não perdeu o interesse como campo em que o homem, imaginando e realizando, aproveite as últimas conquistas técnicas.

É meio acaciano afirmar, mas poucas invenções humanas tiveram e têm um lugar tão destacado na história dos povos quanto as ferrovias, sem mesmo discutir se de efeito ou de causa. As ferrovias disputam posto com a bicicleta e com a navegação a vapor, que são também instrumentos humanos que ninguém ainda pensa em relegar para o monturo das coisas inservíveis.

A estrada de ferro distingue-se por uma hierarquia histórica, de efeitos tão acentuados que se fazem sentir mesmo quando os planos de uma construção não saíram do papel, da crisálida dos sonhos e da imaginação. Nesse caso, permanecem como registros de empreendimentos falhados, um somatório de razões estratégicas, políticas, geográficas e econômicas admitidas e defendidas num determinado momento, e cuja reconstituição posterior não significa perda de tempo, pois poderá auxiliar o reconhecimento dos andaimes históricos dessa mesma época e, talvez, inspirar e renovar pontos de partida para novos planejamentos. Afinal, nada de novo sob o sol.

Na Conferência de Algeciras, evento diplomático que se realizou em 1906, na cidade do mesmo nome, próxima a Gibraltar, na Espanha, os debates e as disputas sobre a partilha das colônias ao norte, oeste e sul do Saara levaram a um interessante projeto ferroviário, grandioso mas nada desprezível naqueles tempos eufóricos da anteguerra mundial. Trazia o objetivo de abrir a extensa costa africana à liberdade comercial dos povos vizinhos, apesar de ser fruto de guerrilhas

diplomáticas entre França, Inglaterra, Espanha e Alemanha. Impuseram a esse empreendimento internacional o nome de “Estrada de Ferro Ibero-Européia-Americana”, porque, partindo de Algeciras, unindo Tanger a Dacar na África, dali por navios rápidos até Pernambuco no Brasil.

Por esse sistemas misto de transporte marítimo-ferroviário, os passageiros europeus (quando ainda se pensava em passageiros), realizando os sonhos de Júlio Verne, chegariam à América, no caso Pernambuco, no tempo espantosamente curto de apenas cinco dias. Leve-se em conta que a era aviação apenas engati-nhava nos seus primeiros modelos desajeitados. O projeto teve boa aceitação, tanto que chegou a ser debatido no Congresso Internacional Ferroviário de Berna a soma de 700 milhões de francos para sua implantação, com trens rápidos, a 100 km horários e vagões de grande conforto e segurança. Sua viabilidade econômica parecia evidente pelo interesse direto da Espanha e principalmente da França e da Inglaterra, cujas colônias na costa ocidental da África ficariam ao alcance quase imediato das metrópoles, sem falar nos planos alemães sobre alguns territórios africanos. No mais, representava uma verdadeira ponta de lança estratégica sobre territórios brasileiros e suas matérias-primas, então já sob os planos de domínio da Brazil Railway Co., cujos planos de expansão no Brasil encontraram em Joaquim Nabuco um hábil negociador em Washington.

Felizmente ou infelizmente, a tempestade da Primeira Guerra Mundial e o posterior advento e desenvolvimento da aviação comercial sepultaram, talvez para sempre (nunca se sabe) essa ambiciosa iniciativa, que teria unido o Brasil ao coração da Europa, por uma via moderna de inegáveis conseqüências históricas. Mesmo hoje, no continente africano, ainda se encontra longe a realidade de uma ligação ferroviária entre Tanger e Dacar, largo trecho desértico que, na melhor das hipóteses, acolhe motoristas competitivos em ralis desmiolados. Não se pode negar, porém, que a “Estrada de Ferro Ibero-Européia-Americana”, sem ultrapassar o estágio da imaginação de seus idealizadores e sem atingir a fase concreta de construção, ficou como um dos registros históricos de sua época, em cujo contexto se insere, auxiliando a redescoberta do xadrez diplomático armado pela França e Inglaterra contra a Alemanha, com algumas compensações de volta à Espanha.

Caberia aqui refletir naquilo que se chamou de “pensamento não formulado dos sonhos”. De repente o homem se julga capaz de resolver os mais intrincados problemas, num estado de dormência e depois, como disse um filósofo, “ao despertar, tudo se esfuma”, como se aquela montagem de pensamento não suportasse a transposição em símbolos reais. Ao contrário do que se poderia julgar, é precisamente essa característica que torna grandes os projetos humanos, pois se integra à condição humana o pensar, não apenas em realidades do momento, imediatas, mas preocupar-se com necessidades “possíveis”, sob o estímulo de uma sensação futura ou, como se escreveu, “esta representação antecipada de um futuro representa imaginariamente algo que não existe para passar desta possibilidade à realidade ou seja, de potência ao ato”. Vemos assim que a todo e qualquer

ato humano corresponde obrigatoriamente uma fase imaginativa, preparatória, que, uma vez realizada, já será o futuro, uma espécie de período conjectural mais dependente da vontade puro do que as relações concretas.

Sob tais reflexões, talvez pudéssemos acrescentar uma fase imaginativa aos períodos classicamente admitidos do estudo, locação, construção e operação comercial na realização de uma ferrovia, algo assim como um tempo preparatório, de aliciamento de vontades, de reflexão, mas ainda não de condições concretas, pois, como se sabe, a toda obra importante de engenharia precede uma rigorosa inspeção de viabilidade econômica, técnica e até política.

Com raras exceções, a história tem apresentado essa fase preparatória e volitiva como a mais longa, a mais difícil, eis que nela operam a toda força as circunstâncias políticas divergentes, numa espécie de juízo irrecorrível do empreendimento. Quase sempre, as viabilidades técnicas e econômicas podem ser contornáveis pelo avanço tecnológico, mas os atoleiros políticos abrigam e exibem as muitas cruces dessas quase realizações. Quando se pensou construir a *Noroeste*, linha de penetração estratégica recomendada pela experiência militar da Guerra do Paraguai, a fase preliminar arrastou-se de 1876 até 1905. Finalmente, foi construída. Há exceções, como a *Transiberiana*, estabelecida, segundo contam, pela vontade poderosa do czar que pôs a régua sobre o mapa e determinou o início dos trabalhos.

No Paraná, que mais de perto nos interessa, os primeiros trechos ferroviários, de modo geral, nasceram de movimentos de opinião longamente debatidos e se firmaram no exame amplo e amadurecido. A linha de Paranaguá a Curitiba teve um período gestatório de pelo menos três décadas. Colocada em operação com relativo sucesso, funcionou como incentivo de outros planejamentos e estes, por sua vez, também exerciam pressão para a expansão das primeiras linhas.

Antes mesmo do início da construção, em 17 de março de 1879, propôs o comendador Antônio Alves de Araújo, que liderava as aspirações de Antonina, a construção de uma via férrea, por tração animal ou a vapor, entre Antonina e Morretes, mas renunciou expressivamente a tais pretensões em 24 de janeiro de 1882. Havia outros meios para Antonina fazer valer os seus direitos. Em 27 de janeiro de 1883, comerciantes de Antonina, representados por David A. S. Carneiro, solicitaram o privilégio de uma linha de bondes entre Antonina e Morretes, pedido que chegou a ser transformado na lei nº 754, de 15 de novembro de 1883. Já em concorrência, foi o processo sobreestado pela presidência da Província, dando lugar a nova representação das classes interessadas de Antonina, que traz a data de 22 de março de 1884.

Mas eram apenas episódios na disputa entre Antonina e Paranaguá, cujo processo estertorava à medida que os trilhos avançavam na direção de Curitiba. Todas as aspirações esbarravam na concessão da companhia francesa, que incluía todos os pontos situados a 20 km da linha férrea, compreendendo

portanto toda a região de Antonina como área de sua competência contratual. A esta altura dos acontecimentos, Antonina procurava atrair para sua influência a vasta e riquíssima região do Assunguí e mais além em projetos que foram, sob um ponto de vista técnico, mais bem estruturados e concebidos.

Quais as principais estradas de ferro que convém construir ou prolongar nesta província e que precisam de auxílio do governo? Eis a indagação, em 1881, do Ministro da Agricultura do Império ao governo da Província do Paraná. Respondeu o engenheiro da província Francisco Antônio Monteiro Tourinho, profissional competente e experimentado nos vários setores de sua trabalhosa vida profissional no Paraná, com o relatório datado de 16 de agosto do mesmo ano, de mais de vinte páginas manuscritas, com todas as exigências de um diagnóstico técnico das condições oferecidas a novos empreendimentos ferroviários. Resumidamente, representa uma realidade do momento sob o ponto de vista do autor.

Para Tourinho, a província, contando com um vasto território com menos de um habitante para cada dois quilômetros quadrados, não dispunha de grandes centros populosos e produtores. Sua principal produção agrícola, a erva-mate, se constituía numa riqueza disseminada e não centralizada ou concentrada, fatores altamente desfavoráveis à demanda do transporte ferroviário. À época, por sinal, o mercado ervateiro vinha apresentando baixa acentuada e constante. Apesar de tudo, com certa pitada de imaginação, assegurava Tourinho que “de modo nenhum pretendo insinuar que ela (a Província do Paraná) não merece os auxílios do estado para esses e outros melhoramentos. Pelo contrário, esperançado no grande futuro que as boas vias de comunicação e a colonização trarão a esta província, penso que, embora as estradas de ferro aqui não possam por enquanto ser objeto de especulação mercantil, deve o estado favorecer o mais possível a sua construção”.

Para o prolongamento que julgava necessário da linha de Paranaguá a Curitiba, propunha, como já o fizera antes, o vale do rio Piquiri, contrariando Lloyd e o capitão Palm, ao desprezar o desenvolvimento da linha pelos vales dos rios Ivaf e Tibagi, assim como também o rio Iguaçu até sua foz no Paraná. Neste particular era firme e sensata a posição de Tourinho, que o futuro havia de confirmar quando a via férrea, neste século, alcançou Guarapuava, para ele já “sede da mais interessante comarca da Província”. Como conciliar, porém, o prolongamento da linha tronco por uma faixa que se apresentava quase deserta com os pesados ônus da garantia de juros pelo governo? Tourinho, aderindo ao pensamento de Tavares Bastos, defende em sua exposição a conveniência de taxar os grandes latifúndios improdutivos à beira da nova estrada e primeiros beneficiários do transporte ferroviário. Matar dois coelhos com uma cajadada: restringir as grandes propriedades ociosas e suprir o Tesouro com meios de responder aos encargos da garantia de juros. Em 1881, segundo o pensamento de Tourinho,

ainda pairava muito pessimismo quanto à exploração comercial do transporte ferroviário, inclusive do trecho de Paranaguá a Curitiba. Era uma posição que coincidia com a de outras personalidades, entre as quais o historiador Capistrano de Abreu, presente às festas de inauguração desse primeiro trecho na Província, em fevereiro de 1885.

Não alude o relatório de Tourinho a uma das mais férteis e então promissoras regiões do Paraná, não apenas como centro importante de produção agrícola, mas com a possibilidade de operar como corredor natural de acesso para o norte da província, já destacado pela riqueza natural de suas terras, onde se estabeleciam colônias de nacionais e estrangeiros. Compreendia toda a zona do Assunguí, desde o rio Cachoeira até Castro, principalmente os terrenos da ex-colônia do Assunguí.

Outro engenheiro provincial, Constante Afonso Coelho, à frente da Diretoria de Obras Públicas, assim a descrevia: "Com bastante conhecimento dessa colônia que dirigi interinamente de julho a agosto de 1880, tempos em que ali fazia-se o estudo de uma estrada de rodagem que a ligasse ao mercado de Antonina, conhecedor de sua riqueza pela feracidade das terras e por muitos outros elementos naturais, suficientes para, quando explorados e utilizados, elevar-se em futuro próximo à altura de uma das mais importantes cidades da província, desde que disponha de uma viação rápida e econômica..." (Constante Afonso Coelho, informação datada de 27 de março de 1882). Em apoio de sua opinião, lembrava as enormes somas dispendidas pela província em estabelecimentos coloniais, como os da Cachoeira (Pietro Setraghi, Fanor Cumplido, Diogo Rodrigues de Vasconcelos), da ex-colônia Assungui, do Rio Pardo, afora os povoados de Serro Azul, Votuverava e terras adjacentes. A ligação direta com Curitiba fora sempre encarecida como imprescindível à sobrevivência de toda a região. Destaca um relatório da época que "tem sido o celeiro da capital e por falta de uma estrada acha-se a privilegiada zona impossibilitada de abastecer este mercado, preferindo os antigos colonos, que ainda ali existem, deixar inutilizar-se suas colheitas a sujeitar-se a prejuízos certos, determinados pelo alto preço que atingem as mercadorias, isso devido aos especuladores de transporte".<sup>1</sup>

Não admira, pois, que tantas tenham sido as concessões requeridas e obtidas para estradas de ferro sobre esse segmento da província, por onde também se abriria um corredor para Castro, Jaguariáva, São José da Boa Vista e outros pontos da província e fora dela. Deliberadamente ou não, alguns desses projetos fermentavam sob o litígio entre Antonina e Paranaguá por um terminal ferroviário, a essa altura já definido em favor desta.

Em 10 de dezembro de 1881, os engenheiros Olímpio Rodrigues Antunes, Manoel Timóteo da Costa, este qualificado como lente da Escola

---

(1) (Arquivo Público do Paraná, livro de Ofícios 886, ano 1890, fls. 111).

Politécnica, e Horário Rodrigues Antunes pleitearam a concessão de uma estrada de ferro entre Antonina e Castro, passando pela colônia Assunguf, nas proximidades de Votuverava, mas não levaram avante esse projeto.

Por edital de 23 de maio de 1882, o engenheiro civil João Gonçalves de Araújo e Antônio da Costa Borlido, negociante na praça do Rio de Janeiro, requereram privilégio para uma ferrovia do porto de Antonina até a colônia Assunguf. Por avançar na zona de privilégio da linha de Paranaguá a Curitiba, houve protesto da companhia francesa. Os estudos do ramal de Morretes a Antonina, da Compagnie de Chemins de Fer Brésiliens, aprovados pelo decreto 8505, de 29 de abril de 1882, mostravam que Antonina, na extremidade de um desenvolvimento de pouco mais de 15 km, num raio de 30° com referência à linha tronco, ficava a 9 km dentro da faixa reservada pelo contrato da companhia.

Serviria a uma vasta região compreendendo as localidades de Pedra Preta, Ribeirão Grande, Ouro Fino, Bocaiúva, Campinhos, Tigre, Figueira, Mato Preto, Ribeira do Apiaf, Putunã e Capivari. O traçado partia de Antonina pela margem do rio Cachoeira, passando por Portão, Bairro Alto, Cotia, transpondo o rio Cachoeira, depois Boa Vista, Guabirota, Putufla, Bocaiúva, Pedra Preta, Mato Preto, Serro Azul, Sertão e colônia Assunguf. Futuramente, visava alcançar o Paranapanema e Mato Grosso, estabelecendo a mais curta diretriz entre este e o Paraná. O empreendimento era ambicioso.

Pela lei provincial 692, de 13 de novembro de 1882, o Comendador João Frederico Russell e o engenheiro Diogo Rodrigues de Vasconcelos obtiveram concessão de uma via férrea de Curitiba à Vila do Assunguf, com um ramal de um ponto entre Florestal e Arraial Queimado para o litoral, a 12 km da foz do rio Cachoeira, depois transferido para a barra do rio Curitibaiva. O parecer do engenheiro fiscal da companhia francesa, sempre solicitado em tais pedidos, foi taxativamente contrário ao ramal, apesar de favorável para a linha tronco. Por volta de 1889, a concessão da lei 692 já caducara.

Os mesmos João Frederico Russell e Diogo Rodrigues de Vasconcelos, pela lei provincial 839, de 9 de dezembro de 1885, garantiram concessão de uma via férrea, da estação já existente, de Piraquara, até o Arraial Queimado, passando pela Florestal, próximo à Graciosa, e Campina Grande. Depois desta, atravessaria o ribeirão Passa Sete os Montes, o ribeirão Monjolo, entrava na antiga estrada do Arraial, seguindo-se a praça do Arraial Queimado. A importância desta ferrovia estava principalmente na madeira de pinho, seu preparo e exportação. Destina-va-se a atravessar mais tarde o território do Assunguf e "entroncar-se com a Sorocabana", numa ligação fácil e direta com o Rio de Janeiro.

As duas concessões, a do Arraial Queimado e do Assunguf, cercavam todas as zonas fertilíssimas do Assunguf e da Ribeira num quadrilátero ferroviário. Apesar de tudo, perderam interesse após o falecimento do Comendador Russell, sem que seus herdeiros e sucessores conseguissem renová-las.

Originadas pelo entusiasmo com o futuro do Paraná, que a exploração comercial do trecho de Paranaguá a Curitiba plenamente assegurava, ou in-

centivadas pelo interesse de mais um terminal ferroviário em Antonina, na luta intermínua contra o monopólio ferroviário de Paranaguá, não cessariam na década de 1880 as tentativas ferroviárias. Estender-se-iam pela década seguinte, quase num desvario, já sob a atmosfera eufórica do Encilhamento, às vésperas dos dias de terror da Revolução Federalista.

Divergem os historiadores quanto à coincidência dos séculos históricos com os cronológicos e civis. Para Pedro Calmon, o século XVI começou em 1532 com a fundação de São Vicente; o XVII, em 1625 com a fundação da Bahia; o XVIII, em 1694, com a movimentação das minas; o XIX, em 1808, à vinda da família real portuguesa; e o século XX, balizamento guia destas pesquisas, em 1888-89, com a Abolição e a República. Mais radical, Heitor Ferreira Lima retroage o início do século XX para a década de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai e a publicação do Manifesto Republicano, "como o ano que marcou o fim do Império e o surgimento dos instrumentos econômicos, políticos e sociais para a implantação da República".<sup>2</sup>

Os marcos históricos interessam ao estudo de nosso desenvolvimento ferroviário e à seqüência das concessões, frutos em última análise da mentalidade, das aspirações e do mecanismo governamental legislativo da época.

Sem preocupação com critérios absolutos, inatingíveis nesta área do co-nhecimento, poder-se-ia no entanto destacar nitidamente um primeiro período, ainda provinciano, como a época em que as concessões convergiam em feixe para a região do Assungú, ao norte da Capital, em territórios que se interpõem com São Paulo. Neste período, poderíamos até mesmo observar que o pensamento ferroviário corria atrás do progresso, procurando os espaços já colonizados na província.

Um segundo período coincidiu com a década de 1890, com a Abolição e a República, quando a expansão ferroviária se voltou para o interior, para o sertão, não apenas como efeito de uma explosão idealista de avarço para o oeste, como por efeito dos estudos e da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, um dos grandes troncos de ligação nacional. O primeiro Plano de Viação Nacional, do engenheiro Honório Bicalho, firmara parcialmente em 1881 uma diretriz para o sul, conjugando transporte fluvial e terrestre. Foi o segundo Plano de Viação Nacional ou "Plano Bulhões" que estabeleceu, no ano seguinte, o Grande Centro Sul terrestre, ligando o Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, das margens do rio Itararé a Santa Maria da Boca do Monte calcava-se em linhas gerais nessa diretriz.

Ainda sob o Império, em 1888, o engenheiro João Teixeira Soares, prestigiado pela conclusão da linha de Paranaguá a Curitiba, obtivera essa concessão, que em 1893 transferiu à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-

(2) Calmon, Pedro - *História social do Brasil*, 3º tomo. São Paulo, Editora Nacional, 1939; Col. "Brasiliana", v. 173 - Lima, Heitor Ferreira - *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo, Editora Nacional, 1987. Col. "Brasiliana", v. 383.

Rio Grande, de que veio a ser presidente do Conselho de Administração. A rapidez dos serviços de levantamento topográfico e dos estudos, que muita contrariedade haviam de trazer àquele grande engenheiro pelo abuso do quilômetro garantido, permitiu a inauguração oficial do primeiro trecho, de Piraf à estação de Rebouças, no dia 1º de janeiro de 1900. Mas, não avancemos no tempo.

Antes mesmo de sua conclusão, passou a atuar como elemento catalisador para as concessões estaduais, menos importantes e secundárias, para as quais assumia o papel de “tronco geral”, servindo-lhe de ponto de apoio e referência, pelo menos no trecho paranaense. Com isso deslocava-se o pólo geográfico ferroviário para o interior do Estado, na direção de Guarapuava, norte do Estado, Mato Grosso e outros objetivos mais distantes. O acontecimento novo da *São Paulo-Rio Grande*, um grande corredor de passagem transversal (infelizmente, pouco mais que isso), adaptava-se como uma luva nos novos tempos da República. Havia ânsias por mudanças, mudanças sociais, políticas, legislativas, econômicas, como o caminho mais curto para atingir o que se chamou de “progresso impetuoso”. Ainda segundo Calmon, tudo se resumia numa palavra - “impaciência” -, que a fermentação imaginativa dos empreendimentos multiplicava e favorecia. Imperava a necessidade, ou digamos com Calmon, a “impaciência” pelo desenvolvimento rápido de nossas ferrovias, pelo avanço no rumo dos sertões, onde não encontrariam a colonização, mas deviam incentivá-la e promovê-la. Esses dois momentos não são cronologicamente conseqüentes ou estanques entre si. Ainda dentro do espírito provincial, algumas concessões avançaram por sobre o segundo período, sempre insistindo sobre a região da Ribeira e do Assunguf ou girando ao redor da capital.

Recomendado junto ao presidente do Paraná, em 14 de janeiro de 1890, o engenheiro civil José Francisco Cantarino requereu privilégio para uma estrada de ferro de Curitiba ao rio Pardo, no ponto de confluência com o Ribeira, pelos vales dos rios Barigui, Rocinha, Assunguf e Ribeira. Serviria às povoações de Botiatuva, Areias, Rocinha, Assunguf de Cima, numa extensão de 250 quilômetros.

Em 28 de janeiro do mesmo ano, o engenheiro civil Francisco de Almeida Torres requereu privilégio para uma ferrovia que, partindo de Curitiba, seguindo pelas vilas de Votuverava e Cerro Azul, alcançasse regiões ricas de minas de cal, madeiras de lei, cana-de-açúcar, fumo, algodão, frutas, feijão e milho, indo “terminar em um ponto da linha divisória de São Paulo, com um ramal para a cidade de Castro”.

Pelo decreto nº 35, de 3 de fevereiro de 1890, Henrique Braconnot e Cândido Alves Mourão do Vale receberam o privilégio de uma ferrovia, da capital, percorrendo os vales dos rios Assunguf e Ribeira e terminando nas imediações do porto de Apertados.

Pelo decreto nº 92, de 25 de junho de 1890, o engenheiro Diogo Rodrigues de Vasconcelos e Pedro Bernardes & Ribeiro, estes sucessores do comendador João Frederico Russell, receberam concessão para construir uma estrada de ferro, começando na baía de Antonina, em frente à cidade, seguindo pela margem esquerda do rio Cachoeira, em direção do rio Pardo, pela margem deste até a barra, cortando as cabeceiras do rio da Rocha, seguindo o ribeirão Mato Preto, transpondo o Ribeira, pelo vale do rio das Sete Quedas, atravessando o rio Claro, vale do rio Deserto, rio Jaguaricatu, Jaguariaíva, São José da Boa Vista, ribeirão dos Mineiros, rio das Cinzas, até os saltos na margem esquerda do Paranapanema, numa extensão de 508 quilômetros. Serviria aos moradores do rio Turvo, Pires, Pequeno, Cachoeira, Capela do Bom Sucesso e Cerro Azul, terminando nos Saltos do Paranapanema ou “aquele que mais próxima ficará à linha da Sorocabana”.

No exame deste contrato pela Diretoria de Obras do Estado, ocorreu uma nota pitoresca, aqui referida como sinal dos tempos. Como existisse um outro contrato na mesma diretriz, a Diretoria de Obras impugnou o pedido. Acontece que o contrato anterior, de interesse de Francisco da Costa Pinto, Joaquim Antônio de Loyola, José de Assis Teixeira e Ignácio da Costa Pinto, tinha como objeto a construção de uma picada que desse passagem pelo menos a dois cargueiros. A prevalência do caminho de cargueiros sobre o caminho de ferro, como pensava a Diretoria de Obras, evidenciava pouco conhecimento das leis (mesmo naquele tempo) e também insólita má vontade. Os concessionários da ferrovia assim reagiram: “Se os poderes públicos, cogitando de uma rede de caminhos de ferro, admitiram como norma que as linhas férreas pudessem cortar umas às outras, aproximarem-se ou partirem do mesmo ponto, como, pois, admitir que um caminho de cargueiros embarce a construção de uma ferrovia?” E criou-se assim uma discussão infinda, de que dá notícia nosso Arquivo Público.<sup>3</sup> Pela informação da Diretoria de Obras, não se baseava ela na legislação federal aplicável e claudicava no exame da matéria ferroviária, tanto que, pressionada nesta questão burocrática, acabou por desabafar: “A verdade que parece transparecer das alegações e insistências de requerente, em quem reconheço capacidade de dedicação ao serviço, é que um espírito de vaidade pretende a concessão de privilégio que não espera realizar”. Enfim, não era difícil ao diretor de Obras profetizar no caso.

Outras mais concessões foram pleiteadas para a região do Assunguá. Entre elas, a do decreto nº 112, de 12 de setembro de 1890, em favor de David Antônio da Silva Carneiro, para uma ferrovia de 0,66 de bitola, de Curitiba aos núcleos coloniais ao redor da capital, mas que pretendia também alongar-se até o território paulista. Também a de Joaquim Procópio Pinto Chichorro, para uma estrada de ferro de Cerro Azul às margens do rio Ribeira.

(3) Arquivo Público. Livro de Ofícios nº 889, fls. 21 verso.

Eram, porém, iniciativas sem qualquer estudo de campo e sem suporte técnico, levantadas ao sabor de conveniências pessoais, que não acrescentam nada à árvore imaginária de nossas estradas de ferro, tal como ficou desenhada sobre o então Eldorado paranaense - o Assunguf.

Outros ventos sopravam sobre o Estado do Paraná. Começava a tomar vulto a construção de *São Paulo-Rio Grande*. E a *Estrada de Ferro do Paraná*, que fora imaginada como um tronco ferroviário, a espinha dorsal da Província e do Estado, caminhava a passos largos para transformar-se em simples ramal daquela ferrovia, dela ficando como tributária de transportes e, pouco tempo depois, passando mesmo a integrar o conjunto de linhas daquela estrada, jurídica e comercialmente absorvida.

No momento, a *Paraná* inaugurava os trechos de Curitiba a Lapa (18 de novembro de 1891), Morretes e Antonina (18 de agosto de 1892. Seguir-se-iam Serrinha-Restinga Seca, em 1º de novembro de 1892; e Restinga Seca-Palmeira, em 13 de maio de 1893. A história reservava outros panoramas num futuro imediato.

Quando o Visconde de Taunay, já autor da *Retirada da Laguna* (1871), publicou no ano seguinte o idílio de *Inocência*, atribui-se ao imperador o gracioso moto de que os dois livros, o primeiro épico e pungente, e o segundo delicioso, para usar uma expressão de Amoroso Lima, a briram-se ambos num par de asas que haviam de librar o autor à fama. O tempo confirmaria a sobrevivência de ambos, preferidos talvez pelo equilíbrio de arte e ciência, imaginação e realidade. Como se sabe, Taunay não parou af. Escreveu dezenas de livros, proseando recordações agrestes de viagens pelo sertão brasileiro, guerra, romances, peças teatrais, crítica, biografias, memórias, num conjunto de brasilidade que enriquece qualquer biblioteca que se preze. Neles descreve com frescor a paisagem e a natureza do interior brasileiro, que tão bem conhecia, sem desprezar temas da cidade, em que não alcançou o mesmo sucesso. Dentre os romances, *O Encilhamento*, publicado originalmente em folhetins da "Gazeta de Notícias", em 1893. Para o prof. Odilon Nogueira de Matos, "constitui precioso documentário para o conhecimento da vida do Rio de Janeiro nos tumultuosos anos que assinalaram o começo do novo regime em nosso país".<sup>4</sup>

Ao referir-se à *The Leopoldina Railway Co. Ltda*, companhia ferroviária seriamente atingida pela voragem do Encilhamento, uma pena destramada confidência que Taunay descreve bem, eis que ele próprio perdera grandes somas na bolsa.<sup>5</sup> Mas não seria preciso chegar a tanto para colher em nosso querido escritor, que foi também presidente da Província do Paraná, algumas pinceladas com que pinta aquela confusa quadra histórica, em que "todas as classes da sociedade misturadas, confundidas, enoveladas, senadores, deputados, médicos

(4) Matos, Odilon Nogueira de - *Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil*, p. 233. São Paulo, Museu Paulista, 1977.

(5) Benévolo, Ademair - *Introdução à história ferroviária do Brasil*, p. 564. Recife, 1953.

de nota ou sem clínica, advogados bem reputados ou desprestigiados, magistrados de fama, militares, um mundo de desconhecidos; homens vindos de todos os pontos do Brasil, alguns até das velhas bolsas da Europa, espertos, ativos, de modos ora insinuantes... afeitos a todos os negócios, prontos para as transações havidas e por haver..." Ansiedade, esperanças, receios, "como que um fluido indefinível, elétrico, febril, intenso, que, emergindo do seio da multidão, a envolvia em pesada atmosfera com prenúncios e flutuações de temporal certo..."<sup>6</sup> E também muita credulidade, credulidade ao máximo, sentimento coletivo exacerbado tal como vinhos há pouco no Plano Cruzado de nossos tempos.

O Paraná, mesmo de longe, sentiu os efeitos do seu Encilhamento, nos grandiosos projetos de engenhos centrais, companhias colonizadoras, até universidade, mas, em maior número, de projetos ferroviários. Seria, porém, desacertado ver todos esses empreendimentos como tipicamente resultantes do vértice de lucros ou de riqueza fácil. Alguns poderiam até trazer essa marca de origem. Havia projetos sérios e bem intencionados, destacáveis quando menos fosse pelos Memoriais Justificativos. No que diz respeito às estradas de ferro, eram em grande número, ao que não se pode atribuir exclusivamente ao Encilhamento.

Começara a operar a linha de Paranaguá a Curitiba, estendendo-se os ramais para o interior, ao passo que a empresa São Paulo-Rio Grande ia seccionar o território paranaense de alto a baixo, no sentido Norte-Sul. Os trabalhos de estudos e locação iam avançados. Mesmo antes de serem colocados, os trilhos dessa linha interestadual exerciam um forte poder de atração, trabalhando no mesmo sentido do idealismo e do entusiasmo dos republicanos novos. Um tempo propício às aventuras que contava ao mesmo tempo com um terreno favorável, apontando na direção dos sertões vastos e quase desconhecidos, um grande vazio democrático e econômico que era preciso preencher e povoar.

Dentre todas, a cidade de Castro apresentava-se como ponto privilegiado de única porta para Oeste, ponto terminal de uma estrada que poderia levar à Fazenda Fortaleza, a Monte Alegre, São Jerônimo, Jataf e São Pedro de Alcântara, onde a figura de frei Timóteo estava prestes a terminar uma vigília de quarenta anos. Era portanto uma região preferida para ponto de partida dos projetos de estradas de ferro. Tanto mais que estava escolhida para uma futura estação da *São Paulo-Rio Grande*, além de já contar com significativo desenvolvimento agrícola e pastoril.

Várias concessões haviam escolhido Casto como ponto inicial. De Presciliano da Silva Corrêa, de Castro seguindo os vales do rio Paranapanema, com um ramal pelo Rio Turvo até Cerro Azul, requerida em 30 de julho de 1890.

(6) Taunay, Visconde - *O Encilhamento*. São Paulo, Melhoramentos.

Da Companhia Colonial São Paulo-Paraná, de Castro a Barra do Rio Tibagi, de 20 de julho de 1891. Do Barão de Monte Carmelo, de Castro até a confluência do rio Tibagi, no Paranapanema, passando pela Fazenda Monte Alegre, em 25 de abril de 1891.

A par desses, outros pontos de partida também eram estabelecidos. Em 29 de agosto de 1890, João Pereira da Costa requereu privilégio para ferrovia desde Sorocaba até Jacarezinho e Rio das Cinzas. Domingos Inácio de Araújo Ribas, de Ponta Grossa ao rio Ivaí, nas ruínas de Vila Rica, passando pela Colônia Teresa, de 2 de junho de 1891. Fausto Bento Viana, Francisco (Françóis) Gheur, engenheiro belga que trabalhou no ramal de Antonina e no prosseguimento da linha de Curitiba, tutor do menino que seria o grande escultor Zaco Paraná, e Pedro Belizário Loureiro de Andrade, para uma estrada de ferro de Teresina a Vila Guaíra, em 12 de maio de 1891. Em 9 de junho do mesmo ano, concessão partindo de Palmeira, passando por Triunfo, São Mateus, Porto União, até Palmas, em favor de João Tobias Pinto Rebelo e Joaquim Ventura de Almeida Torres. Uma resolução do Congresso de 1892 deu a José Secundino de Oliveira a concessão de Palmeira a Vila Rica. O decreto nº 10, de 8 de janeiro de 1890, em favor de Carlos G. da Costa Wigg, para uma estrada de ferro de Guaíra até a margem esquerda do rio Paraná, no Paranapanema, onde terminasse a *Sorocabana*.

Entre esses pedidos de concessão, feitos em geral por pessoas estranhas aos serviços ferroviários, chama atenção um de 6 de dezembro de 1890, de um grupo de cidadãos de Morretes ou ligados a esta cidade, Joaquim José Alves, José Francisco da Rocha Pombo, Rômulo José Pereira, José Borges de Macedo Ribas e José Gonçalves de Moraes. Visavam construir uma estrada de ferro que, começando na cidade de Ponta Grossa, alcançasse o vale do Tibagi por Castro, até o alto da serra das Furnas, São Jerônimo e a foz do Tibagi, no rio Paranapanema. Tratava-se de concessão idêntica à requerida pelo bacharel Ildefonso Carlos d'Azevedo Dutra, além de atingir parcialmente a faixa de privilégio de *São Paulo-Rio Grande*. O nome de Rocha Pombo, porém, proporciona uma análise mais detida, convindo lembrar que já participara de duas outras iniciativas malogradas, a de fundar uma Universidade em Curitiba e a de estabelecer uma colonização da zona de Assunguá. Apesar de tudo, elas se prestam hoje à reconstituição da personalidade do historiador, esclarecendo o setor de penumbra de sua participação ativa e pessoal em empresas falhadas sim, mas em que não deixa de se destacar uma excepcional capacidade de assimilação, compreensão e exposição de nossas condições econômicas e sociais. Sem exagero, esses trabalhos secundários e até hoje não citados, muito embora elaborados com o sentido direto de provar convicções íntimas, podados que sejam de alguns períodos ufanistas, firmam-se como verdadeiras conclusões objetivas da história de seu tempo, desprezadas nas obras maiores do historiador.

Trazem, pois, uma contribuição não pequena ao exame da acuidade do observador, do realismo jornalístico no melhor sentido da palavra, do idealismo do cidadão profundamente comprometido nos acontecimentos do seu tempo e neles tomando uma posição ativa até aqui sequer suspeitada. Apesar de assinado coletivamente pelos interessados, percebe-se no Memorial Descritivo que vem anexo ao pedido, a lavra exclusiva do historiador e experimentado articulista, forjado ao ruído do prelo, coincidente acima de tudo com suas lutas de imprensa.

A idéia de uma universidade em Curitiba, que se seguira à da colonização no Assungú, e, por último, a tentativa de uma empresa ferroviária, são todos empreendimentos imaginados e não realizados que não desmerecem referência numa individualidade tão variada e, ao mesmo tempo, recolhida ao recato dos nossos arquivos.

O preâmbulo enaltece as riquezas naturais da terra paranaense, suficientes para justificar plenamente sua existência política na federação que se formara com a República. Reconhecia a estrada de ferro como elemento primordial no processo civilizatório e econômico, aspecto que, ainda hoje, muitos historiadores simplesmente omitem. Segundo ele, “a estrada de ferro, atraindo a Curitiba, e facilitando-lhes a visita ao interior, espíritos novos e revigorados no espetáculo industrial dos grandes centros, contribuiu para uma rápida mudança na nossa situação econômica.” O Estado perdera em não levar suas estradas até o rio Paraná. Não estaria distante o dia em que veríamos os paulistas fazê-los antes de nós, o que de fato aconteceu com a chegada da *Noroeste* a Mato Grosso, enquanto discutíamos a questão dos vales de penetração.

No empreendimento de Teixeira Soares havia todo um plano de viação para o interior, pois que “com essa estrada de ferro (*São Paulo-Rio Grande*), que deve cortar o nosso território de Norte a Sul, ficaremos em comunicação por meio do prolongamento da *Chemins de Fer Brésiliens*. Portanto, deverão partir como verdadeiros ramais paralelos e convergentes para o grande centro, que constituirá a estrada de Teixeira Soares, as estradas que se destinarem a servir os nossos sertões do Ocidente”. Falava como um visionário. Essa “febre industrial” que invadira o Estado não passava de um fenômeno natural de desenvolvimento.

“Se a estrada de Mato Grosso (cujá denominação está indicando sempre que no meio geral um ou outro espírito de apercebia dos nossos destinos) tivesse chegado ao menos à foz do Tibagi, como seria de felicitar-nos da situação vantajosa em que nos colocaria!”. Os territórios banhados pelos rios Itararé, Cinza e Tibagi, prolongamentos das excelentes glebas cafeeiras paulistas, dentro em pouco estariam povoados e então as estradas Teixeira Soares e Sorocabana formarão as duas cordas de um trapézio em que ficará a vasta região”. A ferrovia de Rocha Pombo fecharia esse trapézio.

Em 1896, a “Société Anonyme de Travaux Dyle et Bacalan”, companhia belga principal acionista da “Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens”, concessionária da Estrada de Ferro Paraná, requereu autorização para estudar uma linha ferroviária de Ponta Grossa, estação terminal da Paraná, seguindo o vale do Tibagi até a foz desse rio no Paranapanema. A preferência solicitada pela “Chemins de Fer”, prejudicada pela encampação da estrada em 1902, comprova a visão e consistência dos planos de Rocha Pombo.

Na década de 1890, o sonho com uma estrada de ferro e os lucros de sua incorporação e concessão dominou a todos e abrangeu todos os quadrantes exploráveis do Paraná. A exemplo da região do Assunguá, do norte e do interior, os territórios a sudeste, compreendendo o litoral de Guaratuba e o interior de São José dos Pinhais, menos populosos e desenvolvidos, também atraíram algumas imaginações cobiçosas, mas em menor número. É que os pedidos de concessão, mesmo inspirados com fins lucrativos, deviam guardar uma razoável justificativa econômica, necessária a uma futura atração de recursos financeiros sobre os territórios escolhidos.

Em 1891, João César de Melo Sampaio requereu privilégio para uma ferrovia de Curitiba, São José, Ambrósios, Xaxim, alcançando a margem esquerda do Rio Negro, na direção de Papanduva, numa diretriz que hoje acompanharia quase a fronteira estadual. A inauguração, em 18 de novembro daquele ano, do trecho ferroviário de Curitiba a Lapa, da Estrada de Ferro Paraná, vinha oferecer novos atrativos para o Sul.

Eduardo Augusto Pereira Nunes, que se qualificava como natural do Paraná, pleiteou duas concessões ferroviárias, ambas recomendadas pelos membros da Intendência Municipal de Paranaguá, em ofício de 28 de dezembro de 1891, por serem “da maior atualidade”. A primeira, da cidade de Paranaguá até a vila de Guaratuba, com terminal no rio Parati e um ramal da estação da cabeceira do Rio Branco ou da Prata até o rio Guaraguaçu, “procurando os desvios e lugares mais apropriados, na maior aproximação das colônias existentes”. A segunda estrada de ferro, partindo de Guaratuba até a vila de Rio Negro, passando pelos Ambrósios, Campo das Flores, e Campo do Tenente, com um ramal de Guaratuba a Morretes, e outro, dos Ambrósios a São José dos Pinhais. Dois engenhos centrais seriam construídos, um no rio Guaraguaçu e outro em Guaratuba, estabelecendo-se navegação a vapor nos rios Guaraguaçu, Capinzal, Boguaçu, São João e Cuvatão, “com acomodação para passageiros e chatas para cargas, as quais navegando a reboque para o desenvolvimento do comércio”. A finalidade principal seria canalizar toda a produção do sul do Estado para Guaratuba, desviando-a da exportação pelo porto de São Francisco, em Santa Catarina. Já era um prenúncio da luta de portos entre os dois Estados.

Em 23 de novembro de 1899, o cidadão Carlos G. da Costa Wigg, comerciante da praça do Rio de Janeiro, requerera autorização para construção, uso e gozo de duas linhas férreas: a primeira, do porto de São Francisco, pro-

curando “a garganta mais fácil de transpor a Serra do Mar, e tomando o rio Negro até sua foz no Iguaçu, e por este até encontrar a linha tronco com que fará junção”. A outra concessão, no norte do Paraná, da Sorocabana até Guaíra. O pedido de Wigg tocava num ponto crucial das relações entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, visto que, até então, havia oficialmente dúvidas sobre as áreas de competência de cada governo, imprescindível ao exame de concessão. O proponente nomeara seu procurador em Curitiba ao Barão de Cerro Azul, que substabeleceu na pessoa do advogado Dr. João Pereira Lagos. A linha chegou a ser concedida em favor de Carlos Wigg, pelo decreto nº 9, de 8 de janeiro de 1890, na parte paranaense, e pelo decreto nº 1 de 22 do mesmo mês e ano, na parte catarinense, pelo governador Lauro Müller.<sup>7</sup> O protesto da “Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens” não se fez esperar. Traz a data de 20 de fevereiro de 1890 e vem assinado pelo engenheiro João Teixeira Soares, representante da Companhia.<sup>8</sup>

Fundamentava-se numa inevitável diminuição do tráfego em suas linhas, com prejuízos financeiros vultosos à garantia de juros da União, de 20 contos por quilômetro.

Havia se afirmado o pensamento de que a ligação do interior do Estado com o litoral “deveria ser o tronco da viação para o interior da então Província e hoje Estado do Paraná”. O decreto nº 4674, de 10 de janeiro de 1871, reservara em sua cláusula XXX absoluta preferência para o prolongamento dessa linha tronco sobre qualquer estrada de rodagem ou até da navegação fluvial, que se destinassem à fronteira do Paraguai ou ao Estado de Mato Grosso. A emulação dos prolongamentos da “Chemins de Fer” com uma linha que se projetasse de Rio Negro até a fronteira abalaria a arrecadação dos capitais necessários à expansão da rede ferroviária no Paraná. Além disso, seria de menor interesse visto como se tratava de região bem servida de vias fluviais navegáveis.

Assim argumentava a “Chemins de Fer”, enquanto o processo de concessão ia se avolumando com essas discussões burocráticas que já não ficavam apenas nos canais competentes. Comerciantes de Paranaguá (26 de fevereiro de 1890) formalizavam sua reação, por meio de longas subscrições dirigidas ao governo paranaense. Segundo elas, a via férrea de São Francisco ao Rio Negro significaria um esvaziamento dos portos paranaenses, levando para aquele porto toda a produção de Lapa e Rio Negro. Por fim, o presidente da Paraná, Américo Lobo Leite Pereira, pelo decreto nº 74, de 1º de maio de 1890, depois de longos considerandos, declarou sem nenhum efeito o decreto nº 9, anulando portanto a concessão a Carlos Wigg em território paranaense.

Atuavam interesses políticos sobre essa concessão, que possam incluí-la nas preliminares da Questão de Limites? Embora se tratasse, de parte do interessado, de simples manipulação financeira, o açodamento com que agiam os

(7) “A República”, jornal do Desterro, 23 de janeiro de 1890.

(8) Arquivo Público do Paraná, Requerimentos, Livro 939, fls 26 e seguintes.

governos revela, de parte destes, razões ocultas de preocupação por limites. Isso é fácil de constatar pela área de comum acordo estabelecida pelos decretos de concessão: no Paraná, de Rio Negro à fronteira, pela margem esquerda do Iguaçu ao rio Potinga. De parte de Santa Catarina, plenamente justificáveis as aspirações de São Francisco por uma estrada de ferro, como decorrência mesmo de uma tradição local antiga. Desde as concessões a Frederico Vierling e ao engenheiro Emílio Carlos Jourdan, de 1882, ao Visconde de Goussencourt e ao decreto imperial nº 9004, de 1º de setembro de 1883.

São numerosas as referências a uma projetada Estrada de Ferro D. Pedro I na incipiente imprensa local, já na década de 1880. No livro *São Francisco do Sul*, de Arnaldo S. Thiago (Imprensa Oficial de Santa Catarina, 1947) vem a fotografia da “solenidade do batimento da estaca inicial do segundo projeto de estrada de ferro, ligando São Francisco ao Planalto, nos primeiros anos da República”, ou pela concessão Wigg, aqui referida.

Diz-se de quem olha a floresta não vê a árvore. Do simples olhar às árvores ferroviárias dos dois Estados, salta aos olhos que Santa Catarina, em decorrência de fatores históricos e geográficos, aos quais não fica alheio a construção da linha de São Francisco, apresenta uma rede à semelhança de galhos sem tronco, dividida pelos três sistemas ferroviários do litoral, hoje reduzidos a dois. O mais estranho ainda é correr a Linha de São Francisco paralelamente a uma fronteira estadual. Pelas datas de inauguração de seus diversos trechos (São Francisco a Corupá, 6-6-1910; Corupá a Três Barras, 1º 4-1913; Três Barras a Canoinhas, 4-10-1913; e Canoinhas a Porto União, 17-9-1917), vê-se como demorou para encontrar-se com a linha tronco de *São Paulo-Rio Grande*, o que aconteceu depois de encerrada a questão de limites.

E foi na primeira década deste século que os antigos projetos encontrariam enfim uma explicação financeira (*Southern Brazil Lumber and Colonization*, subsidiária da *Brazil Railway Company*) onde, inicialmente haviam operado razões estratégicas de ordem territorial e política.

Em 1910, pelo decreto nº 8270, de 6 de outubro, do presidente Nilo Peçanha, a linha de São Francisco passava a pretender, uma vez estendida até a fronteira do Paraguai, uma conexão com o sistema ferroviário daquele país, para formar a Estrada de Ferro Brasil-Paraguai.

Pelo fim do século passado, grassavam no Paraná as concessões ferroviárias, a ponto de completarem uma árvore imaginária de comunicações, que hoje podemos sobrepor à malha realmente existente. Para isso trabalhavam profundas causas internas e externas, conjugadas e multiplicadas por um idêntico direcionamento de impulso social e político. Essas influências convergentes forçavam o empuxo sobre as estruturas da antiga província.

A construção e operação do principal tronco ferroviário e de suas ramificações, da *São Paulo-Rio Grande* e da *Paraná*, as transformações no transporte de pessoas e cargas, o acréscimo do braço imigrante, ao mesmo tempo em que se implantava o regime republicano, tudo contribuía para carregar a ânsia de progresso e desenvolvimento para além de uma normalidade que fosse adequada às condições do ambiente e do momento.

Todos pareciam igualmente afetados do mesmo sentimento, técnicos conhecidos nacionalmente, engenheiros com experiências de outros empreendimentos, até aventureiros à cata de um rápido enriquecimento na bateia das concessões, ou mesmo desconhecidos, quase os mesmos que Taunay descrevera em, *O Encilhamento*.

Não é, pois, condizente analisar os acontecimentos sem referência à atmosfera em que vinham envoltos, resultante de condições tanto locais como de caráter mais amplo, nacional ou até mundial. Traziam a marca idêntica, se não de unidade, pelo menos pelas intenções, crenças ou convicções num futuro bem próximo, adaptável, maleável ou moldável pelo trabalho livremente escolhido e organizado. Como já se disse, a idéia nova é sempre atrativa; e a República era bem nova.

O mundo ocidental passava por uma crise de otimismo e idealismo. O Palácio de Cristal, levantado por Sir Joseph Paxton para obrigar a Grande Exposição de Londres (1851), a Estátua da Liberdade, de Frédéric Auguste Bartholdi (1886), oferecida sob o lema da "Liberdade iluminando o mundo", a Torre Eiffel, de Alexandre Gustave Eiffel, de 1889, como anotou um analista da época, erigiam-se como símbolos representativos da sociedade da época, como se viessem anunciar uma nova revolução industrial, para as quais eram vestes exteriores, ocultando o real que lavrava em seu interior.<sup>9</sup>

Por sua vez, a utilização do transporte ferroviário a vapor encontrava-se no auge nos países mais avançados, onde criava à sua volta uma variada gama de dependências industriais, incentivada mediante absorção prática dos mais recentes inventos. A indústria do aço, da madeira, das matérias-primas, o transporte ferroviário conjugado ao marítimo e fluvial, como vimos naqueles planos de ligar a Europa ao Brasil em apenas cinco dias, cogitados na Conferência de Algeciras.

Ultimava-se a ligação Leste-Oeste nos Estados Unidos, e, no Canadá, a *Canadian Pacific Railway*, há cem anos, acionava um movimento imigratório e civilizador como jamais se vira.<sup>10</sup> Na Europa, era a transposição segura dos Alpes, onde trabalhou um personagem de nossa história, o comendador Antônio Ferucci, iniciador e implantador da construção da *Paraná* na Serra do Mar.

(9) Plum, Werner - *Exposições mundiais no século XIX*. Bonn, 1979.

(10) Makee, Bill/Klassen, Georgeen - *Trail of Iron*. Vancouver/Toronto, The Glenbow Intitute, 1983.

Por isso mesmo (hoje já se faz essa justiça) o nome do escritor Júlio Verne, muito menos como narrador de histórias infantis e muito mais como representante de seu tempo, aproveitou com absoluta propriedade as conquistas coevas da técnica humana, em relatos que então pareciam fantásticos e hoje se encontram completamente ultrapassados pela realidade. Dele se escreveu que “a antecipação de Júlio Verne com sua tranqüila seriedade e com seu riso claro nos permite concordar com aquela antecipação do homem, de que fala Elsa Triolet em *Cheval Roux*: há homens cujas intenções são dirigidas contra o futuro do homem e não se pode chamar de humanas suas intenções; se estas vencessem, o homem estaria perdido”.<sup>11</sup>

Assim como ficaria incompleta a história da Inconfidência Mineira sem o cadastramento dos livros apreendidos nas estantes subversivas, filão filosófico que alimentava as conspirações, da mesma forma o fechamento do pano de fundo da época deformaria a visão dos sonhadores paranaenses, deixando-os ridículos e irreconhecíveis. A história passaria a ser anedota. O mínimo de respeito a quem têm direito é o julgamento no diorama do tempo, mostrando o devaneio, o sonho ou a imaginação, mas não tanto.

E que serventia haverá no comparativo entre o que eles levantaram quase introspectivamente e a realidade efetivamente construída? Antes de tudo, a exposição dos planos gorados na casca, como elaboração de um instante histórico, presta-se à iluminação dos roteiros que vieram a ser adotados. Não é raro o caso de planejamentos posteriores que assentavam integralmente sobre essas primeiras tentativas. A linha de São Francisco é um desses exemplos. A Companhia de Estrada de Ferro Norte do Paraná, com o ramal do Rio Branco, outro. Para se ficar apenas no âmbito das obras da época. Depois do decreto nº 35, de 3 de fevereiro de 1890, em que Henrique Braconnot e o engenheiro civil Cândido Alves Mourão do Vale obtiveram a concessão de uma ferrovia de Curitiba, pelos vales dos rios Assunguí e Ribeira até o porto dos Apertados neste último, sobreveio a lei nº 75, de 21 de dezembro de 1892, onde se falava do ponto terminal na Vila do Assunguí de Cima e de um ramal para Cerro Azul. As leis nº 133, de 28 de dezembro de 1894, e 194, de 17 de fevereiro de 1896, com idêntica diretriz e pequenas alterações, previram todas a extensão até Jaguariaíva, sobre os trilhos da *São Paulo-Rio Grande*.

Posteriormente, cogitou-se de uma linha de Curitiba até Rocinha, antiga denominação de Rio Branco, adjudicada à Norte do Paraná, do Estado, afinal construída e autorizada por lei a ser entregue à União. Foi um trecho que entrou nas cogitações da Dyle et Bacalan, primeiro como concessionária e depois como autora dos estudos e de sua construção, pois tinha projetos confidenciais de explorar os minerais da região.

(11) Gamara, revista "Europe", avril/mai, Paris, 1955.

O certo é que essas experiências ferroviárias, se fossem sepultadas nos arquivos, deixariam um claro na biografia de seus autores, que os anos e outras peripécias haviam de sedimentar. Rocha Pombo, empresário de três empresas fracassadas, selou o seu destino longe do Paraná.

As concessões ferroviárias revelam, é verdade, a precariedade técnica dos projetos, sem passar em geral do reconhecimento preliminar do terreno. Alguns, nem isso. A experiência de campo e a capacidade profissional supriam as falhas, que não eram apenas dos proponentes mas também da Diretoria de Obras do Estado. Nem se poderia exigir mais, num tempo em que não funcionavam as dispendiosas organizações especializadas em estudos de viabilidade econômica e muito menos se pensava em ensaios de computador. Nem por isso deixam de pertencer à história de sua época.

Euclides da Cunha, escritor e engenheiro, formando onde se formaram os maiores engenheiros brasileiros, certo dia, “considerou à porta da capuaba de pau-a-pique e taipa” um longo sonho de estradas brasileiras, depois transportado para as páginas candentes de *Contrastes e Confrontos*. Não se menospreze o sonho destes outros sonhadores que, por conta própria, foram tecendo uma rede intrincada de ferrovias, perdendo dias e dias de sertão e de gabinetes, urdindo os planos que hoje compõem todo um período de transição de nossa história ferroviária, entre as primeiras construções e a consolidação e desenvolvimento do século seguinte.

A Revolução Federalista pôs fim a tudo. Desmontou o organismo administrativo do Estado e paralisou todas as atividades diárias da comunidade. As aulas foram suspensas em muitas vilas, parou a arrecadação de impostos, e os serviços de saúde foram interrompidos. O tráfego de passageiros e de carga foi substituído pelo transporte de tropas e suprimentos militares. Os trens trafegavam apenas por requisição militar, como o comboio que conduziu o Barão de Cerro Azul e seus companheiros para a Serra do Mar. Depois, os piquetes do general Francisco Raimundo Ewerton Quadros reviravam o Estado à cata de refugiados revolucionários, às vezes denunciados por mera vingança.

As concessões seriam retomadas nos posteriores governos de Xavier da Silva e Vicente Machado, em bases diferentes. Pertencem a um outro período, em que a direção do Paraná e o governo do Estado agiam entrosados, principalmente como fruto da amizade estabelecida entre o Dr. Gaston Cerjat, diretor da Companhia, e o dr. Vicente Machado.

A Revolução diluiu a atmosfera dos sonhos.

## UM PROJETO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO: A REVOLUÇÃO DE 1930

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Nossa intenção no presente estudo é a de chamar a atenção dos estudiosos das Ciências Humanas sobre um projeto social desenvolvimentista, com o intuito de maior conscientização de nossa realidade.

Considerando-se o período da Revolução de 30 como a fase inicial da etapa contemporânea da sociedade brasileira, tal período caracterizou-se pelo desencadeamento de uma revolução não-burguesa, que conduziu a uma recomposição político-econômica entre as classes burguesas e entre essas e as camadas populares citadinas, mesmo porque devemos levar em conta que os setores econômicos primário-exportadores até então eram, praticamente, o único embasamento da sociedade constituídos sob o impulso da demanda exterior.

Assim sendo, os setores sociogeográficos onde foram instaladas as unidades de produção para o mercado internacional foram o fundamento de uma sociedade capitalista, escravocrata até a abolição da escravatura em 1888. E, a partir daí, com a generalização do trabalho livre, constituíram o fundamento de uma sociedade capitalista, predominantemente rural ainda, até os primeiros decênios do século XX. No entanto, parece-nos óbvio que os efeitos modernizadores tornaram-se mais acentuados a partir da imigração estrangeira para o Brasil, acelerando o processo da industrialização, o aumento de serviços e a concentração urbana.

Por outro lado, teriam de igual modo contribuído para o acelerar da urbanização no país as migrações rural-urbanas, em decorrência basicamente das condições econômico-sociais das zonas rurais onde o desemprego, os salários baixos, a pobreza e a fome, entre outros fatores, eram consideráveis. Além disso, a estrutura da posse da terra, ou com alta concentração da propriedade ou, opostamente, com a presença do minifúndio, teria sido um outro fator da expulsão.

O acontecimentos do período revolucionário de 30 no país alinham-se a outros revolucionários ou reformistas que, na primeiras décadas do século XX,

agitaram o mundo capitalista, quais sejam, entre os mais significativos, a Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Chinesa de 1911. Por isso mesmo diríamos que os acontecimentos daquele período seriam apenas componentes singulares da primeira plena negação do status quo vigente e o grande “despertar” da sociedade brasileira, compreendendo-se, a partir daí, que o “projeto real de desenvolvimento”, celebrado no período da revolução de 1930, atendessem a reivindicações “populares” imediatistas (aplicação e ampliação da legislação trabalhista e normas eleitorais) e a orientação para uma industrialização “autônoma”, cuja ideologia seria o nacional-desenvolvimentismo<sup>1</sup>

A mediação política como dimensão do período da Revolução de 1930 é exercida, principalmente, pelo tenentismo<sup>2</sup> como uma das lideranças mediadoras do descontentamento popular, que não teve, ao longo do movimento, um espírito coordenador capaz de dirigir a vitalidade da multidão, colaborando para que a agitação popular se ativesse a motivos demagógicos ou anárquicos, ou ambos, mesmo porque seu estado de espírito era vago, embora enorme o descontentamento popular.<sup>3</sup>

Por ser esta etapa revolucionária repleta de insatisfações, das mais contraditórias possíveis, seria, mais na fase posterior ao movimento, que seus desdobramentos tornar-se-iam significativos, embora já nesse período ficasse claro o início da etapa contemporânea do processo histórico brasileiro, já que as camadas populares menos favorecidas aí estavam presentes como agentes históricos.

Entende-se que com a carestia dos gêneros alimentícios, com a crise habitacional, com o desemprego, com a inflação, com a baixa cambial, com a política exploradora dos impostos, recaindo principalmente sobre os pobres, gerou-se facilmente um ponto comum de interesses e sofrimentos, concentrando a todos em um único plano, onde as reivindicações populares imediatas consistiram na tônica máxima a ser empregada.

Assim, define-se o projeto social de desenvolvimento elaborado no período da Revolução de 30 e consolidado na etapa pós-revolucionária, que não só atendem aos anseios populares como, através da liderança tenentista, caminhou mais ao propor a industrialização autônoma e consolidando a formação econômico-social capitalista.

Tal política econômica não se limitou apenas em manter o nível de emprego e o fluxo de renda, mas, aumentou o mercado de trabalho e a renda-

(1) Cf. Pereira, Luiz, *Ensaio de Sociologia do desenvolvimento*, p. 126. São Paulo, Pioneira, 1970.

(2) Sobre o assunto consultar: Santa Rosa, Virgínio, *Que foi o Tenentismo?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

(3) Ver de igual modo, além de Santa Rosa, sobre este aspecto da Revolução de 30, o depoimento de Everardo Dias, *História das lutas sociais no Brasil*, São Paulo, Edaglit, 1962; Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista*, São Paulo, 1958, 2 v.; Astrogildo Pereira, *Formação do PCB, 1922-1928: notas e documentos*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

salário. E este projeto social de desenvolvimento, se, por um lado, suavizou as tensões sociais, por outro, aproveitou-se da frágil burguesia industrial (principalmente pelo fato de nossa população ser “apadrinhada” por ela e estar se “educando” mais), bem assim, pela crescente desvalorização das taxas cambiais, para, enfim, expandir a formação econômico-social capitalista.<sup>4</sup>

Apesar da situação lhe ser propícia, a burguesia industrial não se determinou como classe social hegemônica, compondo-se antes com a burguesia agrária e com a comercial e financeira, não conseguindo, automaticamente, liberar plenamente a realização do projeto social de desenvolvimento.<sup>5</sup>

Dáí, concordamos com a afirmação de Luiz Pereira<sup>6</sup> quando diz que foi “um impulso dinâmico exercido por novas forças sociais e dentre as quais já figuravam os setores populares cidadãos”, não negando, portanto, a formação sócio-econômica capitalista.

Prosseguindo a marcha industrializante no país, a partir desta etapa revolucionária o seu caminhar ocorreu lenta e instavelmente, sem atender a contento o crescimento demográfico e muito menos oferecendo uma variedade suficiente de ramos de serviços, ou ainda criando condições favoráveis para a habilitação de mão-de-obra, com excessão para o setor terciário.<sup>7</sup>

Essa deficiência de emprego, a nosso ver, é um dos aspectos mais sérios da problemática industrial do país, pois, ao longo de sua evolução, não teve capacidade de criar uma demanda de trabalho condizente com o crescimento populacional - em especial com relação ao meio urbano - onde gerou, sim, ao lado do desemprego, o subemprego<sup>8</sup>. E isto apesar da “política da paz social”, expresso já no próprio slogan da Aliança Liberal - “façamos a revolução antes que o povo a faça” - com continuidade nas proclamações integralistas que desde outubro de 1932 defendiam a planificação estatal (principalmente ao criticarem o liberalismo), constituindo, no fundo, a proposta assumida pelo próprio Governo Provisório instalado pela Revolução de 30.<sup>9</sup>

Vem daí também a proposa governamental de incentivar a produção e o consumo internos (imediate e mediato), e os “vislumbres” nacionalísticos como dimensão política desse projeto.

Embora sem a pretensão de, nesta breve visão termos colocado em toda a sua extensão e complexidade esse projeto social de desenvolvimento,

(4) Ver Simonsen, Roberto, *A evolução industrial do Brasil*, p. 34. São Paulo, Federação das Indústrias, 1939; e Luz, Nícia Vilela, *A luta pela industrialização do Brasil*, São Paulo, Difel, 1961.

(5) Sobre o assunto consultar: Cardoso, Fernando Henrique, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, Difel, 1964.

(6) Pereira, Luiz, Op. cit., p. 127.

(7) Consideramos no presente estudo população terciária, aquela formada por pessoas empregadas no comércio de mercadorias, comércio de imóveis, transportes e comunicações, administração pública, profissões liberais, serviços e atividades sociais.

(8) Ver Lopes, Juarez Rubens Brandão, *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*, p. 23. São Paulo, Editora Nacional, 1968.

(9) Ver discurso de Getúlio Vargas, de maio de 1931 - “A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos”.

acreditamos, todavia, ter deixado claro o desenvolvimento apenas parcial do referido projeto definido em 1930, através de uma "revolução" não-burguesa.

Acrescentaríamos que, além de não haver se concretizado totalmente, ao olharmos adiante, transcorridos já alguns anos dele, notamos que os problemas se agravaram, principalmente pelo fato de sua efetivação ter sido parcial, não atendendo às crescentes necessidades de consumo. Com o rápido desenvolvimento populacional prosseguindo, o surto urbano-industrial de igual modo, e o papel do Estado, estimulando as classes dominantes a atuarem para a realização do desenvolvimento econômico (num ritmo superior ao crescimento demográfico e com o intuito da ampliação do mercado de trabalho, aumento salarial, etc., sempre em benefício daquela classe social), tais condições propiciaram, ao longo do período, a concentração das massas trabalhadoras, quer do campo, quer da cidade, num clima revolucionário (eclodido às vésperas de 1964), etapa derradeira (embora inacabada) do populismo brasileiro.

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Barriguelli, José Claudio (org.) - *O pensamento político da classe dominante paulista, 1873-1928*. São Carlos, Arquivo de História Contemporânea da Universidade Federal, 1986. 116 p.

Excelente contribuição à história da chamada “Primeira República”, este que vem de ser publicado pelo Arq. de Hist. Cont. da Universidade Federal de São Carlos, sob a responsabilidade de José Cláudio Barriguelli, autor da introdução, “A dinâmica política da estrutura oligárquica”, à qual seguem diversos textos bem escolhidos no vasto documentário sobre o período. Tomou o organizador do volume datas/fatos, chaves para a compreensão de nossa evolução republicana. Assim, 1873: A Convenção de Itu; 1881: Programas dos candidatos republicanos paulistas; 1901: A cisão e o Partido Republicano Dissidente; 1909: Sucessão presidencial e campanha civilista; 1915: A intervenção no Rio de Janeiro; 1924: A crise militar em São Paulo; 1926: O Partido Democrático; 1928: um episódio da política local, referente à cisão do PRP em São Carlos. Apenas uma lacuna: faltam, no livro, indicações mais precisas de onde foram publicados originalmente os textos escolhidos. Claro que isto em nada prejudica ao aproveitamento do livro.

Evangelista, José Geraldo - *O maestro João Evangelista, um músico de Lorena*. Lorena, 1989. 70 p.

“Com o falecimento do Maestro João Evangelista, Lorena perde mais um dos seus grandes vultos do passado, dedicado à arte musical, que tantas glórias ofereceu à terra reconhecida, que lhe serviu de berço. Músico e compositor que foi, viveu e morreu com a alma e coração de artista, deixando para os seus um nome honrado, admirado e respeitado”. Este, o “maestro” evocado nesta simpática “plaquette” por um de seus filhos, o Acadêmico José Geraldo Evangelista, nosso confrade da Academia Paulista

de História e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ao traçar a biografia de seu genitor, apresenta-nos significativo quadro da atuação das bandas de música ou corporações musicais (como modernamente se diz) nas pequenas cidades do interior, inclusive nas suas implicações com a vida política local. O opúsculo tem o caráter comemorativo do centenário do nascimento do maestro lorencense. A corporação musical "Mamede de Campos", fundada por João Evangelista e por ele dirigida até 1931, teve atuação destacada não apenas na cidade de Lorena, mas em todas as demais localidades do Vale do Paraíba. (Coretesia do autor) ONM

Gomes, Danilo - *Antigos cafés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1989. 154 p.

Não houve cronista do Rio de Janeiro que não se ocupasse, mais ou menos demoradamente, dos tradicionais cafés, que tanto realce davam à vida boêmia da antiga capital do país. E desde o século passado. Romancistas, a exemplo de Machado de Assis, que fizeram seus personagens atuarem na grande cidade, ocuparam-se dos cafés, como traço significativo da paisagem urbana da capital. O autor do presente volume, não tendo conhecido a época áurea dos cafés, que chegou até a década de 1940, decidiu-se a escrever a crônica de quase uma centena deles, num levantamento precioso e bem documentado, que traz excelentes recordações àqueles, como o autor desta nota, que ainda os conheceram, embora já na sua fase final, quase decadente. É ele próprio quem honestamente confessa: "Não vi nem presenciei, nem muito menos frequentei qualquer dos cafés arrolados. Tudo o que está neste livro advém de fontes várias, que fui reunindo, ordenando e costurando..." Abre uma exceção apenas para o "Amarelinho", hoje mais bar-restaurant do que propriamente café. É difícil descrever a alguém que os não tenha conhecido como eram os cafés "fluminenses" (como então se dizia) por mais que leiamos os cronistas antigos. Os cafés constituem uma das muitas coisas que desapareceram com a vida moderna, pelo menos no Brasil. Algumas capitais européias conservam a tradição dos cafés. Entre nós, não há mais lugar para eles. O hábito das lancherias (totalmente denominadas "lanchonctes", palavra que não significa nada...) faz com que hoje nem se tenha onde sentar para tomar qualquer coisa. É a volúpia da pressa, para que se não perca tempo. Mas se se perguntar a alguém o que ele vai fazer com o tempo que procura ganhar, certamente não saberá dizer... Por isto tudo, é que livros como este que

registramos, além das saudades que traz e do clima evoca, contribui para o conhecimento de um aspecto muito significativo da vida de nossa antiga capital. ONM

Hecker, Alexandre - *Um socialismo possível: a atuação de Antônio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1988. 226p.

Ao traçar este livro pretendeu o autor - e o conseguiu plenamente - dois objetivos: contribuir para a história das idéias e dos movimentos sociais em São Paulo, no início deste século; e, inserido neste contexto, retratar a atuação da grande figura que foi Antônio Piccarolo, um dos vultos mais expressivos da vida intelectual da capital paulista nos quarenta e tantos anos que nela viveu. Nos primeiros tempos, apenas como diretor de jornais italianos (e para isto foi que veio para o Brasil), depois, plenamente integrado da vida cultural de São Paulo. Voltando à profissão docente que, quando moço, exercera em seu país, lecionou em importantes estabelecimentos de ensino da capital, como a Escola Normal do Brás, a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, a Escola de Sociologia e Política e a própria Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, da qual não chegou a ser professor titular, mas para a qual era sempre convidado para cursos e conferências. Um de seus melhores livros - *Augusto e seu século* - resultou de conferências pronunciadas nessa Faculdade em comemoração do b milenário do criador do Império Romano, e foi editado oficialmente pela própria Faculdade, inaugurando a série de História de suas publicações. Da mesma forma, seu livro sobre história das doutrinas políticas resultou de aulas ministradas na Escola de Sociologia e Política. Para quem, como o autor desta nota, conheceu bem o grande mestre, com ele convivendo e dele guardando excelentes recordações, nada mais agradável que a leitura deste livro. O autor, dada a natureza de seu trabalho, preocupou-se mais com a obra de Piccarolo em sua liderança face à colônia italiana. Faz-se necessário, agora, algo que retrate em toda a sua extensão, a participação do mestre na vida cultural de São Paulo e que analise a obra vasta e variada que deixou. ONM

Lima, Yone Soares de - *A ilustração na produção literária: São Paulo, década de vinte*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, 1985. (Publicação nº 33). 258p.

Engana-se quem, levado pelo título, pensar que se trata apenas de ilustrações e capas de livros produzidos em São Paulo na década estudada.

Embora seja este o interesse fundamental da autora, o volume representa excelente contribuição ao balanço da vida cultural de São Paulo no período em foco. Seus três capítulos: “O movimento editorial em São Paulo”, “O livro e o público” e “O livro e a ilustração” são extremamente ricos em informações, tanto para os leitores mais idosos, quanto para os mais jovens. Àqueles, pelas inúmeras recordações que traz, especialmente para os que, já adultos na ocasião, acompanharam a publicação dos livros citados; e a estes, para que saibam, através de documentos expressivos colhidos e citados pela autora, o que já se fez em São Paulo, neste setor. Livro único em nossa bibliografia, ao que nos consta.

Mattos, Ilmar Rohloff - *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec/Brasília, INL, 1987. 300 p (Col. “Estudos Históricos”).

“Para parcela considerável dos homens que habitavam o Império do Brasil, e também para umas poucas mulheres, os anos que se seguiram à abdicação do primeiro imperador foram anos vividos intensamente. No dizer de um contemporâneo, foram anos de ação, de reação e, por fim, de transação. Foram também anos de levantes, revoltas, rebeliões e insurreições negras; de sonhos frustrados e de intenções transformadas em ações vitoriosas. Foram, sem dúvida, anos emocionantes, embora nem sempre disto nos apercebamos. Este trabalho procura captar, ao menos em parte, as trajetórias daqueles que viveram esse tempo singular - o *Tempo Saquarema*. Todavia, a marca de distinção deste trabalho reside, antes de tudo, nos objetivos principais que o norteiam: compreender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial, nos termos de uma restauração e de uma expansão, e demonstrar a relação necessária, mas não natural, entre ambos os processos, relação propiciada pela intervenção consciente e deliberada de determinada força social, a qual se forja a si própria como dirigente no movimento dessa intervenção: os Saquaremas. Se podemos entender o Tempo Saquarema como uma singularidade é porque, de um lado, ele se apresenta como produto daqueles processos, isto é, como resultado das intenções e ações dos saquaremas, porque a direção que eles procuravam exercer, e efetivamente exerceram, impunha que os saquaremas se constituíssem também em ‘produtores’ ou ‘controladores’ do tempo. E de outro, porque ele resulta das questões que foram selecionadas e traduzidas sob a forma de objetivos de trabalho, isto é, as questões *referentes ao Estado imperial, à classe senhorial e aos dirigentes*

*saquaremas* como construção historicamente determinada, e não como noções e conceitos previamente dados. Tempo emocionante e também intrigante! Falamos dos saquaremas; os saquaremas nos fazem falar de nós - revelando e sublinhando o que permanece no fluxo que caracteriza a História” (Da apresentação). Cremos desnecessário acrescentar qualquer coisa para caracterizar o valor do livro aqui registrado, no qual vem estudado, num modelar trabalho de pesquisa, o tempo realmente “emocionante” e “intrigante”, que o ilustre professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro decidiu-se a interpretar em sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo, ora transformada neste belo volume. (Cortesia do autor).

Rossi, João Baptista Prado - *O “velho” Rossi: a integração de uma família italiana no Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1988. 214 p.

O subtítulo diz bem do que é o livro. Livro não muito comum na bibliografia brasileira, este que soube acompanhar uma família de imigrantes vindos para o Brasil no fim do século passado, radicou-se no Sul de Minas (Ouro Fino) e “integrou-se” na vida brasileira. Este o valor positivo do livro: o sentido de integração. Soube senti-lo, com a acuidade que lhe é peculiar, J. G. Nogueira Moutinho, da Academia Paulista de Letras, no “depoimento” que escreveu sobre o livro: “Representa contribuição de alta valia ao estudo de um dos aspectos indispensáveis ao processo de autognose do Brasil: a centenária imigração italiana. País novo, aberto aos ventos e aos mares, somos a resultante de polimorfo caldeamento racial, lingüístico, religioso, cultural, psicológico, que nos cabe ousadamente codificar: *O “velho” Rossi*, nesse sentido, faz avançar o processo, revelando pormenorizadamente o que foi a harmoniosa integração de um velho tronco itálico num país que deve tanto de sua grandeza a homens como o “velho” Rossi. Homens que, afinal, nunca foram entre nós estrangeiros. Porque souberam amar-nos”. (Cortesia do autor).

Truzzi, Oswaldo - *Café e indústria: São Carlos, 1850-1950*. São Carlos, Arquivo de História Contemporânea da Universidade Federal, 1986. 270 p.

Propõe este livro “uma interpretação sociológica do processo de desenvolvimento a que se submeteu a região de São Carlos ao longo do século

transcorrido entre 1850 e 1950". Contribuição valiosa não apenas para a história local, mas para a própria história econômica de São Paulo. O autor dá ênfase à contribuição dos imigrantes, italianos principalmente, no processo de transformações que constitui o objeto do seu livro. Formam-no cinco capítulos: 1. Antecedentes históricos e desenvolvimento da região; 2. Constituição das classes populares; 3. Realizações das elites e crises econômicas; 4. Origens e evolução da atividade industrial em São Carlos; 5. Os imigrantes como empresários industriais.

\*

## PERIÓDICOS

**Estudos Ibero-Americanos**, vol. XIV, n° 2, dezembro de 1988. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. **Conteúdo:** Repensando o processo abolicionista sul-riograndense (Margaret M. Bakos); Torres Villaroel y Lara - satíricos afines (Luís Lorenzo-Rivero); A modernidade argentina e os sistemas formais franceses (Maria Lúcia Bastos Kern); Mujer y sociedad guarani (Ana Maria Gorosito Kramer); As relações Brasil/Argentina no ano de 1937 (Sandra Brancato); Notas de Artur Ramos de um depoimento de um ex-escravo (Mário Maestri Filho).

**Revista Brasileira de Estudos Políticos**, vols. 69/70. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1989/90. **Conteúdo:** Da necessidade de uma nova ordem internacional (Marcelo da Costa Pinto Neves); O Brasil República: reflexões do centenário (Nelson N. Saldanha); O Estado-membro na Constituição Federal brasileira (Raul Machado Horta); Ovoto censitário no Brasil (Walter da Costa Porto); A Constituição de 1988 e a nova regulamentação do capital estrangeiro (José Alfredo de Oliveira Baracho); Dívida externa brasileira: aspectos históricos (Suzana Maria Garcia Staehler); O Principado: origem e ideologia (Daniel Valle Ribeiro).

**Revista de Ciência Política**, vols. 32, 33 e vol. especial. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988/1989. **Conteúdo:** Vol. 32: A aplicabilidade da nova Constituição (mesa-redonda); Nova discriminação de rendas e Tribunais de Contas (Jarbas Maranhão); Origens das organizações partidárias e os partidos políticos brasileiros (Orlando Soares); O padrão-ouro, a "Iracema" e a Revolução de 30 (Djaci Menezes); O parlamentarismo racionalizado e a noção de censura: estudo das constituições grega, portuguesa e espanhola (Simone Schreiber); Responsabilidade civil por danos decorrentes das atividades nucleares (Helena Rosa Varella); Rumos do direito político brasileiro até a Constituição de 1988 (Maria Fernanda Valverde); Por um Código Nacional do Meio Ambiente (Diogo de Figueiredo Moreira Neto); Aspectos societários e fiscais da reavaliação de bens do ativo permanente (André Azambuja da Rocha); Estudo comparativo da Constituição de 1988 com as demais constituições brasileiras (Cornélio Octavio Pinheiro Pimenta); Evocação de um pioneiro: Odorico Castelo Branco (Djaci Menezes); Iniciação à metodologia (Ovídio Cunha). Vol. 33: Discurso na sessão de promulgação da Constituição de 5-10-88 (Afonso Arinos de Melo Franco); Presidencialismo e parlamen-

tatismo no Brasil (José Afonso da Silva); As regiões do Brasil (Francisco de Souza Brasil); Matrizes axiológicas na obra de Max Scheler e Louis Lavelle (Rômulo Paes Barreto); O direito comparado na história do sistema jurídico brasileiro (Ana Lúcia de Lyra Tavares); Eleições municipais: a virada das urnas (Lídice Aparecida Pontes Maduro); Estudo comparativo da Constituição de 1988 com as demais constituições brasileiras: conclusão do número anterior (Cornélio Octávio Pinheiro Pimenta); Textos clássicos brasileiros; Comentários. **Volume especial** sobre "As razões do Parlamentarismo"; Sistemas parlamentares contemporâneos (Ana Lúcia de Lyra Tavares); Parlamentarismo no Brasil: experiência histórica (Lídice Aparecida Pontes Maduro); Condições para a representação da vontade popular (Carmen Valéria Soares Muniz); Parlamentarismo e interesse público (Cornélio Octávio Pinheiro Pimenta); A problemática da adoção do parlamentarismo no Brasil (Nei Roberto da Silva Oliveira); Análise e sinopse de artigos em revistas especializadas sobre o parlamentarismo (Cornélio Octávio Pinheiro Pimenta).

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, vols. 125 e 126. Porto Alegre, 1989/1990. **Conteúdo: vol. 125:** O Padre Alonso de Sandoval, SJ e sua obra "O mundo da escravidão negra na América (Arthur Rabuske); Abolição da escravatura no Rio Grande do Sul (Dante de Laytano); A escravidão na América espanhola: Cuba, um referencial necessário (Earle D. Macarthy Moreira); Emancipação gradual no processo da abolição (Francisco Riopardense de Macedo); Sincretismo religioso afro-brasileiro (Moacyr Flores); "A Luz", um farol da abolição (Raphael Copstein); Dois centenários: falecimento de Dom Sebastião Dias Laranjeira e a abolição da escravatura (Ruben Neis); A criminalidade do escravo gaúcho no início do século XIX (Sérgio da Costa Franco). **Vol. 126:** O Clube Militar e a proclamação da República (Cláudio Moreira Bento); A República na região de Camaquã (Luís Alberto Cibils); Cem anos de República e 200 de pioneirismo pelo mesmo ideal (Morivalde Calvet Fagundes); O Partido Republicano Brasileiro, sua expressão nacional antes do 15 de novembro (Sérgio da Costa Franco); Bento Gonçalves através de proclamações (Francisco Riopardense de Macedo); Da Abolição à República: a agonia do estado escravista (Mário Maestri); A revolução de 1893 na consolidação da República Hélio Moro Marante); Os inícios da República brasileira e a Igreja Católica (Arthur Rabuske).

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. 83. São Paulo, 1988. **Conteúdo:** A sociedade brasileira e a criação da "Guarda Negra" (Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci); O negro no Brasil: importância do estudo da população negra; os contatos raciais e culturais; sobrevivências culturais (Paulo Pereira dos Reis); O escravo no ordenamento brasileiro (Desidério Alfredo Fontana); A imprensa negra (J. Pereira); Escravidão e Abolição na alta Mojiana: o caso de Franca (José Geraldo Evangelista); Centenário de Armando de Sales Oliveira (Silveira Peixoto); Luís de Queiroz (Maria C. T. Mendes Torres); D. Frei Vital (Moisés Gicovate); Padre Manuel da Nóbrega (Douglas Michalany); Bernardino Machado, brasileiro nato, presidente de Portugal (Rui Assis e Santos); Eça, o admirável Eça de Queiroz (Adérito Calado); Carl Philipp Emanuel Bach (José da Veiga Oliveira); Hogarth, pintor shakespeariano (Ferando Whitacker da Cunha); O Instituto Histórico e a Revolução de 32 (Roberto Machado do Carvalho); A Chácara e a rua Maria Antônia; Chácara da Tabatinguera e rua das Flores; Ladeira do Porto Geral ou do Quartim ou Ladeira do Tamanduateí (Duffio Crispim Farina); Ibrahim Nobre, Menotti e Oliveira Ribeiro Neto (Paulo Bomfim); O Exército e a abolição da escravatura (Reginaldo Moreira de Miranda); Padre Quirício Caxa (Odilon Nogueira de Matos); Sobre a história da alta Majiana (José Geraldo Evangelista); Notas sobre a história do Poder Legislativo (A. Roberto de Paula Leite).

## NOTICIÁRIO

### AUGUSTA CANDIANI

Uma biografia fascinante, e que já deveria ter merecido estudo mais completo dos nossos historiadores e aficionados pelo teatro, é sem dúvida a de Augusta Candiani, cantora lírica e provavelmente uma das precursoras da modinha popular, que faleceu em Santa Cruz no dia 28 de fevereiro de 1890, depois de ter vivido os seus derradeiros dias na antiga rua do Comércio, hoje Senador Camará, conforme certidão da 13ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais, que nos chegou às mãos por uma especial deferência de Claudir de Melo Pimenta, Oficial daquele Cartório.

Natural de Milão, Itália, com sessenta e seis anos faleceu às quatro e meia da madrugada vítima de uma úlcera cancerosa, conforme atestava o Dr. José Celestino do Nascimento Silva, a pedido de Francisco José Silva Lessa.

Ayres de Andrade, em *Francisco Manuel da Silva e seu tempo* observa que teria bastado uma única oportunidade para que Augusta Candiani conquistasse a capital do Império do Brasil, assinalando que “daria para encher um volume de bom tamanho do que sobre ela então se escreveu em prosa e verso”. E, de fato, nos jornais, revistas e outros periódicos são inúmeras as notinhas e “publicações a pedido” que se fizeram inserir nas páginas daqueles periódicos.

Escragnolle Dória, em artigo intitulado *O Álbum de Candiani*, publicado na “Revista da Semana”, edição de 9-12-1922, chama a atenção para uma das relíquias da atriz, que seria seu álbum recheado de versos, textos em prosa e enriquecido com iluminuras e desenhos de pássaros, de autoria do arquiteto Joaquim Cândido Guillobel, álbum hoje pertencente a Jorge G. Vieira.

Até o velho Machado de Assis deixou-se embevecer pela beleza física e voz maviosa de Candiani. Já na velhice, evocava os dias em que, também ele, como tantos outros de sua geração, ajudava a puxar o carro da cantora lírica: “Ó tempos! Ó saudades! Tinha eu vinte anos, um bigode em flor, muito sangue nas

veias e um entusiasmo capaz de puxar todos os carros do Estado, até o carro do sol - duas metáforas que envelheceram como eu. Bom tempo! A Candiani não cantava, punha o céu da boca e a boca no mundo. Quando ela suspirava a Norma era de pôr a gente fora de si. O público fluminense, que morre por melodia como macado por banana, estava então nas suas auroras líricas. Ouvia a Candiani e perdia a noção da realidade. Qualquer badameco era um Píndaro”.

É bem possível que muito em breve possamos contar com um estudo biográfico mais completo e sério sobre Augusta Candiani. O escritor Tácito Pace já vem desenvolvendo pesquisas há alguns anos, contando com o nosso apoio bem como da professora Alice Marthã Pereira, tetraneta da cantora lírica, que não tem poupado esforços para obter dados biobibliográficos nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro e até de São Paulo.

Enquanto o trabalho do Dr. Tácito Pace não vai para o prelo, relacionamos, para os mais interessados no assunto, alguns títulos que contém referências e curiosidades sobre a vida e a obra da famosa cantora lírica que viveu os últimos dias da sua existência em Santa Cruz.

Andrade, Ayres de - *Francisco Manuel da Silva e seu tempo*, vol. I, 1967.

Cernicchiaro, Vincenzo - *Storia della Musica nel Brasile*. 1926.

Guimarães, A. C. d'Araujo - *A Corte no Brasil*.

Grieco, Agripino - *Machado de Assis*. 1959.

Lamego, Alberto Ribeiro - *O Homem e o Brejo*. 1946.

Andrade, Átila de - *A glória de Augusta Candiani*.

Freitas, Benedicto - *A famosa Candiani em Santa Cruz*, em vol. III de *Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real e Imperial*. 1985.

Abreu, Brício de - *A precursora do sucesso popular e Precursora da modinha: Augusta Candiani*, em “*O Cruzeiro*”, 1956. *Esses populares tão desconhecidos*. 1963.

Pontes, Eloi - *A vida contraditória de Machado de Assis*. 1939.

Pinho, Wanderley - *Salões e damas do Segundo Reinado*. 1942.

Magalhães Jr., R. - *Idéias e imagens de machado de Assis*. 1956.

Nota de SNS (Sinvaldo do Nascimento Souza) em *Boletim NOPH*, maio/junho de 1989.

## UM POUCO DE MÚSICA

### O ESTRANHO FIM DE PAGANINI

José da Veiga OLIVEIRA

Niccolò Paganini, prodígio sem paralelo na arte do violino, teve um fim trágico. Por estranho que pareça, é uma história geralmente omitida pelos biografos. Narrá-la em minúcias frias, desapaixonadas, é o propósito deste estudo, no ano em que se comemora o sesquicentenário da morte do virtuose diabólico.

Sem a mínima possibilidade de engano pode-se afirmar que Niccolò Paganini (1782-1840) foi o maior violinista/virtuose de todos os tempos.

De origem modesta, nasceu em Gênova. Demonstrando talento precoce na interpretação e na composição, principiou sua carreira em 1798, nas cidades de Lucca e Pisa. De um comerciante francês ganhou um excelente violino Guarnerius (Guarneri del Gesù), com o qual realizou intensivos exercícios técnicos diários; exercícios esses que lhe permitiram superar todas as dificuldades imagináveis. Entre 1805 e 1808, Paganini estagiou em Lucca, como solista da orquestra da corte. Excursionou por toda a Itália, para recitais e concertos com orquestra, derrotando fragorosamente os rivais. Em 1828 principiou a carreira internacional de Paganini em Viena, seguida de Londres, Berlim, Paris.

Ganhou fortunas imensas. Em 1834, após seis anos de ininterruptas viagens, Paganini adquiriu a Villa Gajona, vasta área próxima de Parma. Dotado de um temperamento extravagante e imprevisível em suas reações de humor, abandonou suas atividades de concertista sem prévio aviso. Tornou-se um recluso em sua propriedade campestre. Porém, dois anos mais tarde, em 1836, sua

incoercível paixão pelo jogo (e pelas mulheres também...) reconduziu-o a Paris, onde se fundara o Cassino Paganini, que fê-lo perder enormes somas na roleta e no pano verde, além de lhe devastar a pouco ilustre saúde.

Niccolò Paganini - conforme atestam numerosos desenhos, retratos, caricaturas - era magérrimo, esguio, ossudo, dotado de enormes mãos e dedos. Uma silhueta enigmática e sinistra. Não foi sem motivo que se dizia à sorrelha que Paganini tinha pacto com o demônio. Não se cuidava no trajar e no penteado, mantendo os cabelos em desordem, grenha hirsuta, as faces encovadas; proeminentes o queixo, as maçãs do rosto. Todavia, a simples presença do artista bastava para desencadear nos auditórios - exatamente como sucedia ao seu grande contemporâneo Franz Liszt um entusiasmo tumultuoso, por assim dizer histórico, tamanho era o magnetismo pessoal de ambos músicos.

Sua técnica seguríssima, estupenda, vigorosa, gigantesca nas duplas arcadas, alternadas com pizzicati da mão esquerda, o staccato, os harmônicos, o fulgurante domínio da sonoridade, sua tremenda mestria no improvisar e variar à primeira vista, suas composições, estruturadas num estilo de caráter inconfundivelmente pessoal, dimensionado num romantismo passional de ilimitada energia, - constituíram elementos que faziam delirar os auditórios, emudecendo de assombro os experimentados músicos profissionais, arrastados no torvelinho de inconcebíveis acrobacias, até então consideradas de impossível realização factual.

Como assinalou o eminente musicólogo português Fernando Lopes-Graça, "Há uma virtuosidade adjetiva e uma virtuosidade substantiva: aquela é a virtuosidade romântica, a virtuosidade dos virtuosos, numa palavra: o virtuosismo, que é a virtuosidade considerada não como meio, mas como fim; a outra é a virtuosidade, simplesmente, que consiste também, sem dúvida, na perícia técnica, mas já não existente por ela e para ela mesma, senão que posta ao serviço da obra e consubstancial a ela. A segunda é modesta e apaga-se ante a obra; a primeira é exibicionista e sobrepõe-se-lhe".

É óbvio para um auditor experiente que toda a fenomenal pirotécnica, as vertiginosas e insinuantes progressões melódicas dos Concertos, Variações, Caprichos de Paganini não conseguem ocultar a vacuidade prepóstera de um nível inspiracional provido de superficialidade trivial e decorativa. Entretanto, por um curioso e inédito fenómeno de apropriação temática, foram diversos compositores atraídos pela espontaneidade comunicativa de temas e motivos dos *Capricci* para violino desacompanhado, em especial o de número 24, em Lá menor. Schumann, Liszt, Brahms, Rachmaninov, Lutoslawski, Andrew Lloyd Webber teceram magníficas variações e rapsódias sobre o mais célebre de todos os "Caprichos".

Em Paris, a saúde principiou a declinar. A tuberculose afetou-lhe a laringe. Ficou mais e mais taciturno. Para todo alimento contentava-se com um

prato de sopa ou uma chávena de chá de camomila. Tendo ao lado o seu precioso Stradivarius posto no conveniente estojo, permanecia horas interminas num sofá, mudo, silencioso, entregue a meditações modorrentas. A ninguém partilhava os mil segredos de sua arte extraordinária.

Sua vida, despedaçada em orgias, trouxe-lhe a sífilis. Ademais, teve a infeliz e desastrada idéia de aconselhar-se com um charlatão de Praga, que o induziu a extrair os dentes!

Sua aparência esquelética, macilenta, tornou-se ainda mais repulsiva. Era o fantasma de um homem cujo cartão de visita mencionava:

“Baron Niccolò Paganini, Commandeur et Chevalier à plusieurs Ordres”...

Da capital francesa foi removido sucessivamente para Gênova, sua cidade natal e para Nice, na Riviera. No meio da noite que precedeu o passamento, de forma surpreendente e inesperada, Paganini tomou do violino com mão trêmula e tocou por mais de uma hora, sem interromper-se. Era o adeus ao instrumento que fora a razão de sua existência, de sua arte legendária, da celebridade universal. Seu amigo, Conde de Cessole, testemunha presencial, declarou mais tarde que a vasta improvisação “in articulo mortis” foi a música mais sublime, patética, impressionante de toda sua existência.

Paganini agonizou torturado por tremendos espasmos de tosse, dores lancinantes, hemoptises, apavorantes estertores. Expirou a 27 de maio de 1840.

A seqüência macabra, hedionda, horripilante que se vai ler parece egressa de uma novela de horror surrealista. Nada disso. Foram episódios verdadeiros, e nunca frutos de imaginações alucinatórias ou teratológicas.

Dias após, foi o corpo embalsamado, revestido de sobrecasaca. Um comerciante de objetos usados apresentou-se ao Conde de Cessole - nomeado testamenteiro pelo Barão Achille Cyrus Alexander Paganini, filho ilegítimo do compositor com a dançarina Antonia Bianchi - para oferecer-lhe a respeitável soma de 30.000 francos, caso pudesse exibir o corpo de Paganini na Inglaterra!!!

Entrementes as autoridades da Igreja Católica insurgiram-se contra o sepultamento nos cemitérios, então administrados pelo clero, sob o fundamento de que Paganini não morrera cristãmente, confortado pelos sacramentos da absolvição plenária e extrema-unção. Ao contrário, foi um pagão, réprobo e cínico, que sempre timbrou em levar vida notoriamente ímpia, dissoluta. Recusado o solene benefício da campa, o féretro foi removido para o velório de um leprosário, o Lazaretto de Villefranche, onde permaneciam de quarentena todos quanto chegavam por mar.

Os restos mortais do compositor lá permaneceram durante um mês. Tamanhos foram os protestos ante o odor nauseabundo de putrefacção, que tornou-se necessária outra remoção, sendo o corpo sepultado num terreno adja-

cente ao leprosário. Outras queixas não se fizeram aguardar; e o Conde de Cessole interveio. O novo enterno ocorreu na calada da noite(!), ao pé de uma torre circular sarracena, propriedade de um amigo do Conde. Devido ao açodamento, o serviço resultou incompleto, porquanto o caixão foi lançado próximo de um fétido córrego, que recebia a escória de uma fábrica de azeite. Um ano mais tarde, o Barão Achillino decidiu conduzir para Gênova o corpo do pai. Foi impedido por um surto de cólera em Marselha, quando ia ser embarcado, e o projeto ficou sem efeito. Foi então enterrado na Ilha St. Ferréol, numa vala que passou a denominar-se "Fossa de Paganini"...

Em 1844, a Duquesa de Parma, Marie Louise, viúva de Napoleão Bonaparte, permitiu a colocação do féretro em seus domínios. Como o sepultamento cristão fosse mais uma vez recusado, o caixão seguiu, em primeiro lugar, para Villa Polevra, outra propriedade de Paganini; em seguida, para Villa Gajona, pertencente ao Barão Achillino. Lá ficou até 1853, quando foi novamente exumado e embalsamado.

Em 1876, graças à diplomacia do Barão Achillino, a Igreja permitiu a celebração de um officio fúnebre in memoriam do compositor, na Igreja da Madonna della Steccata, da Ordem dos Cavaleiros de São Jorge, à qual Paganini pertenceu.

Nem aí parou a macabra história! Em 1893, o violinista tcheco Odrizcék convenceu o Barão Achillino a mandar abrir o esquife, a fim de que pudesse ver o corpo!!! Com que fim, é o caso de indagar...

Finalmente em 1896, sob uma alegada e suposta "necessidade urgente" (!?), mais uma vez as autoridades determinaram a abertura do caixão. Verificou-se que, apesar do pavoroso estado de decomposição cadavérica, os traços de Paganini ainda eram reconhecíveis. Entretanto, a casaca estava em frangalhos. As partes inferiores do corpo eram um feixe disforme de ossos.

Cinquenta e seis anos se escoaram desde que Niccolò Paganini, violinista genial e diabólico, cerrou os olhos para sempre, após uma existência tumultuária, pontilhada de eventos fantásticos, próprios de um século que privilegiou o romanesco, a ficção, o tétrico, os feitos heróicos e fantasmagóricos, a imaginação desmarcada e cínica.

## REFERÊNCIAS

- Sacheverell Sitwell, Liszt, New York, Dover, 1967, págs. 116-124; Mário de Andrade, Dicionário Musical Brasileiro, São Paulo, 1989, pág. 563; Nicolas Slonimsky, Baker's Biographical Dictionary of Musicians, 7ª Ed., New York, Schirmer, 1984, págs. 1705-6; Karl Geiringer, Musical Instruments - Their History in Western Culture from the Stone Age to the Present Day, London, Allen & Unwin, 1949, pág. 239; Fernando Lopes-Graça, Reflexões sobre a Música, Lisboa, Seara Nova, 1941, pág. 64.

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (39)

### O PITORESCO NA IMPRENSA CAMPINEIRA

Benedito Barbosa PUPO

Há muito venho pensando na possibilidade de se fazerem estudos sistemáticos do jornalismo em Campinas, sob um aspecto mais interpretativo do que o simples inventário dos órgãos que aqui circularam, a partir da “Aurora Campineira”. Meu pensamento é que se façam monografias abordando aspectos e vultos do jornalismo local, para que conheçamos as facetas de nossos jornalistas do passado e os programas editoriais de cada órgão, diário ou não, e revistas.

O pitoresco, o humor contido na nossa Imprensa do passado, é bem digno de um extenso capítulo, quiza de todo um livro, onde se inventariassem os ditos humorísticos de nossa gente, que se valia da palavra ou do desenho para demonstrar sua verve. Conheço muitos dos magníficos produtos de nossos homens de imprensa, por leitura de velhos jornais ou revistas, ou por ouvir de pessoas que viveram à época ou ouviram de outrem as tiradas humorísticas.

Um exemplo, que reputo como sendo uma verdadeira jóia, é o do calembur ou trocadilho atribuído a um jornalista, no tempo em que a falta de água constituía sério problema para o campineiro.

O jornal fazia campanha contra a Companhia Campineira de Águas e Esgotos (posteriormente encampada pela Prefeitura), responsável pelo abastecimento de água da cidade. Em dado momento, para justificar a escassez do “precioso líquido”, o presidente da companhia declarou que a água de Campinas era muito boa e que as donas-de-casa se serviam dela para lavar pratos, roupa, assoalho e janelas. No dia seguinte, veio a resposta do jornalista, que reproduzo como me foi contado: “Sim. De fato. A água de Campinas é muito boa. Ela serve para lavar a roupa, os assoalhos, a louça e as janelas, mas não abunda...”

O primeiro de maio de 1921 foi um dia histórico para Campinas, por três eventos aqui ocorridos. Naquele dia do outono campineiro, o presidente de

Estado, Washington Luís, inaugurou a primeira estrada de rodagem, ainda não pavimentada, ligando Campinas a São Paulo. Os automóveis de capota conversível, obrigavam os usuários a usarem capas especiais contra o pó, óculos também especiais para vedarem a chegada da poeira nos olhos pelos lados e capacetes de couro. Foi assim, que desembarcaram na "Via Vita", no confinamento dos bairros da Vila Industrial e Ponte Preta, o Presidente e sua comitiva. Os outros dois eventos foram relevantes na vida cultural da cidade: o lançamento do primeiro número da "Gazeta de Campinas" e da revista "A Onda". O diário, então lançado, órgão oficial do Partido Republicano Paulista, circulou até 24 de outubro de 1930, dia em que foi empastelado, em consequência da deposição de Washington Luís, da Presidência da República, para a ascensão de Getúlio Vargas, que iniciou então o período ditatorial.

Não pretendo aqui, na exiguidade do espaço que se me oferece, tratar em extensão e profundidade sobre o assunto do humorismo em Campinas, genericamente, mas apenas focalizar a fase "ondeante", ou da trocadilhomania, ou melhor, a fase da revista "A ONDA", que circulou de 1921 até fins de 1924. Principalmente, a primeira fase daquela revista, na gestão do humorista Vitor Caruso e do caricaturista Manolo Romano, será o alvo de minhas considerações, pois a seguir, a revista, com Hildebrando Siqueira, ganhou outra feição, tendendo para a literatura modernista, passando o trocadilho a ser um subproduto.

Tive em mãos, cedidos para consulta pelo bibliófilo campineiro João Fachi Trinca, também cultor do trocadilho, trinta e dois números de "A ONDA", posteriormente doados ao Centro de Memória da UNICAMP, dos quase setenta publicados, sendo que os vinte e dois números da primeira fase, encadernados, me forneceram exemplos, que cito aqui. Naquela primeira fase, em que pontificavam nas páginas de "A ONDA": Victor Caruso e Manolo Romano, a revista, com desenhos, ou sem, apresentava verdadeiras jóias, dignas de figurarem numa antologia de humorismo. Usando e abusando de alusões, a revista apresentava casos que não seriam entendidos pela gente campineira de hoje, o que acontecia também com muitas pessoas da época, já que era preciso ter-se conhecimento prévio do motivo da alusão. Poderíamos dizer que era "um humorismo doméstico", para um pequeno universo, porque restrito para uns tantos eleitos... Dois exemplos publicados no número 7, do Ano I (14 de agosto de 1921), ilustra bem minha afirmação. Com o título de "Epitáfios", de alguém com o pseudônimo de "Nhô-Zé", temos estas duas quadras:

OTONIEL MOTA

Se achando dentro da cova,

Corrigiu ainda esta vez:

- No começo desta trova

Errou-se no Português

GUSTAVO ENGE

Quando o estavam a enterrar

Teve esta idéia instantânea

Dest'arte vou estudar

Geografia subterrânea

Para que se entendam essas duas trovas, mister se faz que se conheçam estes fatos, aos quais elas fazem alusão: Otoniel e Enge eram professores (lentes) do então "Ginásio do Estado de Campinas", atualmente "Culto à Ciência". O primeiro, autor de vários livros sobre a Língua Portuguesa, foi adepto da análise lógica por meio de diagramas. Intransigente com seus alunos no emprêgo da próclise, mesóclise e ênclise, Otoniel não admitia o início da oração com o pronome oblíquo. O segundo, Gustavo Enge, pioneiro da Geografia Científica no Brasil, tinha notáveis estudos sobre a matéria. Enge, sueco, conservava o sotaque característico de sua origem. Tinha ele um cacete, pois empregava constantemente a expressão "dest'arte", muito pitoresca ao falar o Português com o sotaque carregado de estrangeiro. Dest'Arte devia significar para ele, "de modo que", ou "assim sendo".

Já vimos alguns aspectos da primeira fase daquela revista. Embora naquela fase o forte da revista fossem os trocadilhos, nem só destes jogos de espírito vivia ela. Ao lado de mais alguns exemplos de trocadilhos, apresento também outras provas do humor campineiro. Antes, porém, quero oferecer aos leitores, mais alguns trocadilhos, colhidos, na revista, a começar pela conversa entre o professor Artur Segurado e o lente de Grego do Ginásio do Estado de Campinas, professor Vogel.

"Interessante: a cozinheira de casa é minha colega.

- Sua colega?

- Sim senhor - explica o Vogel -, eu sou lente ela é lenta".

Um outro trocadilho atribuído pela revista ao então Prefeito Orozimbo Maia, proprietário da Fazenda Cachoeira em Valinhos, onde há a Fonte Sônia de água-radiativa, refere-se à conversa do fazendeiro com Washington Luís, Presidente do Estado. O trocadilho alude à classificação das águas medicinais. Dizia o Sr. Orozimbo: "A água aqui é abundante. Mas a gente quer ter mais".

Guiomar Novais, a grande pianista brasileira, era um ídolo em Campinas, como era, em todas as grandes cidades em que se apresentava.

A pianolatria - expressão feliz de Mário de Andrade para designar a mania do brasileiro pelo piano - imperava em Campinas. "A ONDA" atribuiu ao

Dr. Jaime de Castro Barbosa, que tinha uma vizinha que martelava o dia todo em seu piano, esta quadra:

“De chem-que-chem não sais :  
 Martelando noite e dia  
 Deixa o piano, que mania  
 Pois tu, a Guiomar não vais...”

Vale a pena conhecerem-se exemplos do humor campineiro fora do campo do trocadilho. “A ONDA” foi muito rica desses exemplos. Já que foi feita referência à pianolatria ou pianomania de nossa gente, leia-se esta preciosidade, em forma de anúncio, engastada numa das páginas do número 11, Ano 2, de 29 de outubro de 1922: “Aluga-se uma casa à rua X, nº 24. Não tem (sic) piano na vizinhança”.

Na excelente revista - Notícia Bibliográfica e Histórica -, que Odilon Nogueira de Matos edita na PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, publiquei no número de outubro-dezembro de 1982, o artigo “Alguns aspectos da vida cultural em Campinas no início doséculo”. É desse artigo, o trecho que transcrevo para mostrar as várias facetas de Vitor Caruso, que não se limitava ao trocadilho: “Mestre do trocadilho, Caruso não ficava, no campo do humor, nesse setor. Seus versos humorísticos nos quais figuravam traduções de Trilussa, são citados por vários autores de coletâneas”.

Sôbre esse co-fundador de “A ONDA”, Duilio Battistoni Filho escreveu em seu livro *A Vida Cultural em Campinas nos Anos 20*, o seguinte: “Figura inigualável nesta revista foi Vitor Caruso (1888-1967), poeta humorístico, dotado desde cedo de uma verve irresistível e mestre do trocadilho. A sua contribuição foi enorme no que tange a quebrar com aquela sociedade sisuda da época, ao levar a alegria e o bom humor aos lares campineiros”.

Vão a seguir alguns alesões à inauguração da estrada de rodagem, ligando São Paulo à Campinas, colhidas no número de lançamento de “A ONDA”. Leia-se estas notas assinadas pelo “Dr. Sereia”:

a) - “Chegarão de São Paulo, hoje, em corrida inaugural da Estrada de Rodagem, cerca de 500 autos.

Os nossos juizes de Direito vão ver-se em apuros para despachar tantos autos”.

b) - “O crítico Osório Duque Estrada não foi convidado para assistir à inauguração da Estrada de Rodagem. Muito bem”

c) - “Durante a viagem os excursionistas virão lendo o livro *Poeira*, de Humberto de Campos”.

No já citado número 11, do Ano II, encontra-se esta piada:

“Um recém-casado, em companhia do qual a sogra vai passar uma temporada, é acometido de loucura.

O Dr. Tepedino, que lá estivera na véspera, pergunta:

- “Ele não teve um momento de lucidez?”

- Sim - diz a sogra - : falou que eu era uma jararaca e que eu fosse para o inferno.

E o médico distraído.

- Ah! Vai bem, já começa a reconhecer as pessoas...”

O assunto, creio, é digno de atenção por parte de quem se interessa pela História de Campinas, nos seus vários aspectos: sociais, religiosos, culturais, políticos, administrativos e econômicos. Com esta minha modesta contribuição, espero que outros realizem obra de mais fôlego sobre a cultura campineira.

## TEXTOS (Sugestões para Seminários)

### SITUAÇÃO CULTURAL DO BRASIL NA ÉPOCA DA REGÊNCIA (Abreu e Lima)

Entre os Brasileiros tem havido alguns homens distintos pelo seu saber; porém o mesmo sucede a seu respeito que com os Portugueses: a apatia é o nosso cunho nacional. O mais interessante das nossas produções é sem dúvida o *Dicionário Clássico da Língua Portuguesa*, por Antônio de Morais Silva, natural do Rio de Janeiro; ele é superior a todo encarecimento. O Dr. Arruda (Manuel) deixou incompleta a sua *Flora Pernambucana*; Fr. Leandro apenas deixou de mais utilidade a sua memória sobre a preparação do chá; o Pe. Caldas legou-nos algumas poesias sacras de gosto original; o Dr. Monteiro, algumas memórias pouco lembradas ou conhecidas; Melo Franco, um ensaio sobre as febres intermitentes, e mais algumas produções deste teor, etc., etc., porém não existe uma só obra clássica, de que possamos gloriar-nos, em nenhum ramo das Ciências positivas, exatas ou experimentais.

Um dos Brasileiros que mais têm escrito é sem dúvida o Visconde de Cairu; assim mesmo é tão pesado, indigesto e de mau gosto, que apenas há um outro Brasileiro que conheça ou leia os seus escritos. O mesmo Sr. José Bonifácio não tem correspondido à vastidão do seu imenso saber; e deixaria uma memória estéril e passageira no mundo científico, se não tivesse legado aos Brasileiros a imortal obra de sua independência; em bem poucos anos ele será mais conhecido como político do que como literato.

(...) também tivemos alguns poetas; ainda hoje são conhecidos pelos seus títulos o *Caramuru*, o *Uraguai*, a *Marília de Dirceu*, etc.; até tivemos uma Epopéia em língua latina; desta glória passageira ainda agora nos ressentimos, por isso que ainda conservamos a mania de *Poetas*. Há 25 anos que temos uma Academia Militar, composta de inúmeros preceptores; e à exceção de Manuel Ferreira de Araújo, que escreveu um tratado de Astronomia, não houve todavia quem se lembrasse de redigir um compêndio de doutrinas próprias para qualquer ramo das ciências exatas que ali se ensinam. Será pois por incapacidade ou por ignorância? não; é por incúria, por desleixo, por apatia e por preguiça.

(...) o nosso saber não guarda proporção com o estado atual da ilustração do mundo, nem com as necessidades de uma população nascente, porém vigorosa e cheia de nervo, que precisa desenvolver toda a sua capacidade; os nossos conhecimentos no Brasil desaparecem no meio da *imperícia* da multidão; não possuindo homens abalizados nas ciências de utilidade, tampouco os possuímos nas de gosto e ornato. É mister confessarmos que em tudo somos medíocres e escassos, ainda mesmo no número; apenas contamos meia dúzia de velhos, cuja existência vai tocando o fim da vida, e de quem já pouco devemos esperar; e alguns mais moços que não querem desenganar-se, de que as ciências se inventaram para proveito dos homens, e não para ornato de uma cabeça ou para lisonjear o amor próprio daqueles que as professam (...)

Os Brasileiros começaram por onde deviam acabar: trataram das ciências maiores sem cuidar da instrução primária (...) Temos muitos Advogados, muitíssimos Cirurgiões, e muitos mais aspirantes a lugares de Magistratura; e sem embargo, todos os dias pedimos a Deus nos livre de que a nossa honra, a nossa vida e a nossa fazenda passem por semelhantes mãos (...) O que acabamos de dizer é uma seta ervada, que vai ferir muito amor-próprio exaltado; sabemos, como de certo, que não escaparemos à pecha de detratores; contar-se-ão *pelos dedos* os sábios de todo o Brasil, e os progressos que as ciências têm feito, desde que obtivemos a dita de obter um título de Doutor deste lado do Atlântico; sabemos que vamos a ser tachados de inimigos do nosso *crédito literário*, e que não seremos perdoados pela audácia com que ferimos o orgulho dos idiotas; paciência (...)

(Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil. Niterói, 1835. Apud Martins, Wilson - História da Inteligência Brasileira, II, 215/216. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1977).

\*

## CONTRA CATILINA (Cícero)

Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência? quanto zombará de nós ainda esse teu atrevimento? onde vai dar consigo tua desenfreada insolência? É possível que nenhum abalo te façam nem as sentinelas noturnas do

Palatino, nem as vigias da cidade, nem o temor do povo, nem a uniformidade de todos os bons, nem este seguríssimo lugar do Senado, nem a presença e semblante dos que aqui estão? Não presentes manifestos teus conselhos? não vês a todos estes inteirados da tua já reprimida conjuração? Julgas que algum de nós ignora o que obraste na noite próxima e na antecedente, onde estiveste, a quem convocaste, que resolução tomaste? Oh tempos! Oh costumes! percebe estas coisas o Senado, o cônsul as vê, e ainda assim vive semelhante homem! Que digo, vive? antes vem ao Senado, é participante do conselho público, assinala e designa com os olhos, para a morte, a cada um de nós. E nós, homens de valor, nos parece ter satisfeito à República, evitando as suas armas e insolência! Muito tempo há, Catilina, que tu devias ser morto por ordem do cônsul, e cair sobre ti a ruína que há tanto máquinas contra todos nós.

(...) Sendo tudo isto assim, Catilina, prossegue o que principiaste, vai-te enfim da cidade, abertas estão as portas, anda; muito há te desejam por general aqueles teus arraias de Mânlio; leva contigo todos os teus, ou ao menos muitos deles, alimpa-nos esta corte; de grande temor me livrarás, quando entre mim e ti estiver o muro da cidade; já não podemos viver mais contigo, nem eu o posso sofrer, tolerar, consentir. Infinitas graças devo dar aos deuses imortais, e a este mesmo Júpiter Stator, antiquíssimo protetor desta cidade, de ter tantas vezes escapado a esta tão horrível, torpe e prejudicial peste da República. Não convém que por causa de um homem pergue muitas vezes a República.

(Orações, p. 215/216 a 219. Trad. do Padre Antônio Joaquim. Rio de Janeiro, Jackson, 1960. Col. "Clássicos Jackson", vol. 2).

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

WALTER SPALDING (1901-1976)

Figura expressiva da historiografia sul-riograndense, Walter Spalding nasceu em Arroio dos Ratos, distrito do município de São Jerônimo, em 28 de outubro de 1901. Feitos os estudos de humanidades em Canoas, transferiu-se para Porto Alegre, onde realizou os estudos superiores e, “obedecendo a nítida vocação” (no dizer de Américo Jacobina Lacombe), dedicou-se ao ensino da história em diversos colégios. Na capital gaúcha viveu o restante de seus dias, vindo a falecer a 5 de junho de 1976.

Sua primeira produção literária, o livro de poesias *Nuvens* data de 1922. Publicou mais alguns trabalhos literários, até que a nomeação para dirigir o Arquivo Municipal de Porto Alegre, propiciando-lhe contato com a rica documentação nele existente, despertou sua vocação de pesquisador, passando a consagrar-se aos estudos históricos, deixando uma produção considerável, na qual a presença sul-riograndense é constante, não apenas em sua evolução histórica, mas igualmente na apreciação de vários ângulos da cultura do Estado sulino, incluindo, por exemplo, o folclore e a lingüística.

Quando diretor do Arquivo, promoveu a publicação de um boletim destinado à divulgação de peças documentais valiosas do acervo da Instituição. Organizou, em 1935, importante exposição histórica comemorativa do centenário farroupilha, e este assunto - a Guerra dos Farrapos - passou a ser predominante em seus trabalhos de investigação histórica. De fato, ao tema foram dedicados seus livros mais conhecidos: já em 1939 aparecia um deles, na conceituada coleção “Brasiliana” (volume 158). Constituíam uma “história popular” do decênio farroupilha, seguida das efemérides principais referentes ao período de 1835 a 1845. Escrito originalmente para um concurso aberto no Rio de Janeiro em comemoração do centenário dos “Farrapos”, seu trabalho revela pesquisa, preocupação de veracidade e valorização das fontes. Numerosos documentos (que ocupam quase metade do volume) fundamentam e valorizam o livro, que o autor refez anos mais tarde, para uma edição posterior, ampliando-lhe e dando-lhe uma estrutura diferente, praticamente um outro livro. Esta nova edição, foi publicada pela Biblioteca do Exército, em 1963. Anos depois, e por outras editoras, Walter

Spalding publicou diversos trabalhos complementares à temática farroupilha. Ainda pela coleção “Brasileira” (volume 185), o historiador gaúcho publicou em 1940 alentado tomo intitulado *A invasão paraguaia no Brasil*, reunindo valiosa documentação referente à guerra do Paraguai, precedendo-a de excelente prefácio.

Todavia, não permaneceu Walter Spalding “preso” ao tema farroupilha. Dois outros mereceram-lhe especial atenção: a história de Porto Alegre e a história das cidades do interior do Rio Grande do Sul. Esta, particularmente, revela traços significativos dos interesses culturais do autor, como bem observou o professor Astrogildo Fernandes nesta passagem que não nos furtamos ao prazer de transcrever:

“Ao longo do roteiro de atividades culturais desenvolvidas polimorfamente, Walter Spalding destacou em seus escritos acentuada gama de assuntos versando sobre o Rio Grande do Sul. Desde a origem histórica do gaúcho, passando pela formação de sua sociedade, penetrando nos ângulos da vivência pampeana, tratou de usos e costumes, dos momentos políticos e seus pró-homens. Para cada rincão sulino teve uma palavra oriunda de seus estudos, pesquisas e coletas de elementos para suas afirmações incursionando pela vida administrativa dos municípios sul-riograndenses, muito escreveu sobre a história de um acentuado número deles. Em artigos, reportagens, ensaios, conferências e trabalhos diversos, o hinterland gaúcho mereceu de Walter Spalding uma atenção especial. Vasculhando documentos, recolhendo informes, analisando jornais, organizando bibliografia especializada sobre as cidades do Estado, ele formou um acervo de elementos históricos que lhe permitiram divulgar o pretérito das comunidades gaúchas” (*Bagé na obra de Walter Spalding*, em “Correio do Sul”, Bagé, 27-6-1976).

Informa o professor Moacyr Flores que Walter Spalding deixou 130 obras entre ficção e erudição e ainda ensaios em revistas e anais de congressos, afora uma considerável produção na imprensa espalhada em vários jornais do Estado, “comprovando sua dedicação à pesquisa e aos estudos de história”. E é mesmo historiador gaúcho quem esclarece:

“Esta longa bibliografia iniciou nos bancos escolares com os primeiros versos. Começava como a maioria dos brasileiros fazendo poesia. Depois vieram as crônicas, os contos, a crítica literária, a dramaturgia. Mas o grande encontro consigo mesmo realizou-se na pesquisa histórica, o literato transformase em historiador que sistematiza suas buscas da verdade, num esforço de autodidata. Justamente aí reside seu grande mérito: sem ter formação específica de historiador, vasculhou arquivos e museus em busca de papéis velhos e empoeirados, num esforço de cientista que reconstrói nossa História” (*A historiografia de Walter Spalding*, em publ. da Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS,

1977). E finalizando, Moacyr Flores cita este expressivo depoimento de Olyntho Sanmartin: “A obra de Walter Spalding apresentada no instante em que a literatura histórica sul-riograndense pouco falava da opulência dos arquivos seculares, vale por um esforço helênico. Indiferente ao clima social e aos minguados leitores dos fatos históricos, dedicou-se ele inteiramente à literatura de investigação de modo a determinar uma perfeita exatidão das ocorrências”.

Décio Freitas, mais severo em seu julgamento, afirma que Walter Spalding “foi um esforçado investigador da história riograndense, à luz de uma metodologia e de uma concepção tradicionalista. Nesse sentido pode-se dizer que ele deu uma notável contribuição para reforçar a historiografia oficial do Rio Grande do Sul”. (Entrevista a um jornal de Porto Alegre, de 1º de dezembro de 1978). Tradicionalista ou não, fazendo ou não historiografia oficial, o certo é que o autor gaúcho deixou uma obra que não poderá ser ignorada qualquer que seja a tendência do estudioso ou do simples leitor. Pertenceu Walter Spalding a diversas entidades culturais do Rio Grande do Sul e participou de numerosos congressos de História, em cujos anais figuram trabalhos de sua lavra.

## BIBLIOGRAFIA DE WALTER SPALDING

Já foi dito que Walter Spalding escreveu muito, não só em livros, mas na imprensa de seu Estado e em revistas culturais. Numa relação que nos foi enviada pelo professor Astrogildo Fernandes, extraída de um relatório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, registram-se mais de cento e vinte títulos. Infelizmente, a relação não nos permite distinguir o que se encontra *em livros* e em publicações periódicas. O elenco que a seguir apresentamos refere-se aos trabalhos em livros e certamente conterà omissões.

**Farrapos**, 2 vols. Porto Alegre, Selbach, 1931 e 1935. Revisto e ampliado para nova edição em 1957 (Sulina).

**À luz da História**. Porto Alegre, Globo, 1932.

**Os eternos caluniados: breve histórico das perseguições sofridas pela Companhia de Jesus no mundo**. Boa Imprensa, 1932.

**Poesia do povo: folclore**. Porto Alegre, Globo, 1934

**Gênese do Brasil Sul**. Porto Alegre, Sulina, 1935.

**A Revolução Farrroupilha**. São Paulo, Editora Nacional, 1939 (Coleção “Brasíliana”, v. 158)

**A Invasão Paraguaia no Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1940. (Coleção “Brasíliana”, v. 185).

**Esboço histórico do município de Porto Alegre.** Porto Alegre, Tip. do Centro, 1940.

**Farroupilhas e Caramurus.** Porto Alegre, SEC, 1944.

**A Grande Mestra:** biografia da professora Ana Aurora do Amaral Lisboa). Porto Alegre, Sulina, 1953.

**A Beneficência Portuguesa.** Porto Alegre, 1954.

**Tradições e superstições do Brasil Sul.** Rio Janeiro, Simões, 1955

**A Epopéia Farroupilha.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1963.

**Pequena História de Porto Alegre.** Porto Alegre, Sulina, 1967.

**Construtores do Rio Grande do Sul.** 3 vols. 1970.

**Revolução Farroupilha.** Porto Alegre, Petroquímica Triunfo, 1987 (publicação póstuma).

## SELETA

### O RIO GRANDE DO SUL NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Walter SPALDING

(...)

Quando se esboçou o movimento independentista no Rio de Janeiro, foi o Rio Grande do Sul dos primeiros a se manifestarem sem reboços em favor do Brasil livre e independente, do Brasil uno e coeso do Amazonas ao Prata. Sim, ao Prata, porque na Cisplatina mandávamos e em sua defesa morreram milhares e milhares de gaúchos além de outros grandes sacrifícios que fizeram desde os primeiros anos de sua existência, principalmente desde que o Rio Grande fora elevado a Capitania Geral, em 1808, sob o governo e direção sábia e patriótica de D. Diogo de Sousa, e dali, da Cisplatina, somente arredaram pé quando, já o Brasil independente, D. Pedro I, num hábil golpe, firmou o Tratado de 27 de agosto de 1828, ratificado a 30 do mesmo mês e ano, concedendo a liberdade e independência à sua possessão para que se constituísse em Estado como melhor o entendesse, sob a proteção do Império Brasileiro e da República Argentina, livre desde 1810, mas que mesmo assim ambicionava incorporar às Províncias Unidas do Rio da Prata o povo que seria o grande amigo da República Oriental do Uruguai.

E mais: desde o movimento incondiente em Minas Gerais, se haviam acoitado no Rio Grande do Sul alguns implicados direta e indiretamente, e que por aqui ficaram pregando, discretamente, os ideais incondientes, como o padre Bento Cortes de Toledo, vigário de Caçapava paulista, e irmão do padre Carlos Correia de Toledo e padre Luís Vaz de Toledo e tio de Claro José da Mota, todos incondientes de 1789. O padre Bento Cortes de Toledo, embora em São Paulo e sem atuação direta, era contudo simpático ao movimento e nele falava abertamente. Por isso, logo que teve conhecimento da delação e prisão do alferes Joaquim José da Silva Xavier, resolveu desaparecer. E desapareceu escondendo-se na campanha sul-riograndense inabitada, e afundou Caçapava do Sul, a sua

nova Caçapava, por volta de 1790-1800. E por aí ficou até que, serenados os ânimos, e notando que nada houvera contra ele, conseguiu ser nomeado Visitador Eclesiástico, em 1800, instalando a 5 de julho do mesmo ano a Capela de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava. E por lá permaneceu algum tempo entre gente humilde e gente de pro, proprietários criadores, com os quais se entretinha, certamente tratando, também, de assuntos do passado e de ideais políticos e de liberdade de nossa terra, ajudando a formar batalhões comandados pelos estrangeiros para se incorporarem às foças normais quando a Pátria os chamasse.

Não é, pois, de estranhar qu todo o Rio Grande do Sul, quando se esboçou o movimento independentista, se houvesse transformado num bloco único, coeso, enviando delegados, todos membros de seu governo, ao Rio de Janeiro para apoiar e incentivar o Príncipe Regente na sua luta contra Portugal, que queria novamente nos escravisar, num movimento impolítico e infeliz. Diante da situação criada pela má orientação política das próprias Cortes de Lisboa, não era de se esperar senão o levantamento que levaria o Brasil à independência, apesar da pobreza de seu erário e da falta de exército e marinha de guerra, coisa que o patriotismo de logo organizaria, como na realidade organizou, vencendo tudo.

A esse movimento o Rio Grande do Sul não ficou alheio. Aliou-se imediato aos patriotas do Rio de Janeiro, enviando deputados especialmente escolhidos para verificar de perto a situação, desde o 9 de janeiro, e dar, se possível e preciso, todo o apoio ao Regente, em prol do Brasil livre, desligado de Lisboa.

E para o Rio de Janeiro enviou o governo do Rio Grande do Sul, com apoio integral do povo, seu primeiro delegado, o coronel Manuel Carneiro da Silva Fontoura que na tarde de 9 de janeiro prestava seu depoimento, perante o Regente, da vontade do povo sul-riograndense. Logo a seguir, mais dois seguiram para a Corte: o padre Antônio Vicira da Soledade, vigário em Porto Alegre e o farmacêutico e jornalista Francisco Xavier Ferreira. Além destes, lá estava, talvez ido com o coronel Carneiro, outro delegado, José Saturnino da Costa Pereira, que a 15 de janeiro assim comunicava à Câmara Municipal de Porto Alegre os acontecimentos: (Segue-se o texto integral da comunicação de Costa Pereira sobre as ocorrências de 9 de janeiro de 1822). Em seguida, foram enviados os demais delegados, formando o conjunto de representantes do Rio Grande do Sul que permaneceram no Rio de Janeiro até a aclamação e coroação de D. Pedro I.

Ainda a 23 de maio, em manifestação pública, Francisco Xavier Ferreira dirigiu-se ao Príncipe Regente em longo discurso incitando D. Pedro e se fazer monarca do Brasil, declarando-o independente. Nele dizia: "os filhos e os índolas do Brasil já principiavam a julgar-se isentos do antigo despotismo; os pachás das províncias, estes modernos pretores e procônules disfarçados no título de generais, viam arrancar-se-lhes da tirânica dextra o bastão de ferro (...) quando as

cortes portuguesas então variam de sistema e esquecem os sagrados princípios da igualdade, marcados nas bases da Constituição (...) e ditam os revoltantes decretos de 29 de setembro de 1821, onde cada palavra é um insulto, cada período um atentado, e o seu todo um pélagos de horrores, de traições, de tudo quanto é perverso”. E após outras considerações assim conclui sua oração longa e veemente: “Não pareçam exageradas as minhas expressões: é crime calar quando o dever prescreve que falemos (...) Felizes todos os que em paz servirmos V. A. R. no centro desta Augusta Assembléia, firmando pela última vez o grande pacto e indestrutível obra do Edifício Nacional”.

D. Pedro, mal cessados os aplausos, de imediato respondeu ao orador: “Agradecei à vossa província de minha parte e dizei-lhe que antes do cidadão me apresentar os seus votos, eu já contava com a sua lealdade”. Referia-se, aí, por certo, o Príncipe Regente ao discurso de Manuel Carneiro da Fontoura, pronunciado a 9 de janeiro, e no qual dizia, entre outras coisas: “Em todos os tempos, Real Senhor, e ainda mesmo nas crises mais fatais, se julgou digna da maior atenção a voz de um povo responsável por suas atribuições: o Brasil já não é um pupilo, já não é um escravo, não é o país dos amorreanos e dos cananeus exposto às lanças do primeiro invasor; nós fazemos hoje grande vulto no meio das nações da Europa, possuindo todos os recursos que formam e engrandecem os impérios”. E declarava, por fim, o Rio Grande do Sul não apenas integrado no movimento independentista, mas coeso em torno do Príncipe Regente, e em desesa e para a liberdade do Brasil.

E enquanto isso, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre o povo afixava pelas paredes e muros cartazes manuscritos, autênticos pasquins, conclamando o povo: “Cidadãos! O Deus da natureza fez a América para ser independente e livre; o Deus da natureza conservou no Brasil o Príncipe Regente para ser aquele que firmasse a independência deste vasto continente; que tardamos? A época é esta. Portugal nos insulta. A América nos convida... A Europa nos contempla... O Príncipe nos defende... Cidadãos, soltai o grito festivo... Viva o Imperador Constitucional do Brasil, o Senhor D. Pedro Primeiro!”

Um mês mais tarde chegava a Porto Alegre a notícia decisiva e fiel do feito do Ipiranga; o Brasil estava livre, independente! E por todos os recantos da Província era repetida a frase heróica de D. Pedro - “Seja de agora em diante a nossa divisa Independência ou Morte” - concretizando o ideal proclamado cinquenta anos antes em Minas Gerais.

Histórico e Geográfico Brasileiro e realizado no Rio de Janeiro em fins de 1972, e publicado nos respectivos *Anais*, vol. I, pp. 81-92, Rio de Janeiro, 1975. À sua comunicação, o autor anexou o texto integral dos discursos de Silva Fontoura e Xavier Ferreira. No Congresso, o trabalho de Walter Spalding foi relatado pelo professor Piragibe da Fonseca, que sobre ele exarou o seguinte parecer: "É menos uma tese que simples comunicação, mas comunicação preciosa por duas superiores razões. Antes do mais, o assunto é quase novo. Quase novo, sublinho, porque, na realidade, parcas, até o momento, as contribuições sobre a repercussão nos rincões extremo-meridionais dos acontecimentos que tinham por teatro o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, e portanto sobre a participação da Província de São Pedro do Sul no movimento da Independência. Há bons ensinamentos a respigar no trabalho em questão. Acresce que o autor junta, facsimilados, documentos inéditos e conclusivos procedentes do Serviço de História da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Tenho a satisfação de recomendar o trabalho de Spalding, realmente digno dos *Anais do Congresso*").

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no Correio Popular de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 203. OS MAIS ANTIGOS TRATADISTAS DO CAFÉ

O mesmo ano de 1671 viu a publicação dos dois mais antigos livros escritos sobre o café: o do francês Philippe Sylvestre Dufour (1622-1687) e o do italiano Antonio Fausto Naironi (1637-1711). O de Dufour foi reeditado pelo menos duas vezes no século XVII. A segunda edição, publicada na Holanda, em 1685, contém um acréscimo referente ao chocolate, que não constava da edição original. Daí a alteração do título para "Traité: Nouveaux & Curieux du Café, du Thé et du Chocolate". A parte relativa ao chocolate parece não ter sido escrita por Dufour, mas por um certo Disdier.

O livro de Naironi foi redigido em latim: "De Saluberrina Potione Cahue, Seu Cuncupacta Discursus". Parece ter ficado na primeira edição, tirada em Roma no mesmo ano em que o livro de Dufour era publicado em Lyon.

Dos dois raríssimos textos ocupou-se Afonso de Taunay em sua extensa "História do Café no Brasil" e em outras publicações. Mais ainda: considerando o total desconhecimento entre nós dos preciosos livros, Taunay não se limitou a escrever sobre eles, mas deu-nos os respectivos textos, integral de um e quase integral de outro. O de Dufour, traduzido pelo próprio Taunay, foi publicado ao longo de vários números, de janeiro a junho de 1944, da antiga revista "D. N. C.". Em sua tradução, Taunay omitiu os capítulos referentes ao chá e ao chocolate, traduzindo apenas a parte relativa ao café; vem ilustrada com três gravuras: a página-de-rostro da edição de 1693 (também feita na Holanda), uma estampa representando um árabe, um chinês e um índio tomando, respectivamente, café, chá e chocolate, e a terceira mostrando um árabe, sentado à maneira oriental, com uma xícara à mão direita, tendo ao lado, no chão, o "abrigo" ou bule para o preparo do café.

Quanto ao Naironi, dele promoveu Taunay uma reedição fac-similar, publicada pelo antigo Departamento Nacional do Café, em 1944, à qual acrescentou-se a tradução do texto latino, realizada pelo professor Alexandre Corrêa. Tanto o Dufour como o Naironi contém excelente estudo introdutório da lavra de Taunay.

É interessante registrar que a biblioteca do Museu Paulista possui estes dois preciosos cimélios. O de Dufour, na segunda edição (1685), um exemplar adquirido na Europa por Eduardo Prado. O de Naironi, mais raro ainda, pois dele só se fez uma edição, possui o Museu talvez o único exemplar existente no Brasil, preciosa doação do ilustre homem público paulista e também fazendeiro, Alfredo Guedes, que foi Secretário do Interior do Estado, no início do século, campineiro de nascimento, filho dos barões de Pirapitinguf. (27-9-1989)

★

## 204. NOSSA SENHORA DE COPACABANA DO BRASIL

Em recente livro relatando viagem realizada à Bolívia a fim de participar de um congresso de Sociologia, o professor Wilson Lima Bastos, de Juiz de Fora, ocupou-se em relatar pormenorizadamente a origem e a história da devoção de Nossa Senhora de Copacabana, que tem seu santuário principal no grande lago Titicaca, “um dos pontos de maior beleza paisagística no sistema andino”, conforme sua observação. De culto pagão ao tempo dos incas, tornou-se Copacabana culto cristão, cuja festa se celebra no dia 6 de agosto. Confundiu-se, de início, a devoção de Nossa Senhora de Copacabana com a de Nossa Senhora da Candelária, esta celebrada pela Igreja Católica no dia 2 de fevereiro, coincidindo com a festa da Purificação de Nossa Senhora. A própria imagem originalmente colocada no lago Titicaca foi a de Nossa Senhora da Candelária, só depois de algum tempo substituída pela imagem própria. E há 400 anos festeja-se naquele recanto andino a Virgem de Copacabana, reunindo romeiros e turistas de regiões até bem longínquas, como observou o professor Lima Bastos, na recente visita que fez ao santuário famoso.

Pergunta que imediatamente há de ocorrer a muitos leitores: como veio parar no Brasil a devoção a Nossa Senhora de Copacabana, a ponto de seu nome ter servido para denominar um dos mais importantes bairros do Rio de

Janeiro? É fácil a resposta: foi a devoção trazida por comerciantes que do Brasil iam ao Peru, nos tempos coloniais, os quais pitorescamente eram chamados de “peruleiros”.

Não se sabe exatamente a data em que a primeira imagem teria sido trazida para o Brasil. Acredita-se que tenha sido ao tempo do domínio espanhol, quando eram mais freqüentes as relações com o Vice-Reinado do Peru. Talvez ainda em fins do século XVI. Colocada primeiramente na Igreja da Misericórdia, só no século XVIII foi transportada para a igreja de que se originou o bairro. A história da “implantação” da imagem da Virgem de Copacabana no Rio de Janeiro vem muito bem relatada pela senhora Nilza Botelho Megale em seu precioso livro sobre as invocações de Nossa Senhora no Brasil (Petrópolis, 1986). Devido a obras de urbanização no atual bairro de Copacabana, a imagem foi transportada para diversos lugares, até que, após a reconstrução do templo da Praça Serzedelo Correia, retornou à igreja que tem sua invocação.

“Foi, pois, através da devoção de alguns romeiros que recebeu seu nome a belíssima praia que é hoje o orgulho dos cariocas e uma das maravilhas do turismo internacional”, diz Nilza Megale. Quantos da imensa população que habita Copacabana (um dos aglomerados de maior densidade de população em todo o mundo) ou dos que a visitam a todo instante, estarão sabendo que estão pisando solo batizado com um nome inca, originário de uma devoção trazida do Lago Titicaca pelos modestos comerciantes que realizaram a aventura do comércio com o Peru? (18-10-1989).

\*

## 205. UMA OBRA QUE COMEÇOU EM CAMPINAS

Jornal evangélico de confissão presbiteriana trouxe em um dos seus últimos números circunstanciada notícia das comemorações do 120º aniversário do Instituto Gammon, o importante estabelecimento de ensino da cidade de Lavras, no Sul de Minas. Depois de extenso relato, abriu a notícia um tópico com o título que estou tomando para esta nota, lembrando que a obra educacional realizada nestes 120 anos iniciou-se em Campinas com a fundação do Colégio Internacional, aqui estabelecido pela missão presbiteriana norte-americana, em 1869. Realmente, o “Gammon” é o mesmo “Internacional”, para Lavras transferido em fins do século passado, para fugir à epidemia de febre amarela que, naquela época, assolou nossa cidade.

Na cidade sul-mineira, o educandário recebeu o nome de “Instituto Evangélico”, e assim se denominou até 1928, quando passou a chamar-se “Instituto Gammon”, em homenagem ao reverendo Samuel R. Gammon, um dos seus grandes diretores, precisamente quem promoveu a transferência do colégio para Lavras, em 1893.

O “Colégio Internacional” - escrevi de certa feita - marcou o início de um vasto programa de ensino a que se dedicaram no Brasil quase todas as confissões evangélicas. Pouco depois, a própria Igreja Presbiteriana fundaria em São Paulo a Escola Americana (origem do atual Mackenzie) e a Igreja Metodista abriria em Piracicaba o Colégio Piracicabano, transformado atualmente na Unimep. E outros, posteriormente, marcaram o mapa do Brasil em quase todos os seus quadrantes. De fato, é rara a cidade brasileira de certa importância que não tenha um colégio evangélico, batista, metodista, presbiteriano e também de outras confissões menos disseminadas.

Vale observar o quanto estes colégios, fundados desde a segunda metade do século passado, foram bem recebidos pela sociedade brasileira, apesar de ser esta, na época, bastante preconceituosa em matéria de religião. Mas, pelos novos métodos de ensino que introduziram e pela própria filosofia de educação que pregavam, acabaram se impondo, tornando-se muito mais freqüentados por não-protestantes do que propriamente por protestantes, pois estes não seriam na ocasião (e certamente não são até hoje) em número suficiente para alimentar tão grandes educandários.

Do antigo “Internacional” cuidaram, no passado, Erasmo Braga e, mais recentemente, Júlio Andrade Ferreira e Boanerges Ribeiro. Quanto ao “Gammon”, convém recordar que uma de suas grandes realizações foi a Escola Agrícola de Lavras, uma das mais renomadas do País, mas que não mais pertence ao colégio, pois tornou-se instituição federal. 28-12-1989.

\*

## 206. MEMÓRIA DE UMA CIDADE

Quem quer que tenha alguma vinculação com a cidade de Bauru, ou por aí ter nascido ou afivido, não poderá ficar insensível ante o magnífico trabalho que vem sendo realizado por Luciano Dias Pires para a preservação da memória da cidade, através da publicação mensal de um tablóide de doze páginas intitulado *Bauru Ilustrado*, já conhecido bibliograficamente pela sigla *BI*. Encontra-se já no seu 15º ano de circulação, com mais de 160 números publicados. Se estou bem informado, surgiu como suplemento de um jornal da cidade, tornando-se poste-

riormente publicação avulsa. Sua matéria é a mais variada possível, constituída sempre de artigos ou tópicos do maior interesse para a história da cidade, e ainda profusamente ilustrado.

Bauru está praticamente às vésperas de seu centenário. E como toda cidade centenária, tem história, uma história que, no mais das vezes, seus próprios moradores ignoram. O editor do BI percebeu isto e procurou sanar a lacuna, que não é só de Bauru, mas de qualquer cidade brasileira, com poucos exceções. Há, entre nós, pouco interesse pela história urbana. E quando esta é praticada, é quase sempre para discutir questões bizantinas em torno do nome do fundador ou da data da fundação. É claro que isto é importante, mas não é tudo na crônica de uma cidade. Luciano Pires, sem desprezar estes elementos da crônica histórica, interessou-se mais pelo cotidiano da "Sem Limites" através do tempo.

Todas as vezes que tenho procurado estimular alunos meus ao estudo de suas cidades, esbarram eles na dificuldade muitas vezes quase intransponível da ausência de fontes. A publicação bauruense tem demonstrado que as fontes existem. Há que saber procurá-las e utilizá-las devidamente. Se a Imprensa tem sido a principal fonte do BI, cumpre não esquecer o uso que seu diretor tem sabido fazer da história oral e, principalmente, dos documentos de família. A este respeito, a crônica que habitualmente abre a publicação traz o título geral "Retrato de Família" e nela se registram subsídios preciosos para vida da cidade. Famílias estrangeiras ou brasileiras da mais variada procedência, que para Bauru se deslocaram no início da cidade e aí se fixaram, escrevendo a sua história. Alguns destes registros são comovedores. O autor desta nota, que na sua juventude residiu em Bauru e, portanto, conheceu muitas das famílias entrevistadas, pode testemunhar o significado desta evocação. Da mesma forma, os registros da imprensa diária de há 30, 40, 50 anos e até mais. Papéis significativos que o interessado na história da cidade não poderá ignorar.

Como seria bom se em cada cidade do Brasil houvesse uma publicação do tipo do *Bauru Ilustrado*! Mas, creio ser Bauru a única... 13-12-1989.

\*

## 207. TRILOGIA BÍBLICA

Há cerca de 40 anos, lançada por importante editora de São Paulo (Melhoramentos), surgiu no Brasil uma preciosa trilogia registrando a história do Velho Testamento e do Cristianismo. Escreveu-a Fulton Oursler, escritor católico norte-americano, e seus três volumes intitulavam-se O Maior Livro do Mundo, A Maior História de Todos os Tempos e A Maior Fé que já Houve no Mundo. O primeiro versava sobre o Antigo Testamento; o segundo, sobre a vida de Jesus; e

o terceiro, sobre a expansão do Cristianismo, centrado principalmente na vida e obra do apóstolo Paulo. Este último volume ficou inacabado, pelo falecimento do autor, tendo sido concluído por sua filha, April Oursler Armstrong. Das traduções, aliás excelentes, incumbiram-se Carlos Cheves, Álvaro Pinto de Aguiar e Agenor Soares de Moura, respectivamente. Em termos de cronologia bíblica, a trilogia alcança até o Livro dos Atos dos Apóstolos. A obra foi toda vazada segundo o roteiro bíblico, em linguagem acessível, sem as dificuldades que oferece a leitura dos próprios textos das Escrituras.

É significativo registrar que a obra apareceu numa época em que a leitura da Bíblia não estava ainda muito generalizada entre nós, e circunscrita quase exclusivamente aos protestantes, os quais, estes sim, sempre tiveram por hábito a leitura dos livros sagrados. Nos arraiais católicos, dispunha-se apenas da tradução do padre Antônio Pereira de Figueiredo, primorosa do ponto de vista literário, embora com a inconveniência de não ser uma tradução direta, mas baseada na Vulgata Latina, de São Jerônimo. Quanto às edições protestantes, a mais usada era a de João Ferreira de Almeida, muito deficiente do ponto de vista literário, ou então a insuportável “Tradução Brasileira” (insuportável literariamente falando), distribuída no Brasil pelas missões norte-americanas. Felizmente, foi logo abandonada, substituída por uma edição revista da tradução de Almeida. E também apareceram outras edições católicas, a mais conhecida sendo a do padre Matos Soares, e algumas mais modernas, “em linguagem atual”, lançadas pelas principais editoras católicas.

Em matéria de Bíblia, foi-se ao extremo oposto. Contam-se hoje muito mais edições católicas do que protestantes. Todo este movimento bíblico culminou com a edição deste verdadeiro monumento que é a *Bíblia de Jerusalém*, traduzida por comissão mista de católicos, protestantes e israelitas. Cumpre esclarecer que as edições protestantes e também as israelitas omitem os sete livros deutero-canônicos, aceitos pela Igreja Católica após o Concílio de Trento, no século XVI.

Refletindo sobre este movimento ecumênico de difusão da Bíblia, não pude deixar de me lembrar da trilogia de Oursler, o primeiro esforço no Brasil para a popularização da Bíblia. A obra nunca foi reeditada e bem que o merecia. Datando já de 40 anos, está na categoria dos livros raros, altamente valorizados pelos alfarrabistas. 27-12-1989.

\*

## 208. UM CLÁSSICO DE NOSSA HISTORIOGRAFIA MILITAR

Ao me ocupar, há pouco, neste mesmo local, de um clássico de nossa historiografia colonial, a *Viagem da Armada*, de Francisco Brito Freyre, reeditado

em 1940 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santos, numa edição comemorativa do tricentenário, que então se celebrava, da restauração portuguesa, acabou perdendo de vista o precioso livro por ter me empolgado pela presença, a bordo e depois como degredado no Brasil, de um dos maiores escritores portugueses de seu tempo, dom Francisco Manuel de Melo.

Deixei mesmo de ressaltar a oportunidade da iniciativa do Instituto Histórico santista divulgando texto do qual só existiam duas edições, ambas de meados do século XVII. E a própria edição santista, provavelmente de tiragem pequena, constitui hoje livro bastante raro. Nuncavi citada em bibliografia alguma, das muitas que se ocupam da história militar brasileira. Nem por José Antônio Gonsalves de Melo, grande historiador pernambucano, em nota, aliás bastante extensa, que escreveu para uma belíssima reedição fac-similar da importante obra de Brito Freyre, *História da Guerra Brasileira*. Registre-se que este grande livro de Brito Freyre, ao ser publicado em 1675, na Oficina de Joam Galram, de Lisboa, incluiu também o texto da *Viagem da Armada*.

Brito Freyre nasceu por volta de 1625, de família abastada, inclusive com propriedades no Brasil. Informa Gonsalves de Melo que começou sua carreira militar nas guerras da restauração, a princípio no mar e depois em terra. Em 1653 foi nomeado almirante da frota da Companhia do Comércio do Brasil, a qual veio a desfechar o golpe final na resistência holandesa em Pernambuco. Foi testemunha da rendição da Campina do Taborda, tendo escrito acerca dos acontecimentos que a precederam. Governou a Capitania de Pernambuco por quatro anos. Quando da deposição do rei de Portugal dom Afonso VI, foi incumbido de conduzir o monarca à ilha Terceira, de cujo governo foi encarregado. Recusando-se a tal incumbência, foi preso na Torre de Belém. Foi durante a prisão, como ele próprio informa, que escreveu a *História da Guerra Brasileira*. Libertado, voltou a servir à Armada, tendo falecido em Lisboa em 1692.

Embora Pereira da Costa tenha afirmado que no seu governo em Pernambuco nada se registrou de importante, documentação recentemente revelada vem permitindo lançar novas luzes sobre seu período na administração da Capitania. Da mesma forma que seus escritos vêm sendo valorizados. A reedição fac-similar promovida pelo governo pernambucano, à qual já se fez referência, honra sobremaneira a bibliografia histórica brasileira. E passo significativo para o conhecimento de sua obra foi a publicação feita há meio século pelo Instituto Histórico de Santos, dando-nos a conhecer o texto integral da *Viagem da Armada*. 3-1-1990.

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that proper record-keeping is essential for the success of any business and for the protection of the interests of all parties involved. The text also mentions the need for regular audits and the importance of having a clear system in place for handling financial data.

The second part of the document outlines the various methods used to collect and analyze data. It describes the process of gathering information from different sources and how this data is then used to make informed decisions. The text highlights the importance of using reliable sources and the need for a systematic approach to data collection and analysis.

The third part of the document discusses the importance of communication in the business world. It emphasizes that effective communication is key to building strong relationships and ensuring that all parties are on the same page. The text also mentions the need for clear and concise communication and the importance of listening to others.

The final part of the document discusses the importance of staying up-to-date on industry trends and developments. It emphasizes that businesses must be able to adapt to change in order to remain competitive. The text also mentions the need for ongoing education and the importance of having a forward-looking perspective.

## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação “Pio XII”  
Colégio Comercial da Academia “São Luís”
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

वैप PUKAMP